



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA
NATUREZA – LICENCIATURA**

Erechim, abril de 2019.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Jaime Giolo

Vice-Reitor: Antonio Inácio Andrioli

Pró-Reitor de Graduação: João Alfredo Braidá

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitorio Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Êmerson Neves da Silva

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Péricles Luiz Brustolin

Pró-Reitor de Planejamento: Charles Albino Schultz

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Darlan Cristiano Kroth

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Marcelo Recktenvald

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Lísia Regina Ferreira Michels

Coordenadora Administrativa: Ana Cláudia Lara Prado

Coordenador Acadêmico: Rosane Rossato Binotto

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Ivann Carlos Lago

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenadora Acadêmica: Lauren Lúcia Zamin



Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Anderson Andre Genro Alves Ribeiro

Coordenador Administrativo: Guilherme Romero

Coordenadora Acadêmica: Juçara Spinelli

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Vanderlei de Oliveira Farias

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Janete Stoffel,

Coordenador Administrativo: Sandro Neckel da Silva

Coordenadora Acadêmica: Katia Aparecida Seganfredo

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Antonio Marcos Myskiw

Coordenador Administrativo: Maikel Douglas Florintino

Coordenador Acadêmico: Marcos Antonio Beal



SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	16
4 JUSTIFICATIVA.....	18
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (ÉTICO-POLÍTICOS, EPISTEMOLÓGICOS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS).....	27
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	45
7 PERFIL DO EGRESSO.....	47
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	49
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	152
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	155
11 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	157
12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	159
13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA DO CURSO.....	165
14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173
15. ANEXOS.....	176
ANEXO I – REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS OBRIGATÓRIOS.....	176
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES.....	191
ANEXO III - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA - LICENCIATURA.....	198
ANEXO IV - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	204



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura

1.4. Grau: Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza

1.5 Título profissional: Professor

1.6 Local de oferta: *Campus* Erechim

1.7 Número de vagas: 40

1.8 Carga-horária total: 3.600 h

1.9 Turno de oferta: Integral

1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 4 anos

1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 8 anos

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 600h (40 créditos)

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 180h (12 créditos)

1.14 Coordenador do curso: Sinara München

1.15 Ato autorizativo: Resolução nº 25/2013 – CONSUNI

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; e processos seletivos especiais.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e às legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como



base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena. A política de ingresso é regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno na UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de que já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para as situações acima, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano



e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

A seleção dos candidatos para o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, conforme deliberação do Conselho Universitário - CONSUNI/UFFS/2017, registrada em ata da 5ª Sessão Ordinária de 2017, terá oferta regular anual de vagas, por meio de processo seletivo específico. As vagas, os procedimentos para inscrição, a seleção, a classificação e as matrículas ocorrem a partir de um edital específico.

PROHAITI – Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos – criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução nº 32/2013 – CONSUNI. É um programa que visa contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O aluno haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.

PIN – Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas – instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI, na Universidade Federal da Fronteira Sul. O PIN se constitui em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O aluno indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de



fronteira.

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e



novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetratf-Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único



território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus *campi* e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *Campi* em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor *pro-tempore* da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso



dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada *campus* foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.

A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para



garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos



desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *lato sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus* Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação



tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Prof^ª. Sinara München

Prof^ª. Renata Portugal Oliveira

3.2 Equipe de elaboração/SIAPE

Prof ^ª . Cherlei Márcia Coan	1931099
Profa. Consuelo Cristine Piaia	2411058
Prof. Dionei Ruã dos Santos	1928203
Prof. Denilson da Silva	2314971
Prof. Fábio Aparecido da Costa	1928977
Prof. Humberto José da Rocha	1991805
Prof. Jerônimo Sartori	1785648
Profa. Lidiane Limana Puiati Pagliarin	2221551
Prof. Leandro Carlos Ody	2059128
Prof. Moisés Marques Prsybyciem	2302652
Profa. Renata Portugal Oliveira	2279284
Profa. Sinara München	1119053
Profa. Vanderléia Dartora	2331084
Profa. Viviane de Almeida Lima	1711939

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Dariane Carlesso – Diretora de Organização Pedagógica/DOP

Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordignon – Pedagogas/DOP

Alexandre L. Fassina, Cesar Capitanio – Técnicos em Assuntos Educacionais/DOP

Andressa Sebben, Maiquel Tesser, Elaine Lorenzon, Pedro Castro, Marcos Franceschi,

Liana Canônica – DRA

Marcelo Luis Ronsoni/*Campus* de Erechim (Coordenação Acadêmica)

Revisão textual: Débora Cristina da Costa

Revisão das referências: Daniele Rosa Monteiro



3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, é composto pelos membros abaixo relacionados (Quadro 1), conforme designado na Portaria n.º40/PROGRAD/UFFS/2019:

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Sinara München	Doutora em Educação	Específico
Cherlei Marcia Coan	Mestre em Educação	Específico
Leandro Carlos Ody	Doutor em Educação	Conexo
Moisés Marques Prsybyciem	Mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia	Específico
Renata Portugal Oliveira	Mestre em Ensino de Ciências e Matemática	Específico
Humberto José da Rocha	Doutor em Ciências Sociais	Comum
Almir Paulo dos Santos	Doutor em Educação	Conexo

Quadro 1 - Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

A história de criação da UFFS está profundamente relacionada com as lutas dos movimentos e lideranças sociais populares da região. Lugar de denso tecido de organizações sociais e berço de alguns dos mais importantes movimentos populares do campo do país. Tais características contribuíram para a formulação de um projeto de universidade e para sua concretização.

Neste sentido, o processo vivenciado na construção desta universidade pública, gratuita e popular se aproxima da própria concepção da **Educação do Campo**, que como afirma Caldart (2012, p. 263): “Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A educação *do* campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim *dos* camponeses”.

O debate em torno da Educação do Campo, que tomou força a partir dos anos de 1990, sobretudo com o protagonismo dos movimentos sociais, elegeu o que tornou-se os elementos fundamentais de discussão: Campo, Educação e Políticas Públicas.

Mas, todo esse acúmulo foi para além da construção conceitual, promovendo mudanças significativas, embora ainda insuficientes, no desenvolvimento de experiências educacionais e a construção de princípios e elementos orientadores que podem subsidiar a elaboração de projetos, fundamentados em teorias educacionais já existentes como, por exemplo, a Educação Popular, a Pedagogia Histórico-Crítica, Pedagogia Socialista, Pedagogia do Movimento e a própria construção de “Pedagogias da Educação do Campo”.

Outro aspecto fundamental, fruto da organização popular, foi na esfera da garantia dos direitos. Se, atualmente, torna-se possível a proposição de cursos que reformulam a concepção de tempos, espaços e processos educativos, problematizando e modificando metodologias e estruturas curriculares, é porque esse espaço foi conquistado. Amparados na concepção de uma educação que possa permitir o acesso, a permanência e a relação prática-teoria-prática vivenciada no próprio ambiente social e cultural dos estudantes é que propomos a organização deste curso.

Assim, os sujeitos historicamente excluídos da educação superior poderão ter condições de acesso e permanência a um curso de qualidade, gratuito e público, o que



vai ao encontro do princípio da UFFS de estabelecer dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade (PPI/UFFS, 2010).

Em 2013, ano da criação desse curso na UFFS – *Campus Erechim*, foram levados em consideração dados estatísticos sobre a atividade agrícola da região, especialmente dos 31 municípios mais próximos do *Campus Erechim*, que agregam a Associação dos Municípios do Alto Uruguai – AMAU/RS. Em relação ao local de residência, verificou-se que 17 municípios apresentavam mais de 50% de sua população residindo no campo, 6 municípios entre 40% e 50% de sua população residindo no campo e 8 com menos de 40% de sua população no campo.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), acerca do tamanho das propriedades rurais, observou-se que a Microrregião de Erechim, no ano de 2006, apresentava 19.447 estabelecimentos rurais, destes, apenas 1.698 eram estabelecimentos acima de 50 hectares. Os demais, 17.749 eram estabelecimentos com menos de 50 hectares, representando 91% do total. Isso permitiu perceber a predominância de minifúndios e pequenas propriedades.

Outra informação que colocava em evidência o caráter agrícola dos municípios referia-se à composição do Produto Interno Bruto - PIB. Dados obtidos pela Fundação de Economia e Estatística – FEE, do Rio Grande do Sul, revelaram que, enquanto o percentual de participação da agropecuária na composição do PIB no Estado do Rio Grande do Sul em 2007 era de 9,83%, a mesma análise nos municípios da microrregião de Erechim, no mesmo ano, apontava uma média de 39,85% na participação agrícola na composição do PIB.

Esses dados confirmavam a relevância que a atividade agrícola, sobretudo, a agricultura familiar, representava na região, o que tornava significativo o número de pessoas que viviam (e vivem) dessa atividade, direta ou indiretamente. Dados de 2015, da mesma agência, indicam que a agricultura é responsável por 13,6% do valor adicionado bruto do Estado. Em outras palavras, não há como negar que grande parte da economia dos municípios pesquisados gira em torno do trabalho no campo.

Ao levantar o número de escolas públicas de ensino básico na região, num primeiro olhar, acreditamos que este número é relativamente pequeno. Conforme dados atualizados em 2017 e informados pela 15ª Coordenadoria Regional de Educação (15ª



CRE), com sede em Erechim e com abrangência de 41 municípios, existem 111 escolas públicas de Ensino Básico da rede estadual pertencente à 15ª CRE, destas, 81 estão localizadas nas regiões consideradas urbanas e 30 estão nas áreas rurais. Os municípios pertencentes à 15ª CRE possuem baixa densidade demográfica e, portanto, possuem a rede municipal e/ou estadual composta por uma única unidade escolar. Essas estruturas passaram, em algum dado momento, pelos processos de nucleação, assim como em diversos locais do país.

Conforme dados demográficos do Censo (IBGE, 2010), com exceção do município de Erechim, que possuía uma população de mais de 96.000 habitantes e os municípios de Getúlio Vargas (cerca de 16.000 habitantes) e Sananduva (cerca de 15.000 habitantes), os demais 38 municípios eram considerados de pequeno porte, com menos de 7.000 habitantes. Suprimindo o município de Erechim, que possuía apenas 5,8% de sua população residindo no campo, os demais municípios eram considerados agrícolas, sendo que dos outros 40 municípios, 29 possuíam mais da metade de sua população residindo no campo, embora se perceba um contínuo processo de esvaziamento e a falta de sucessão familiar nas propriedades da agricultura familiar. Hoje, a organização populacional manteve-se praticamente a mesma da época de elaboração do PPC do curso, com exceção de Erechim, que apresenta uma população estimada, em 2018, de 105.059 habitantes.

Em muitos desses municípios, verificamos que se encontram implantadas pelo menos uma escola de Ensino Médio e uma de Ensino Fundamental, dependendo da sua densidade populacional. Cabe destacar que em sua grande maioria, nos municípios dessa região, aconteceu a nucleação de escolas, conseqüentemente, houve o fechamento da ampla maioria das escolas do campo (rurais), sendo que os municípios menores nuclearam as escolas, concentrando-as no perímetro urbano, ou seja, os alunos frequentam a escola na sede do município, tendo acesso a ela por meio do transporte escolar.

Nos municípios em que a população é mais densa, a nucleação ocorreu agregando os alunos também em escolas do campo (no meio rural), sendo esse o principal potencial que desafiava a UFFS, *Campus* Erechim, a propor a implementação do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, cuja finalidade consistia e consiste em contribuir com a construção de um projeto social alternativo de desenvolvimento, tanto para o campo como para a cidade, reforçando a



necessidade de produzir com base em práticas sustentáveis, articuladas com as demandas da agricultura familiar.

Na época da proposição do curso, em 2013, segundo informações das Secretarias Municipais de Educação e da 15ª CRE, nas escolas do campo de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, a área de Ciências da Natureza era aquela que apresentava o maior índice de carência de professores habilitados, havendo muitos professores atuando sem a devida formação profissional. Tal carência de formação em Ciências, Biologia, Física e Química ainda são preocupantes, o que não se apresenta somente em contexto local e regional, mas também nacional. Nesse sentido, o curso foi proposto de modo a oferecer formação na área de Ciências da Natureza, enfrentando, assim, o desafio de formar profissionais para essa área do conhecimento. Destacamos que, nessa região, não havia na época de criação do curso e, até hoje, não há instituição que ofereça curso de licenciatura em Física e Química. Apenas uma instituição comunitária, com sede em Erechim, oferece o curso de Licenciatura em Biologia, no turno noturno, em forma presencial.

Cabe, também, ressaltar que nos municípios que contam com apenas uma escola de Ensino Médio, significativa parcela dos alunos que estudam nela são oriundos do campo (do meio rural) e, o mesmo ocorre em relação ao Ensino Fundamental, ainda que o município conte com mais de uma escola nesse nível da educação básica. Diante disso, é necessário enfatizar que a cultura urbana é a mais difundida entre os estudantes das escolas, sendo que muitos professores já assumiram a vida urbana, reduzindo sua identificação com as atividades e a vida do campo, além de não contarem, em sua formação inicial, com a ênfase nas questões do campo, da necessidade de fortalecer o regime de economia familiar e do desenvolvimento sustentável.

É necessário, também, registrar que nas adjacências do *Campus* Erechim, existem comunidades quilombolas localizadas nos municípios de São Valentim e Sertão; e diversas áreas indígenas Guarani e Kaingang situadas em municípios, tais como: Água Santa, Benjamin Constant do Sul, Cacique Doble, Charrua, Erebango, Getúlio Vargas, Nonoai, Ronda Alta e Sananduva. Em cada comunidade indígena há uma escola de Ensino Fundamental que também necessita de professores formados para atender às demandas dessa população, a qual vive na área rural, produzindo sua vida por meio do trabalho agrícola, além do trabalho artesanal. Também há escolas de Ensino Médio, permitindo que os estudantes concluam a Educação Básica na comunidade que



pertencem. No entanto, é preciso reafirmar que até o ano de 2012 não existia a possibilidade de formação inicial de professores para atuarem nas escolas do campo, para suprir uma necessidade das redes públicas estadual e municipais da região.

Quando pensado tal curso, em 2012, foram realizados encontros com professores de escolas públicas. Desses encontros, emergiram diversas questões, dentre elas, o baixo número de estudantes por turma, que em muitos casos foi citado como positivo, tendo em vista que se coloca como facilitador da aprendizagem e possibilita um contato mais apurado com o aluno. Por outro lado, esse elemento é motivo de preocupação pois, segundo os professores, um número reduzido de alunos pode significar o fechamento de escolas, pois acreditam que essa será a prática, muitas vezes, de alguns gestores municipais e estaduais que não possuem compromisso com a educação, em especial com a Educação do Campo.

Outro aspecto destacado e criticado refere-se ao perfil dos docentes, pois a maioria é oriunda dos centros urbanos, onde muitos deles não se identificam com a lógica das comunidades camponesas em diferentes aspectos, por exemplo, os culturais, sociais e de identidade. Porém, uma característica apontada de forma unânime refere-se à boa participação da comunidade nas escolas; todos os grupos relataram que este é um fator bastante positivo e que tende a fortalecer o projeto escolar para o campo.

Um terceiro aspecto levantado refere-se aos limites da Educação do Campo. Há depoimentos que evidenciam as dificuldades estruturais, principalmente naquelas escolas com menor número de matrículas, denunciando a lógica numérica na distribuição de recursos e financiamentos. Outro limite destacado refere-se ao transporte escolar, em que pesam critérios que nem sempre são os mais favoráveis aos estudantes, tais como o tempo de deslocamento entre a residência/campo e as escolas, as próprias condições físicas do veículo e de segurança dos estudantes durante o transporte.

No debate com os movimentos e lideranças sociais, destacamos dois fatores que se repetiram: o primeiro, em relação à necessidade de expansão do Ensino Médio nas escolas do campo e, o segundo, na tentativa de ampliar as áreas do conhecimento para além do currículo mínimo, necessitando que se contemplem estudos na área da agroecologia, produção e renda e infraestrutura, sugerindo, para isso, a ampliação do quadro de professores com profissionais específicos para essas áreas.

Desta forma, se tinha a compreensão e hoje corrobora-se a ideia de que a oferta do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura,



além de propiciar a expansão da educação pública superior, permitirá que a região nas adjacências do *Campus* Erechim, tanto do Rio Grande do Sul como de Santa Catarina, especialmente, a população do campo, tenha desenvolvimento social, político, econômico, cultural e educacional. Em relação ao curso, destacamos ainda, que sua principal meta é a formação de professores para atuar em escolas do/no campo, favorecendo a reflexão e a formação adequada à permanência e produção de vida no meio rural pelo viés da agroecologia. Por fim, enfatizamos que, na oferta desse curso de graduação (licenciatura), os processos formativos estarão permanentemente fundados na interdisciplinaridade, bem como em ações próprias da vida do/no campo, protagonizando, assim, que o ensino, a pesquisa e a extensão estejam voltados às atividades da agricultura familiar sustentável.

Destacamos, também, as Resoluções n.º 25/2013 – CONSUNI e n.º 12/2017 – CONSUNI, as quais versam sobre a criação e vagas do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura. Assim, de acordo com o Art. 1º da Resolução n.º 12/2017 – CONSUNI, atualmente em vigor, houve a redução do número de vagas, de 120 vagas anuais para 40 vagas anuais, com oferta regular, para o curso. Manteve-se o ingresso ao curso através de processo seletivo específico e na modalidade de oferta por regime de alternância.

4.2 Justificativa da reformulação do curso

A educação superior e as redes de educação básica possuem a função de formar sujeitos para a cidadania e seu exercício em sociedade, em diferentes contextos. A UFFS, em sua política institucional assume, entre outros, o papel na formação inicial e continuada de professores da educação básica articulado com a comunidade regional, contribuindo, assim, para uma “educação pública de qualidade dessa região e a superação do modelo de desenvolvimento excludente em vigor” (Resolução n.º 2/2017 – CONSUNI/CGAE, p.1).

A mesma resolução afirma que esse processo de formação não deve ser apenas para o mercado de trabalho mas, para uma visão mais ampla de mundo, respeitando a diversidade cultural, social, étnico-racial e de gênero, visando uma formação mais humana e inclusiva articulada à educação básica pública.

Nesse contexto, desde a década de 1990, especialmente após a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), várias foram as legislações que pautaram



reformulações na educação em geral, bem como nos cursos de graduação para a atuação na educação básica. Em se tratando da formação inicial de professores, a primeira versão do PPC desse curso estava pautada por resoluções homologadas em 2002 e em vigência até meados de 2015.

Em 1º de julho de 2015 uma nova resolução foi homologada, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Resolução CNE/CP 02/2015).

Dentre os princípios que perpassam esse documento legal, é possível citar a definição do perfil profissional do formando, destacando a atuação na Educação Básica como principal aspecto a ser considerado na reelaboração das propostas de cursos de licenciatura. Além disso, as novas diretrizes nacionais prescrevem uma ampliação do perfil de formação, incluindo questões relacionadas à gestão escolar, coordenação pedagógica e também a produção e difusão do conhecimento. Ao mesmo tempo, tal legislação prevê o fortalecimento da articulação entre universidade e escola, bem como o estreitamento de relações profissionais entre docentes atuantes na escola, docentes atuantes na universidade e os próprios licenciandos, em uma perspectiva que considera a escola como espaço de formação docente. Nessa articulação está presente a ideia de entrelaçamento da formação inicial com a formação continuada, em constante interação com o desenvolvimento de atividades articuladas de ensino, extensão e pesquisa, interagindo, assim, com a comunidade escolar para construção de uma educação básica pública de qualidade.

A Resolução nº 2/2015 – CNE, orienta que o projeto de formação de professores deve ser elaborado e desenvolvido com articulação da educação superior e a educação básica, contemplando alguns princípios: i) sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; ii) prática docente; iii) articulação com o contexto regional; iv) compromisso social e cultural; v) gestão democrática; vi) ensino intercultural e bilíngue, valorização plena das culturas dos povos indígenas e manutenção de sua diversidade étnica; e vii) considerar para Educação do Campo e quilombola a diversidade étnico-cultural de cada comunidade.

Somando-se a essa legislação nacional, a UFFS publicou a Resolução n.º 2/2017 – CONSUNI/CGAE, documento construído coletivamente entre todos os cursos de licenciatura dos diversos *campi* da UFFS, visando à formação de uma identidade



profissional docente, bem como a melhoria da qualidade na formação inicial e continuada de professores. Além disso, visa a consolidação do projeto de articulação da universidade com a comunidade regional, contribuindo para educação pública de qualidade na região e a superação do modelo de desenvolvimento excludente, principalmente, dos povos do campo.

A Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, Resolução n.º 2/2017 – CONSUNI/CGAE, tem como princípios orientadores: i) a docência como atividade profissional intencional e metódica; ii) o currículo como produto e como processo histórico; iii) o conhecimento como práxis social; iv) a formação integral e a processualidade dialógica na organização pedagógica; v) a gestão democrática e o planejamento participativo; vi) a articulação com a educação básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares; e vii) o egresso como docente da educação básica pública.

Outros dois documentos foram orientadores da reformulação das configurações curriculares, especialmente do curso em discussão: um referente à autoavaliação do curso, em que todos os segmentos (alunos, professores e técnico-administrativos) vinculados ao curso puderam realizar uma avaliação sistemática da organização e do desenvolvimento do curso; outro, referente à avaliação do curso, realizada por membros designados pelo INEP/MEC, em que foram apontadas potencialidades e desafios do curso, levando em consideração diversos pontos, dentre eles, organização didático-pedagógica, corpo docente, infraestrutura e requisitos legais e normativos.

Junta-se às resoluções e aos relatórios de avaliação do curso, acima mencionados, o debate contemporâneo sobre Ciência e Tecnologia, buscando na Agroecologia uma ferramenta de resistência, de articulação e de ressignificação das Ciências da Natureza, visando um conhecimento científico democrático.

Dessa forma, considerando as legislações, bem como os relatórios de avaliação e, somando-se à permanente reflexão sobre a formação de professores qualificados para atuar nas escolas do/no campo e nos espaços educativos que integram a luta pelos direitos dos povos do campo, faz-se necessária, em diálogo com a comunidade regional, construir uma educação pública de qualidade e inclusiva, justificando a reformulação do PPC.

Destacamos, ainda, a importância de repensar aspectos da proposta do curso a fim de atender aos diferentes grupos e segmentos sociais, compreendendo suas



necessidades e respeitando suas dinâmicas culturais como, por exemplo, os professores que atuam em escolas indígenas e professores da área de Ciências da Natureza que não tem formação específica. Assim, portanto, veem no curso a oportunidade de qualificar sua formação.

Para além das contribuições do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura na formação pessoal e profissional dos sujeitos que compõem o seu corpo discente, destacamos a relação com a comunidade de onde esses sujeitos são oriundos. Esta relação vem se construindo de maneira positiva, possibilitada pelo Tempo Comunidade e pelos projetos integradores, estratégias pedagógicas adotadas pelo corpo docente para trabalhar com intervenções mediatizadas e problematizadas nas comunidades. O pano de fundo das reflexões dessas intervenções são as condições conjunturais da vida nas comunidades e no campo e, a necessidade de se pensar a educação nesse contexto.

Nesse sentido, a relevância do curso na vida desses sujeitos, nas suas comunidades e nos movimentos sociais de que participam, potencializa-se por discutir as suas realidades a partir de práticas vivenciadas nas comunidades, através da pesquisa, da extensão, da discussão, da reflexão, da análise e da ação. Nesse contexto, o diálogo proporcionado pelas intervenções nas comunidades, por meio dos projetos integradores, avança no sentido que articula os componentes curriculares do curso na perspectiva interdisciplinar e, faz do tempo na Universidade um momento de formação político-reflexivo, por discutir os desafios da própria realidade e construir ferramentas para auxiliar na luta pelos valores da vida do/no campo.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (ÉTICO-POLÍTICOS, EPISTEMOLÓGICOS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

5.1 Referenciais ético-políticos

O curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, da UFFS, *Campus* Erechim, assume o compromisso de desenvolver o processo educacional na região, em constante diálogo com a educação básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares, formando sujeitos com uma visão de mundo mais ampla, de forma interdisciplinar e contextualizada com a realidade dos povos do/no campo, oferecendo, dessa forma, uma educação superior de qualidade e gratuita para a população.

Assim, o compromisso assumido pelo curso vai ao encontro do que dispõe a Política Institucional em sua Resolução n.º 2/2017 - CONSUNI/CGAE, onde coloca a importância da articulação das “atividades de formação dos cursos de licenciatura da UFFS com a Educação Básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares”. Esse processo é potencializado na Alternância, ou seja, na articulação entre espaços, tempos e processos no Tempo Universidade e Tempo Comunidade. A partir desse compromisso, buscamos uma formação mais humana, inclusiva e uma escola mais reflexiva e comprometida com o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e suas implicações sociais em diferentes contextos.

Nesse sentido, a escola, que tem compromisso com a vida, com a luta por políticas públicas e educacionais e com os movimentos sociais da comunidade regional, precisa integrar-se à caminhada da comunidade em que se insere, auxiliando a interpretar, refletir e sistematizar os processos educativos em seu entorno, por meio de uma proposta que considere a cultura e a identidade camponesa, que ressignifique valores e resgate a história. Necessita ser uma escola que considere os saberes locais e a prática social e estabeleça relações com os conhecimentos científicos produzidos ao longo da história da humanidade.

Todavia, a Educação no Campo pode não acontecer somente na escola; a escola é o *locus* de sistematização do conhecimento, ou seja, o espaço para fazer a articulação entre o conhecimento universalmente acumulado e a realidade dos sujeitos. Desse modo, a Escola do Campo necessita sair do espaço físico da escola, colocar-se a serviço dos sujeitos, agregar colaboradores externos, a família, a



comunidade, as forças sociais e políticas, problematizando os rumos do projeto de desenvolvimento social e agrário. É primordial mostrar à sociedade que a educação acontece em toda parte e continuamente, o que significa poder observar as multifaces da realidade, entendendo que ao fazer conexões com a realidade se produzem novos conhecimentos. Conhecer o real, o concreto, é que ajuda o sujeito a compreender a sua condição de existência e, no diálogo com o saber sistematizado, bem como com a mediação do educador, vislumbrar novas possibilidades de intervir e transformar a realidade.

O debate sobre a Educação do Campo, reconhecendo a necessidade e premência em pensar a educação pelo viés da pluralidade, da diferencialidade territorial, tem se afirmado como um território imaterial, produzindo um campo de conhecimento que tem avançado na proposta em subsidiar políticas baseadas na inclusão dos sujeitos do campo e no estímulo à participação democrática no horizonte da garantia de direitos sociais.

Contudo, não se trata de qualquer educação, mas, da Educação do Campo. Trata-se de avançar na construção de outros conceitos de educação, enquanto processo formativo contínuo, que vise à ação para a disputa territorial. Negar a possibilidade de uma educação, que na perspectiva freireana pode ser denominada de libertadora, significa privar as populações rurais do direito à educação, o que pesa negativamente para a objetivação de projetos de desenvolvimento que buscam superar a matriz de produção fundamentada no agronegócio, sinalizando para a implementação de projetos com base no paradigma agroecológico.

Nessa perspectiva, a experiência cotidiana precisa ser priorizada para que se produzam transformações do senso comum, sem, contudo, romper com ele, mas, potencializá-lo e problematizá-lo. Para tanto, é necessário configurar uma pedagogia do campo que assuma o desafio de produção, troca e elaboração de instrumentais metodológicos que favoreçam o desenvolvimento de um currículo que esteja a serviço da emancipação dos sujeitos do campo, assumindo o desafio pedagógico de elaborar propostas que incluam e promovam os saberes locais, a identidade, a memória e a história dos povos do campo.

Assim, a terra deve ser o elemento-chave; já a cultura, a identidade, as lutas, a história do campo, necessitam ser o ponto de partida para o trabalho em sala de aula. Então, a Escola do Campo não é qualquer escola que fica limitada ao mundo das



primeiras letras, ou com saberes que não contribuam para que o aluno do campo resgate a autoestima de ser agricultor(a). Ou seja, esta escola precisa estar plantada no solo do campo, produzindo conhecimentos sobre a realidade e ajudando as pessoas que nela vivem para transformá-la. Isso indica que os temas a serem explorados na escola precisam estar vinculados ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento do campo. O como ensinar (metodologia) também deve ser adequado à realidade do campo, resgatando os materiais disponíveis no meio ambiente que facilitem a interface com a ênfase dessa formação (Educação do Campo), conhecimentos que os pais, os estudantes, os técnicos, as lideranças das comunidades possuem sobre as diferentes temáticas a serem trabalhadas na área de Ciências da Natureza.

Dessa forma, pensando no compromisso social com as escolas e comunidade regional, bem como nas Resoluções n.º 2/2017 – CONSUNI/CGAE, n.º 2/2015 – CNE e no PPI/UFFS, 2010, o curso compromete-se com:

I – a formação de professores da Educação Básica pública, articulando ensino, pesquisa e extensão, conforme os objetivos e princípios da Política Institucional da UFFS;

II – a inclusão;

III – a articulação da UFFS com a comunidade regional, contribuindo para a consolidação da educação pública de qualidade nesta região e a superação do modelo de desenvolvimento excludente em vigor;

IV – o fortalecimento das relações entre os cursos de licenciatura da UFFS e os programas de pós-graduação;

V – a gestão democrática e o planejamento participativo;

VI – a democratização do acesso e da produção do conhecimento científico e tecnológico, bem como o compromisso com a melhoria da qualidade da educação básica pública;

VII – o conhecimento como *práxis* social (cultura e trabalho), como parte integrante das práticas sociais mais amplas, em que determinados aspectos ou dimensões da realidade são recortados e convertidos em objetos de análise e de (re)significação, cujo resultado retroage sobre essa mesma cultura e a dinamiza;

VIII – a articulação da UFFS e a Educação Básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares.

IX – o reconhecimento das escolas de educação básica pública e seus sujeitos



como coformadores;

X – a construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, estabelecendo dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade, por meio do acesso e permanência na educação superior.

Nesse sentido, a formação dos licenciandos desse curso dar-se-á com base nesses pressupostos, tendo em vista uma sólida formação não somente na área disciplinar de referência, mas, nos aspectos didático-pedagógicos e ético-políticos. Ressaltamos o compromisso da universidade com a formação de professores para atuar na Educação Básica pública, democratizando o acesso e a construção de novos conhecimentos que auxiliem esse futuro professor a qualificar sua prática pedagógica.

Assim, portanto, tais pressupostos serão plenamente desenvolvidos se construídos coletivamente, com o estabelecimento de parcerias com as escolas de educação básica, mediante a contribuição dos professores que nela atuam, considerando-os coformadores de professores. É com o trabalho articulado entre escola – universidade que ambos os espaços de formação poderão ser qualificadores da educação básica e superior.

5.2 Referenciais Epistemológicos

Ao buscar uma linha epistemológica que perpassa a proposta curricular deste curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, entendemos ser necessário referenciar alguns pressupostos que indiquem concepções de como se compreende, principalmente, a educação, o ensino, a aprendizagem e a perspectiva agroecológica.

A educação representa o processo de atuação de uma comunidade sobre o desenvolvimento do sujeito, para que ele possa atuar numa sociedade que busca articular-se de forma coletiva. Nesse horizonte, deve-se considerar o ser humano no plano histórico e intelectual, tendo consciência das suas possibilidades e das limitações, compreendendo e refletindo sobre a realidade que o cerca, potencializando alternativas de transformação social, por meio da solidariedade e do respeito aos aspectos multiculturais. Por isso, é importante o “reconhecimento da historicidade e da complexidade da organização curricular, envolvendo seus conflitos e contradições” (Resolução n.º 2/2017 – CONSUNI/CGAE, p. 3).



Assim, Freire (1992, p. 28) assevera que “a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados, estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos”. Tal afirmação remete à reflexão sobre o processo educativo contínuo, pautado pela busca permanente da melhoria da qualidade da formação docente e discente em seus múltiplos espaços. Todo o ato educativo implica um conceito de homem e de mundo concomitantes, por isso, é necessário não apenas estar no mundo, mas estar aberto ao mundo. Isso indica que não é papel do professor transmitir conhecimentos, pois estes já existem, tendo em vista que os educandos já possuem um conhecimento anterior fruto de suas vivências, para além do espaço escolar. É necessário orientar o sujeito para a construção/produção do conhecimento existente. Nesse sentido, para essa construção/produção de conhecimento, é importante haver integração entre ciência, tecnologia, ética e estética, respeitando a vida em sociedade e os saberes populares.

Podemos, desse modo, afirmar que a educação não tem fórmula pronta, a fórmula é criada e recriada a cada momento pelo incentivo ao educando, pela consideração aos seus conhecimentos prévios, pela inserção da história da comunidade no currículo, no sentido de motivar a criatividade, a curiosidade e o avanço no processo de ensino e aprendizagem. Isso indica a percepção e a dinâmica acelerada do desenvolvimento da humanidade que não pode concentrar-se apenas na produção de meios tecnológicos que possibilitam maior comodidade, esquecendo-se de analisar as consequências que tal processo poderá gerar.

A escola, enquanto espaço formal perpassado por intencionalidades, dedica-se ao ato de ensinar. Paviani (1986, p. 53) destaca que o “ensino” tem o significado de preparar o indivíduo para que esteja atento e sensível à realidade social e histórica, ou seja, “em condições de experimentar na prática os conhecimentos científicos”. Nesse sentido, defende-se que o conhecimento construído na escola tenha relações com a prática social mais ampla.

Ressaltamos, também, que o ensino é uma das possibilidades de comprometer-se com o homem e com a situação em que ele vive. Para isso, necessita-se acentuar a reflexão crítica, no sentido de tornar os sujeitos agentes capazes de refletir suas próprias ações. Todavia, “sem uma atitude crítica perante a realidade e seus meios de expressão, [...], torna-se difícil estabelecer políticas, objetivos e critérios que respeitem as condições culturais de um determinado meio” (PAVIANI, 1986, p. 51).



Da mesma forma que Paviani (1996) dedica um significado para o ensino, referencia que a “aprendizagem” é significada pela ampliação do saber e da experiência de mundo, sem, contudo, eliminar a realidade cultural do homem ou substituí-la por uma cultura imposta. Para Paviani (1986, p. 50), a aprendizagem “supõe liberdade de ação e de pensamento de um espaço próprio onde as pessoas podem optar e movimentar-se dentro de um processo dinâmico”.

A despeito disso, o processo de ensino e aprendizagem precisa ser reconhecido como possibilidade de que não sejam ignoradas as necessidades e as condições socioculturais do ser humano como sujeito e agente do e no contexto sócio-histórico que se (re)constrói diariamente, o que vai ao encontro das reflexões presente na Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE, quando reconhece o conhecimento como *práxis* social – cultura e trabalho – como “construto sócio-histórico, constituinte do humano, cuja apropriação torna possível o desenvolvimento de cada indivíduo singular e a transformação dos processos sociais por meio da sua ação qualificada” (p.4). Ainda, cabe ressaltar que numa sociedade que é movida pela matriz da ideologia capitalista, boa parcela da população visa apenas o seu bem-estar, seu interesse individual, não se importando com os males que a busca pelo “ter” pode causar à vida na terra e suas implicações sociais para a coletividade.

Entendemos, dessa forma, a necessidade urgente de (re)pensar os modos de exploração dos recursos naturais e da produção da vida, tanto no campo como na cidade. Nessa perspectiva, o campo da Agroecologia articulada com conceitos científicos e tecnológicos representa uma proposta alternativa de exercer uma agricultura familiar mais justa, que seja economicamente viável e ecologicamente sustentável. Em relação ao enfoque agroecológico, Petersen (2007) refere que o ser humano de forma individual ou coletiva tem capacidade para produzir novos conhecimentos. Portanto, o saber representa uma construção social e não se pode

[...] reservar essas atribuições sociais a alguns poucos membros da sociedade, como é próprio do difusionismo tecnológico, que representa o desperdício de aptidões cognitivas inerentes a toda e qualquer pessoa. Sob essa perspectiva, o difusionismo é um método de gestão de conhecimento anti-ecológico e desumanizador. A partir dessa nova compreensão [...], a Agroecologia se desenvolveu rompendo com o positivismo lógico que desconhece a validade de conhecimentos que não sejam produzidos pelo método científico. Com efeito, a construção do conhecimento agroecológico se faz mediante a revalorização das sabedorias locais sobre uso e manejo dos recursos naturais e a sua integração com os saberes de origem acadêmica



(PETERSEN, 2007, p. 7).

Nessa mesma linha, é necessário destacar que a realidade não pode ser concebida de forma fragmentada, bem como a Ciência, a Agroecologia e a Tecnologia não são processos lineares, divididos e indissociáveis dos processos sociais, ou seja, toda essa complexidade não pode ser compreendida num paradigma cartesiano, haja vista que:

[...] a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (CAPORAL, 2009, p. 17-18).

A sociedade, em geral, está carente de condições para uma vida digna pois, de um lado faltam condições materiais e, de outro, falta conhecimento e postura ética. Acreditamos que o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e sociais, por intermédio de uma atitude interdisciplinar da docência, possibilita desencadear meios para superar a produção de conhecimentos fragmentados e as condições de injustiça e opressão a que estão submetidos, principalmente, os trabalhadores do campo.

Dessa forma, precisamos entender a docência como uma atividade profissional com intencionalidade e metódica, “que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano a partir dos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade e da definição e organização de métodos que viabilizem esse desenvolvimento em cada indivíduo singular” (Resolução nº. 2/2017 – CONSUNI/CGAE, p.3).

Assim, portanto, opor-se às condições injustas e opressoras é decisão difícil de ser assumida, mas, constitui-se em desafio para aqueles que se sentem comprometidos e solidários em viabilizar boas condições de vida para manter a população no campo. Para tanto, faz-se necessário construir conhecimentos e ferramentas adequadas de intervenção, visando a democratização do conhecimento, a transformação social, política, econômica e cultural, o que pode ocorrer por meio da articulação do ensino, pesquisa e extensão com a educação básica pública, a partir das discussões do desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia e suas implicações sociais, das relações de poder e das contradições sociais, políticas e ideológicas presentes na sociedade.



5.3 Referenciais Didático-pedagógicos

O curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura da UFFS – *Campus* Erechim, aponta como intencionalidade a necessidade de formar um professor que prime pelo trabalho docente, articulando os saberes sistematizados aos saberes que se enlaçam às práticas dos sujeitos que vivem no campo. Para tanto, indica como princípios metodológicos: o diálogo, a problematização, a contextualização, a interdisciplinaridade, a relação teoria-prática, a humanização, a ética e o compromisso com a transformação.

De acordo com as diretrizes curriculares nacionais para formação de professores, são

princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada (...): a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação (BRASIL, 2015, p.02).

Nesse sentido, tendo foco na docência, os cursos de licenciatura precisam conceber que a atividade docente é um ato intencional e metódico, que passa pelos momentos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades didático-pedagógicas. Tais momentos precisam ser vistos como estratégias de qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, estabelecendo uma articulação entre objetivos, ações e resultados.

Um dos principais desafios nesse curso, que é necessário enfrentar, diz respeito à prática interdisciplinar. Apesar de o curso ser estruturado por componentes curriculares bem delimitados, é necessário criar espaços, tempos e processos para desenvolver propostas de intervenção pedagógica na perspectiva da interdisciplinaridade, concretizando, na prática, a atitude interdisciplinar.

Outro desafio do curso refere-se ao regime da Alternância, que tem como premissa promover uma aproximação mais efetiva entre o ambiente educativo, entre as práticas docentes e o tratamento dos conhecimentos da área em questão. Assim, pretendemos que os componentes curriculares desenvolvidos sejam propostos e organizados de tal maneira que os estudantes exercitem e experimentem diferentes intervenções no local de origem (no Tempo Comunidade), ressignificando-os no Tempo



Universidade e vice-versa.

Isso pressupõe uma dimensão do conhecimento que se aproxima da perspectiva freireana, em que o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo, requerendo a ação transformadora sobre a realidade, demandando a busca constante pela reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer. Assim, desenvolvem-se situações que possam atenuar a histórica cisão entre teoria e prática, trabalho manual e intelectual, propondo uma educação múltipla, que desmistifica o conhecimento, o trabalho e a cultura enquanto processos neutros e separados das relações sociais, culturais e de identidade.

Destacamos, nesse sentido, a incorporação de espaços e momentos de integração dos estudos realizados no decorrer de um conjunto de componentes com caráter, conteúdo e métodos específicos. Tal interação curricular dar-se-á principalmente por meio dos Seminários Integradores I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. Esses componentes têm a função de integralizar a carga horária destinada à Prática como Componente Curricular (PCCr) e prevê organização e planejamento coletivo por parte dos docentes do curso, assim como tem interface com a comunidade escolar. Nesse sentido, a PCCr estabelece e fortalece a articulação entre escola e universidade. O Tempo Comunidade é um potencializador da PCCr, uma vez que estabelece um diálogo e interação com a escola e comunidade em todos os componentes de maneira coletiva.

Nos componentes de Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, distribuídos em todos os semestres letivos, serão realizados momentos de planejamento e avaliação das atividades didático-pedagógicas de cada semestre, em cada Seminário, processos esses realizados no coletivo do curso. Importante salientar que o planejamento, o desenvolvimento de ações e a avaliação dessas pressupõe o envolvimento de todos os componentes curriculares da fase, sendo esses componentes de Domínio Comum, do Domínio Conexo e do Domínio Específico, além de sistematizações realizadas no campo dos estágios curriculares. Com isso, buscaremos manter a coerência com a opção pela reflexão sobre a prática, bem como pelo registro dessa reflexão, enquanto momento privilegiado de acesso e tomada de consciência, bem como de construção e ressignificação de conhecimentos.

De acordo com a concepção e proposta do curso, cabe ressaltar que a articulação entre teoria e prática ocorre em todos os componentes que compõem a matriz curricular da formação inicial dos docentes para atuar nas Escolas do/no Campo.



Tal articulação necessita ser desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, tendo como base os registros das atividades realizadas e a solução das situações-problema.

No curso, a articulação entre a pesquisa e a ação pedagógica deverá ser elemento básico da formação do professor. Desse modo, parte dos componentes curriculares empenhará esforços no sentido de relacionar as atividades teóricas aos dados provenientes de investigações/ações, criando condições para que o acadêmico recrie as razões que justificam a necessidade do conhecimento teórico-prático em sua formação docente inicial.

O preceito da articulação entre ensino e pesquisa ainda permite a consideração ao princípio da contextualização. Essa constitui princípio político-pedagógico que se inscreve no ato da docência, na medida em que permite aos sujeitos tomar como ponto de partida de seu trabalho o enfrentamento de sua visão sobre a realidade e da visão que os outros têm, em relação aos mesmos elementos. Desse modo, a problematização, elemento inerente à atividade de pesquisa, torna-se um dos eixos do ato de ensinar e de aprender, o que pode contribuir para a concretização do estreitamento da relação entre teoria e prática.

Ressaltamos que o processo metodológico estará subsidiado com os recursos das inovações tecnológicas da comunicação e da informação, além dos recursos bibliográficos, dos trabalhos entrelaçados aos campos de atuação do professor, dos seminários, das produções didático-pedagógicas, diagnósticos da realidade, diários de campo, saídas de campo e/ou viagem de estudos, atividades orientadas, entre outros instrumentos e estratégias que contribuam para que o ato de ensinar e de aprender seja dinâmico e significativo para a formação docente.

Além disso, será mantido diálogo com os fóruns dos domínios curriculares, das coordenações de estágio e de TCC, bem como com setores da universidade que contribuam com as ações de ensino no *campus*, entre elas, o Setor de Assuntos Estudantis (SAE), Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), Núcleo de Acessibilidade, Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), dentre outros.

Portanto, temos como eixo norteador das práticas didático-pedagógicas do curso a concepção de “Campo”. Necessariamente, estamos compreendendo o campo enquanto espaço de vida e isso implica numa tomada de posição entre duas diferentes perspectivas: campo enquanto espaço histórico de carência e dificuldades a serem



ultrapassadas, portanto, de transformação desta realidade; campo enquanto espaço de produção apenas, ou seja, sem gente, tal como o agronegócio preconiza. De modo a problematizar essas duas perspectivas, trazemos a Agroecologia enquanto conceito organizador, uma ciência integradora, que se utiliza do conjunto de conhecimentos das diferentes ciências.

Procuramos, também, agregar conhecimentos tradicionais e saberes populares, a fim de estabelecer uma compreensão mais aprofundada em relação à economia, sociedade, ambiente, agricultura, política, ética, que permita um diálogo universalizado, numa visão de totalidade entre essas esferas tão particularizadas na atualidade. Dessa forma, a Agroecologia permeará transversalmente todos os tempos e espaços previstos no curso, vindo a constituir-se como eixo articulador do trabalho pedagógico.

5.4 Referenciais Legais e Institucionais

No Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, estão sendo consideradas diversas normativas legais, tanto aquelas gerais que definem regulamentos para os cursos de graduação da UFFS, quanto aquelas normativas mais específicas, referentes a cursos de licenciatura e aos cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil.

Dentre as normativas para todos os cursos da UFFS podemos citar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFFS; o Regulamento de Graduação (Resolução nº 04/2014 – CONSUNI/CGRAD), assim como o Regulamento de Estágios, do Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP, do Núcleo de Acessibilidade, do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas – PIN e do Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos – PROHAITI. Também é respeitada a Resolução CNE nº 3, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.

Atentamos também para o atendimento da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e demais deficiências; a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e a Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre



requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Para contemplar as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, as temáticas são trabalhadas nos componentes curriculares de História da Fronteira Sul, Educação Popular, Escola e Educação do Campo, em projetos de pesquisa e extensão e em seminários e eventos organizados para a discussão do referido tema. Cabe destacar que o curso possui a maior densidade de estudantes indígenas da UFFS e que, por esse motivo, essa temática é amplamente contemplada nas atividades do curso.

Já nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012, a temática é abordada nos componentes curriculares Educação Popular, Escola e Educação do Campo e Educação – movimentos sociais e organizações comunitárias, Direitos e Cidadania e, de modo transversal, nos componentes curriculares do curso e nas demais atividades acadêmicas desenvolvidas, com destaque para o Seminário de Formação de Educadores do Campo – SIFEDOC, realizado anualmente no *Campus* Erechim.

As políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002), são trabalhadas nos componentes curriculares de Meio ambiente economia e sociedade, Realidade do campo brasileiro, Ciências da natureza nos anos finais do ensino fundamental e Ciências da natureza no ensino médio, além de estar integrada de modo transversal em projetos de pesquisa e extensão e em seminários e eventos organizados para a discussão do referido tema, com destaque para o Seminário de Formação de Educadores do Campo – SIFEDOC, realizado anualmente no *Campus* Erechim.

A temática da diversidade é trabalhada de modo transversal na formação dos(as) futuros(as) licenciados(a), nos componentes curriculares do Domínio Conexo, conforme fixado no anexo III da Resolução nº 9/2017 – CONSUNI/CGAE, que estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de licenciatura da UFFS -



Campus Erechim e no Domínio Específico do curso Interdisciplinar em Educação do Campo, o qual está descrito nas ementas dos seguintes Componentes Curriculares: Introdução ao pensamento social; Didática geral; Educação popular; Escola e Educação do Campo; Organização do trabalho escolar e pedagógico.

Podemos citar, ainda, a Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. A LDB apresenta princípios e fins da educação, organização e formas de funcionamento. Além disso, regulamenta a educação superior, para a qual estabelece como competência das universidades, enquanto instituições pluridisciplinares, a formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam pela produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional. Estabelece, também, que a formação de profissionais da educação terá como fundamentos a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando.

O PNE, aprovado em 2014, tem vigência por 10 anos. Nele há 20 metas e várias estratégias para todos os níveis de ensino, incluindo recursos financeiros a serem empenhados, valorização dos profissionais da educação, número de matrículas a serem atingidas, dentre outros aspectos. Para a educação superior, as metas são para um aumento considerável no número de matrículas da graduação, assim como aumento do número de profissionais em nível de pós-graduação (mestrados e doutorados). Há, também, a previsão de ampliar o número de professores em serviço com graduação, para aqueles que ainda não possuem, e de professores com pós-graduação, para aqueles que já possuem curso de graduação.

Além dessas normativas, o curso tem como subsídios as seguintes leis, resoluções e pareceres:

- Parecer CNE/CEB nº 36/2001, que dispõe sobre Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo. Inicia com breve relato sobre a construção do parecer, seguido de uma análise do contexto educacional nos últimos anos para, com base nela, apresentar a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da



Educação Básica.

- Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que “Institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo”, através de “um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal”. Atenta para a questão diferencial da identidade da escola do campo, por vincular-se às questões inerentes à sua realidade, ancorar-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e, ainda, no papel dos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade de vida coletiva do país. Ainda neste parecer, autoriza-se a estruturação do ano letivo independente do ano civil, observada a LDB quanto aos artigos 23 (organização dos tempos e classificação dos alunos, adequação do calendário escolar às peculiaridades locais), 24 (carga horária e dias letivos, tipos de classificação e organização, avaliação, controle de frequência, entre outros) e 28 (possibilidade de adaptação dos sistemas de ensino na educação básica para a população rural, em função de sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, no que se refere aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; à organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e à adequação à natureza do trabalho na zona rural). Ressaltamos, nesse parecer, o destaque feito em relação ao artigo 67 da LDB, que determina aos sistemas de ensino as políticas de formação inicial e continuada, no sentido de habilitar os professores leigos e promover o aperfeiçoamento permanente dos docentes. Ainda, nesse sentido, amparado em uma série de artigos da LDB, além de resoluções e pareceres, pontua que para o exercício da docência na Educação Básica, no Ensino Médio, o professor tenha, no mínimo, cursado licenciatura.

- Parecer CNE/CEB nº 1/2006, que dispõe sobre dias letivos e aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Reconhece a pedagogia da alternância como a alternativa mais adequada para a educação do campo, através da relação de três agências educativas: a família, a comunidade e a escola; atesta o cumprimento desta quanto aos tempos e prazos (mínimo



de 800 horas e duzentos dias letivos); pontua os instrumentos pedagógicos utilizados nesse modelo; explicita as diferenças entre as formas de alternância adotadas nos espaços educativos; a participação da família/comunidade no processo de aprendizado do educando, entre outros elementos. Também resgata a importância dessa forma de ensino para a realização do que rege o artigo 22 da LDB, (sobre as finalidades da educação como elemento de capacitação para a formação básica para a cidadania, o trabalho e estudos posteriores), bem como o artigo 23, que trata das adequações do Calendário Escolar de acordo com as peculiaridades locais. Prevê uma articulação próxima e real entre o saber (teoria) e o fazer (prática), de forma que essa relação possibilite o desenvolvimento integral do sujeito, permitindo sua ação-transformação do meio em que vive. Permite que sejam consideradas como atividades escolares aquelas realizadas em outros espaços educativos, para além da sala de aula, como trabalhos teóricos e práticos, leituras, pesquisas e trabalhos em grupos, estando registrados na programação da proposta pedagógica da instituição.

- Resolução CNE/CEB nº 2/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, regulamentando o atendimento das populações rurais, quais sejam: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. A Educação do Campo será desenvolvida, sempre que possível, pelo ensino regular, mas também, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, quando necessário, acontecendo prioritariamente nas próprias comunidades rurais. Quanto à formação inicial e continuada dos professores, aponta-se para uma formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com as especificidades deste espaço/território.

- Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, regulamentando as orientações para a organização curricular e arranjos possíveis, inclusive permitindo adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, onde os conteúdos curriculares e metodologias deverão estar apropriados às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural. Também poderá haver a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, bem como à natureza do trabalho na zona rural. Ressalta, em seu artigo 36, que “A identidade da escola do campo é definida pela



vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”. O que permite formas de organização e metodologias adequadas à realidade do campo, como a pedagogia da terra¹, por meio da qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante. Nessa resolução, também aparecem orientações sobre a organização das escolas indígenas e quilombolas, populações presentes em nosso território que necessitam ser atendidas e estudadas. Indica os elementos constitutivos para a organização das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, a saber: projeto político-pedagógico, sistema de avaliação, entre outros; o processo de avaliação, tanto no que se refere à avaliação da aprendizagem, quanto da avaliação institucional; e ao final, orientações sobre a formação inicial ou continuada do professor.

- Resolução CNE/CP n ° 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Nessa normativa há princípios orientadores de uma base comum nacional para a formação inicial e continuada de professores; a ressalva de sólida articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão; o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação de professores; e a defesa da docência como “ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação [...]” (BRASIL, 2015, p.02). Além disso, a resolução trata da carga horária mínima dos cursos de licenciatura do país: mínimo de 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos. Nessa

¹Segundo Gadotti (2005, p. 15) a Pedagogia da Terra é entendida como “movimento pedagógico, como abordagem curricular e como movimento social e político, representa um projecto alternativo global que tem por finalidades, por um lado, promover a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida quotidiana e, por outro, a promoção de um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico”.



carga horária inclui-se: I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas por um núcleo de estudos de formação geral e por um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional; IV – 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes.

– Resolução nº 2/2017 - CONSUNI/CGAE, que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica e define, dentre outras questões, que a organização curricular dos cursos de licenciatura será estruturada pelos domínios Comum, Conexo e Específico. Sendo o Domínio Conexo composto pelo grupo de componentes curriculares compartilhados por todos os cursos de licenciatura, independente da área específica de atuação, essa normativa estabelece seis eixos formativos. Desse modo, o Domínio Conexo ficou assim organizado no *campus* Erechim:

Eixo I: Fundamentos da Educação – 2 componentes curriculares pertencem a esse eixo: Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação; Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano;

Eixo II: Políticas, Financiamento e Gestão da Educação – 1 componente compõe o eixo: Políticas educacionais;

Eixo III – Diversidade e Inclusão – 2 componentes estão presentes: Educação inclusiva; Língua Brasileira de Sinais – Libras;

Eixo IV – Didáticas e Metodologias de Ensino – eixo composto pelo componente de Didática geral;

Eixo VI – Práticas de Ensino e Estágios – 1 componente compõe tal eixo: Estágio Curricular Supervisionado – Gestão Escolar.

Alguns eixos não possuem um componente curricular diretamente vinculado, mas permeiam diferentes componentes curriculares, como é o caso da temática Diversidade e Inclusão (Eixo III), que será tratada transversalmente nos componentes do Domínio Conexo, especialmente em Fundamentos Históricos, sociológicos e filosóficos da Educação e Didática Geral, bem como em componentes de outros domínios,



conforme expresso em suas ementas; e o Eixo V: Estudos e Pesquisas em Educação, que também não está contemplado em um componente em específico, mas será desenvolvido em diferentes componentes, como, por exemplo, em Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento Humano, Fundamentos Históricos, sociológicos e filosóficos da Educação e Didática geral, conforme previsto em suas ementas.

O PPC ainda obedece às seguintes legislações:

- . **Decreto nº 9.235**, de 15 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.
- . **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008** – dispõe sobre estágio de estudantes.
- . **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010** – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.
- . **Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016** – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos, a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.
- . **Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017** – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.
- . **Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE** - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.
- . **Resolução nº 10/CONSUNI/CGAE/UFFS/2017** – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral

Desenvolver o processo de formação inicial do professor do campo com ênfase em Ciências da Natureza, de modo que esteja capacitado para engajar-se aos desafios que se enlaçam à educação e à vida do e no campo, dialogando e mobilizando os acadêmicos para que se assumam consciente e politicamente como sujeitos históricos e de direitos.

6.1.1 Objetivos específicos

a) Promover a formação de profissionais capacitados para atuar em Escolas no e do Campo, de modo que utilizem os conhecimentos das Ciências da Natureza articulados com as demandas para produzir a vida no campo, valendo-se do ensino, da pesquisa e da extensão para compreender e transformar o contexto social, político, econômico, cultural e educacional do seu meio.

b) Oportunizar formação para suas atividades profissionais, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica, pautado na ética, na democratização cognitiva e social, visando produzir e difundir conhecimentos sobre os aspectos da educação do e no campo no contexto escolar.

c) Promover práticas interdisciplinares na trajetória do curso, ressaltando-se que a vivência de experiências desta natureza na formação inicial dos licenciandos possa referenciar o acadêmico em relação ao exercício da docência no contexto escolar da educação básica pública.

d) Estimular o entendimento da natureza em sua dinâmica e totalidade, reconhecendo o ser humano como solidário, criativo e agente de transformações sociais, refletindo sobre a ciência e a tecnologia e sendo capaz de realizar ações na educação do e no campo para uma sociedade mais inclusiva, democrática e humana.

e) Promover a compreensão do espaço do campo como um lugar para viver, reconhecendo sua importância para a qualidade de vida das cidades, a partir de uma alimentação saudável e da produção agrícola pautada na sustentabilidade, na agroecologia e na preservação do meio ambiente.

f) Problematicar as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, agindo



dentro destes pressupostos nos diferentes espaços educativos da sociedade, especialmente nos espaços em que se desenvolve a Educação do Campo e a Educação Popular, de modo a estimular a reflexão sobre alternativas para o desenvolvimento da autonomia do jovem do campo, ampliando as políticas públicas que qualifiquem a vida neste âmbito.



7 PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura estará habilitado para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio na área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento, bem como em outros espaços educativos escolares e não escolares. Entendido como o profissional que atuará, sob determinadas condições históricas e culturais, nos domínios político-educacional e didático-metodológico, sempre considerando as relações entre sociedade – campo – agroecologia – educação – Ciências da Natureza, estará apto a:

- atuar em escolas das zonas rural e urbana, tendo como perspectiva a minimização da complexidade e da dicotomia campo e cidade;
- construir “conhecimentos teórico-conceituais (gerais, específicos e pedagógicos) e por habilidades práticas, articulados entre si, que lhe possibilitam propor, desenvolver e avaliar suas ações, de forma intencional e metódica e em cooperação com o coletivo escolar”;
- tomar consciência das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária;
- inserir-se em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática;
- construir aportes teóricos e metodológicos sobre o ensino de Ciências, Biologia, Física e Química, enfatizando conteúdos atuais que podem ser utilizados como instrumentos para a compreensão crítica da natureza e do mundo contemporâneo;
- elaborar metodologias de ensino contextualizadas e entrelaçadas ao cotidiano do educando;
- desenvolver recursos didáticos experimentais na área de Ciências da Natureza, como uma maneira de difusão dos conhecimentos teórico-práticos dessa área do saber, buscando o desenvolvimento de práticas pedagógicas de maneira reflexiva;
- atuar em escolas, nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio na área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), nas diferentes modalidades de organização da educação básica, bem como em outros espaços educativos escolares e não escolares;



– assumir o compromisso precípuo com a escola pública de qualidade, sendo constituído como elemento integrador e socializador dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, articulando-os com os conhecimentos da cultura do campo;

– atender às demandas das comunidades camponesas e da educação dos seus cidadãos, e para tal necessita firmar-se nos pilares da docência como uma maneira de articular teoria e prática; da responsabilidade ética e social consigo e com o outro; da educação continuada como forma de permanente atualização.

– atuar atento aos processos educativos necessários às comunidades do campo, preparando sujeitos capazes de organizarem-se coletivamente com as famílias e/ou com grupos sociais de origem, implantando iniciativas e/ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, incluindo a participação ativa da escola.

– utilizar os conhecimentos das Ciências da Natureza construídos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, para compreender e transformar o contexto sócio-político do seu meio, entendendo as relações que se estabelecem entre ciência, tecnologia e sociedade, agindo dentro pressupostos de um desenvolvimento sustentável nos diferentes espaços educativos da sociedade.

– atuar com qualidade e responsabilidade em prol de ações formativas voltadas à agroecologia, à soberania alimentar, à valorização da economia solidária, à conservação e manejo da biodiversidade e meio ambiente, visando à melhoria da qualidade de vida.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 Concepção de currículo

Compreendemos o currículo como uma escolha cultural, “um projeto seletivo de cultura, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade educacional e que se torna realidade dentro das condições da qual se acha configurada” (SACRISTÁN, 2000, p. 34). Ainda, segundo Sacristán, todo o currículo contém “uma orientação teórica que é, por sua vez, síntese de uma série de posições filosóficas, epistemológicas, científicas, pedagógicas e de valores sociais” (2000, p. 35). Por ser fruto de um posicionamento que orienta o agir pedagógico, ao fazer essa opção cultural, a instituição seleciona alguns saberes e exclui outros.

A inserção de certos conhecimentos no currículo implica a valorização de grupos sociais e culturais; da mesma forma, a exclusão de conhecimentos gera o silenciamento, a não existência. A escolha de um projeto faz eleger os conhecimentos em virtude da formação que pretende oferecer aos educandos e essa formação abrange, além de aspectos cognitivos, também comportamentos e posicionamentos frente aos conhecimentos produzidos e selecionados e ao contexto ao qual faz parte. Ou seja, o currículo não condiciona e produz só conhecimentos; condiciona e produz posturas.

Nesse sentido, o conceito ainda expressa, em muitos casos, a desigual relação de poder, pois a cultura, referindo-se aos modos de vida, comportamentos e valores, existe em formas e conteúdos distintos e, por isso, algumas culturas são constantemente inferiorizadas. Essa inferiorização cultural está subjacente nessa seleção de conteúdos elencados.

Historicamente, os saberes e culturas de povos que vivem em comunidades menores, como em muitas aldeias indígenas, comunidades remanescentes quilombolas, comunidades rurais distantes do modo de vida urbano e industrializado, não se veem representados e, pior, são identificados como atrasados por não possuírem os mesmos padrões culturais que, por exemplo, as sociedades urbanas e industrializadas possuem. Também Santomé explicita as desiguais relações de poder que prevalecem quando as “culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação” (2012, p. 161).

Na medida em que a heterogeneidade fica evidente na convivência entre



diferentes grupos, etnias, crenças e costumes, as relações sociais expressam relações culturais (intraculturais ou interculturais) e políticas (representam distribuições desiguais de poder) (SANTOS; MENESES, 2010), reveladoras da opressão historicamente constituída. Por isso, o currículo é sempre um produto e processo histórico que compreende o reconhecimento da historicidade e da complexidade da organização curricular, envolvendo seus conflitos e contradições (Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE, art. 5º, inciso I).

Outro aspecto fundamental ao se tratar do currículo de um curso de licenciatura está expresso nas diretrizes do currículo na formação de professores dos cursos de licenciatura, no inciso II do art. 13 (Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE). Conforme essa normativa, é preciso articulação entre o curso e o contexto escolar ao longo de todo o percurso formativo, tendo a escola como instituição coformadora de professores. Assim sendo, é indispensável pensar o currículo e o conhecimento acadêmico de modo indissociável à experiência e ao real vivido. A articulação do curso com o contexto escolar é condição para a promoção do desenvolvimento de habilidades práticas para o exercício da docência através do diálogo entre conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos.

A opção por uma concepção de currículo que pretende promover em seus processos pedagógicos a construção dos conhecimentos, por meio da contextualização implica, também, pensar o conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. O curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura abarca conhecimentos de diversos campos do saber, como: a Matemática, a Biologia, a Física, a Química, a Educação, a Informática, a Agroecologia, dentre outros, o que exige uma postura de resignificação do processo de organização, desenvolvimento e construção do conhecimento. Nesse sentido, a interdisciplinaridade se apresenta como uma maneira precípua para promover uma formação integrada e articulada com a realidade social, política, econômica e cultural, que exige sempre mais uma formação cidadã, consciente, crítica, reflexiva e emancipatória.

O trabalho interdisciplinar requer a ruptura com posturas individuais e fragmentadas que compartimentalizam os conhecimentos, preterindo a riqueza e a complexidade do trabalho relacional. Segundo Morin (2002), a interdisciplinaridade consiste em troca, cooperação, pois o conhecimento é um movimento articulado entre saberes, ou seja, é relacional. Dessa maneira, para que a prática interdisciplinar ocorra o



trabalho no curso precisa ser integrado, promovendo trocas entre os diversos campos do saber que envolve a formação do professor. Com base nisso, a postura dos docentes do curso necessita ser a de abertura ao diálogo, ao intercâmbio, ao trabalho em conjunto, tendo em vista que a formação do licenciado em Educação do Campo, com foco na área de Ciências da Natureza, requer uma formação interdisciplinar, por isso, é essencial que todos se predisponham a trabalhar de forma colaborativa e participativa.

O desenvolvimento de uma tarefa interdisciplinar requer o conhecimento da realidade numa perspectiva relacional, haja vista que o trabalho pode ser realizado por meio da pesquisa e da problematização da realidade sócio-educacional, para que se estabeleça o diálogo entre os conteúdos e os eixos-temáticos que configuram a proposta do curso em Educação do Campo. Nessa perspectiva, é preciso evitar a separação do saber em disciplinas que rejeitam as ligações com o seu meio, sendo esse o grande desafio do corpo docente desse curso de licenciatura. Essa postura é alternativa a uma estrutura curricular disciplinar e fragmentada, bastante comum nos cursos de licenciatura do país, e que possui reflexos nas escolas de educação básica. A alternativa a essa postura rígida é um currículo mais flexível, elencando temáticas comuns entre diferentes disciplinas, por exemplo. Por isso, é preciso repensar a ideia de uma estrutura fechada e hierarquizada de disciplinas e colocar-se à disposição para a aprendizagem com seus pares.

A flexibilidade e a autonomia na estrutura curricular parte do pressuposto de que o curso é um percurso que necessita ser construído diuturnamente, considerando os saberes e conteúdos da vivência e experiência do acadêmico, que busca o conhecimento de modo interativo. A flexibilidade representa o modo de romper com a rigidez dos currículos tradicionais, desenhados sem alternativas de proporcionar ao acadêmico o direito de escolher o percurso que seguirá na sua formação inicial e na continuada, como docente. Ainda, cabe destacar que a flexibilidade pode ser evidenciada no currículo, por intermédio das atividades complementares, o que permite ao acadêmico construir seu itinerário formativo, vislumbrando opções concretas de aperfeiçoamento e/ou aprofundamento de estudos nas áreas de seu interesse, tanto pessoal como profissional.

Nessa perspectiva, o acadêmico do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura é considerado sujeito ativo no processo de construção de seu conhecimento e da sua educação. Portanto, a flexibilização e



autonomia no e do currículo fortalece essa concepção, quando possibilita a escolha por componentes curriculares que contemplem e complementem seu campo de interesse profissional e permitem ao acadêmico acompanhar as sucessivas transformações econômicas, políticas, científicas, sociais, culturais, tecnológicas e informacionais da contemporaneidade.

Considerando tais conceitos, o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, possui características de interação entre vários conteúdos, tanto da área das Ciências da Natureza como das demais áreas, buscando embasar o ato de ensinar num conhecimento permanentemente problematizado, contextualizado e globalizado. Também, torna-se imperativo salientar que a concepção pedagógica desse curso procura atender novas expectativas, especialmente aquelas que favoreçam a construção e a produção do conhecimento, que possa dar conta de um olhar crítico-reflexivo sobre a educação em geral, mas, principalmente, sobre a educação do campo.

8.2 A docência na educação básica pública

De acordo com os princípios da política institucional de formação de professores, no artigo 2º inciso IV, a docência é a

[...] atividade que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano a partir dos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade e da definição e organização de métodos que viabilizem esse desenvolvimento em cada indivíduo singular.

A definição de docência assim colocada entende que a finalidade dessa atividade é o desenvolvimento humano e a organização dos métodos como meio para alcançar esse fim. Para tanto, o professor necessita situar-se no momento histórico, reconhecendo suas potencialidades e limitações, assumindo compromissos éticos com a valorização da educação no e do campo e da escola pública, tendo em seu horizonte uma educação de qualidade socialmente referenciada. Entendemos, dessa forma, que o professor precisa dar especial atenção à construção de saberes a partir da reflexão crítica acerca da sua própria prática pedagógica de maneira colaborativa entre os sujeitos envolvidos na práxis educativa. Essa, por sua vez, ocorre enlaçada às diferentes problemáticas que configuram o contexto social do cidadão nas instâncias local e



global, buscando com isso a melhoria da qualidade da educação básica, especialmente aquela que se realiza na escola pública no e do campo.

No mundo contemporâneo, os contextos econômico, social, político, cultural e científico-tecnológico apontam para um olhar na perspectiva de novos paradigmas, o que exige atenta reflexão crítica acerca das práticas educacionais e dos modelos que as fundamentam.

Estamos inseridos no que denominamos de “sociedade do conhecimento”, na qual é necessário buscar a superação da dicotomia entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais, considerando que elas não são isoladas e tampouco desconectadas. O docente precisa ter em mente que essa nova concepção de “sociedade do conhecimento” está focada no estudante e na aprendizagem. Nesse sentido, para ter sucesso na preparação do futuro profissional da educação, o ensino necessita resultar numa aprendizagem significativa.

A concepção pedagógica do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura propõe-se alicerçar pressupostos que atendam as demandas da “sociedade do conhecimento” num paradigma emergente, no qual o docente precisa (re)construir sua prática pedagógica com uma visão crítica e emancipatória. Cabe destacar que não se trata de oferecer um modelo prescritivo, mas vislumbrar caminhos metodológicos para a concepção de um novo papel de professor e aluno nos diferentes espaços educativos. A compreensão da mudança de paradigma torna-se imprescindível para a reflexão que o docente necessita fazer sobre sua própria ação pedagógica em sala de aula, atitude essa que se refletirá de forma positiva no estudante da educação básica.

Acreditamos que formar é organizar contextos de aprendizagem que sejam exigentes e estimulantes. Ou seja, ambientes formativos que potencializem o cultivo de atitudes responsáveis e éticas, fazendo com que desenvolvam capacidades para o respeito à diversidade e a convivência em sociedade, convivendo e intervindo em interação com os outros cidadãos – agentes sociais. Entendemos que o hábito de refletir motiva o sujeito para continuar a aprender e a investigar, reconhecendo a importância das dimensões afetivas e cognitivas do ser humano, reagindo de forma consciente pedagógica e politicamente em face das mudanças e dos riscos que caracterizam uma sociedade em profundas transformações.

Para que se possa caminhar nessa direção, torna-se indispensável compreender



“a prática educativa como atividade interdisciplinar e articuladora do processo formativo, cuja composição integra uma amplitude de saberes conceituais (das áreas e do currículo escolar), contextuais, pedagógicos, da experiência docente e dos sujeitos da aprendizagem” (Resolução nº 2/2017 - CONSUNI/CGAE, Art.4, inciso III). A organização do trabalho educacional necessita da contribuição intradisciplinar e interdisciplinar, ou seja, precisa da articulação de outras ciências para explorar e aprofundar determinado objeto de estudo. Nesse sentido, o currículo volta-se para a formação de um profissional da educação capacitado para atuar em diferentes situações educativas, seja na escola, fora dela, na docência ou em atividades de cunho social, com condições de intervir de forma competente, onde aconteça a atividade educativa.

No curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura pretende-se uma sólida formação específica e pedagógica, que habilite para uma prática docente competente e compromissada com os ideais maiores da educação do campo, tendo em conta o contexto social, político, econômico e cultural brasileiro. Para tanto, o docente necessita interagir com a realidade que o circunda, produzindo material didático quando necessário, buscando soluções para situações-problema por meio de práticas alternativas e tecnológicas. Assim, na perspectiva de desenvolver um curso, em que o princípio da interdisciplinaridade seja a base de um agir colaborativo, participativo e corresponsável, os saberes desta proposta serão trabalhados no horizonte de:

- Desenvolver investigações que contribuam para o estabelecimento de um corpo sistematizado de conhecimento, que favoreça tanto a evolução da investigação na área das Ciências da Natureza quanto a formação de professores para atuar em diversos níveis de ensino e em distintos espaços e modalidades educacionais.
- Conhecer as relações entre desenvolvimento científico e tecnológico e aspectos sócio-político-culturais na contemporaneidade, reconhecendo o papel da área de Ciências da Natureza na produção regional, destacando o papel da Biologia, da Física e da Química para esse desenvolvimento.

8.3 As articulações do currículo com a Educação Básica

Esta proposta tem como finalidade a implementação do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura. O referido curso visa,



primordialmente, contribuir com as políticas de formação de educadores/as da região, sobretudo, para atuarem em escolas do campo e outros espaços formativos condizentes com a perspectiva da agricultura familiar e da educação popular. Assim, pretende formar professores e sujeitos pertencentes aos movimentos e organizações sociais, comunidades indígenas, quilombolas e agricultores familiares comprometidos com a discussão e construção de um projeto de desenvolvimento dos e com os povos do campo.

Atualmente existe, de modo geral, uma distância entre os conhecimentos trabalhados nos componentes curriculares dos cursos de licenciatura, os conhecimentos existentes historicamente na escola e a prática docente na educação básica. Além dessa distância, prevalece uma enorme dificuldade em avançar na formação interdisciplinar na esfera da universidade e na relação desta com a escola (Anexo I da Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE). Em busca da superação dessas limitações, é preciso reconhecer o diálogo como elemento indispensável para diminuir a distância entre a Universidade e a sociedade. Um *lôcus* de diálogo entre ambos, especialmente no que tange a um curso de licenciatura, é a educação Básica. É necessário construir uma matriz curricular imbricada com a sociedade a qual faz parte e de modo especial, estabelecer vínculos com a escola por meio de exercícios de aproximação do estudante do início ao final do curso, convertendo a escola em espaço de formação inicial e continuada. Há também que se reconhecer os estágios das licenciaturas como parte importante desse diálogo. Nesse sentido, estabelecer espaços permanentes de discussão, construção e reconstrução desse componente curricular é também um instrumento de aproximação com a comunidade e escola.

Outro espaço de diálogo são os tempos educativos. O curso em pauta será composto de 3.600 horas, devendo ser integralizadas em quatro anos (oito semestres). A composição curricular considera a estrutura adotada pela instituição, uma vez que a mesma já possui um curso desta natureza. Entretanto, a organização dos espaços e tempos educativos será desenvolvida seguindo os preceitos da Pedagogia da Alternância, possibilitando uma maior inserção dos trabalhadores/as do campo.

No sentido de superar antigos paradigmas, que entendem o processo de apropriação do conhecimento apenas a partir de um modelo de ensino que se convencionou chamar de “tradicional”, onde predominam aulas compartmentalizadas e a seleção de conteúdos descontextualizados, o presente curso pressupõe uma concepção



diferenciada em relação aos tempos e espaços educativos, entendendo que outros ambientes podem contribuir com a formação dos sujeitos.

Isto não significa sugerir um modelo informal, cujo processo aconteça de forma aleatória e espontânea. Ao contrário, trata-se de propor intencionalmente momentos e situações geradoras de aprendizagem, que exijam preparação adequada, com explícitos objetivos pedagógicos e rigorosidade no cumprimento das ações discutidas e delineadas coletivamente.

Essa opção, para além de metodológica, se traduz em uma opção política, exigindo por parte dos professores do curso um esforço na apropriação, problematização e proposição do próprio método. Desse modo, serão delineados momentos específicos para planejamento, elaboração e organização dos chamados Tempos Educativos: Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC) que fundamentam a Metodologia da Alternância.

No caso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, entendemos os tempos organizados na seguinte disposição:

- Tempo Universidade como o tempo, espaço e processos em que os educandos-professores estarão na universidade, contemplando os conteúdos dos componentes curriculares do curso. Esses educandos são, muitas vezes, oriundos de diferentes comunidades/contextos (cultura, identidade, problemas, particularidades), que, ao trazerem essas questões, ampliam as discussões sobre as realidades do campo de maneira coletiva.
- Tempo Comunidade como tempo, espaço e processos em que o educando-professor estará em seu local de origem, prioritariamente desenvolvendo o trabalho pedagógico e as atividades de pesquisa e extensão nas Escolas do Campo e demais espaços educativos nas comunidades.

Embora distintos por sua especificidade, tais tempos deverão integrar-se de forma contínua e processual, para que suas bases teóricas e atividades práticas estejam interligadas, oferecendo igualdade de condições para articular os conhecimentos científicos, tecnológicos, filosóficos, culturais e técnicos, que possam dotar os sujeitos de capacidade para compreender as diversas contradições, principalmente, as ideológicas, éticas e sociais e refletir sobre a realidade e transformá-la.

As atividades referentes ao Tempo Comunidade (TC) equivalem a aproximadamente 25% da carga horária de cada um dos CCRs, exceto nos CCRs



relativos a todos os estágios que ocorrem no curso (Gestão Escolar, Prática Pedagógica no Ensino Fundamental – Estágio I, Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – Estágio II, Prática Pedagógica no Ensino Médio – Estágio III, Estágio Supervisionado no Ensino Médio – Estágio IV). A execução das atividades no TC seguem a orientação metodológica do professor responsável pelo CCR baseado, principalmente, no projeto integrador da fase. Em tais atividades deve-se potencializar os registros, as observações, a interpretação, a análise e a sistematização das reflexões acerca dos temas, fatos ou fenômenos em estudo.

As atividades realizadas para cumprir a carga horária no TC requerem a realização de leituras, elaboração de sínteses e resenhas críticas, estudos de campo, elaboração de diagnósticos, entre outros. No que se refere ao ensino exige-se dos acadêmicos o planejamento e o desenvolvimento de oficinas pedagógicas em escolas, bem como as atividades afetas aos diferentes estágios obrigatórios do curso. Em relação à pesquisa, os acadêmicos realizam levantamento de dados em visitas e saídas de campo, especialmente em suas comunidades de origem; pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; estudo da realidade da escola de educação básica, especialmente daquelas em que se realizam os estágios obrigatórios do curso. Já as atividades de extensão configuram-se por meio da oferta de oficinas pedagógicas aos professores da escola básica e nos diferentes espaços das comunidades locais - espaços não escolares.

Durante a execução das atividades no TC, os acadêmicos deverão executar procedimentos em conformidade com a solicitação do professor responsável de cada atividade proposta, mas, potencializando registros e análises em documento próprio que se constitui como um memorial que expresse a trajetória acadêmica no curso. O resultado dessas atividades deverá ser apresentado no retorno ao TU, no Seminário Integrador e/ou em cada componente curricular. Essa produção/resultado será elemento a ser considerado na composição da avaliação semestral do referido componente curricular, conforme previsão no plano de ensino.

- Apresentação no Seminário Integrador (exposição individual ou em grupo, análise e síntese dos processos vivenciados, impressões, resultados de investigação e outros).
- Parecer descritivo de acompanhamento do TC por representante da escola ou organização.
- Relatório de visitas de acompanhamento pedagógico por parte dos educadores



do curso.

Como princípio pedagógico, orientamos que sejam priorizadas leituras, estudos e investigações que exercitem a autonomia, a capacidade crítica e criativa dos estudantes. Também, recomendamos a proposição de trabalhos e pesquisas que possibilitem entrelaçamentos dos diferentes componentes curriculares. Por fim, salientamos a importância de munir os estudantes com apropriados e claros instrumentos de observação da realidade, facilitando o tratamento e a compreensão metodológica. Além disso, outras ferramentas poderão ser utilizadas, tais como:

- Constituição de grupos de pesquisa a partir de temáticas afins.
- Constituição de projetos de extensão na escola e comunidade.
- Socialização permanente das produções e estudos junto às comunidades e escolas.

Nesse encadeamento é que buscamos fazer com que a Licenciatura habilite de forma efetiva os futuros licenciados para a área das Ciências da Natureza, observando os pressupostos da interdisciplinaridade e as demandas de formação docente para a atuação nas Escolas do Campo. Ainda, para a consolidação desta proposta, pretendemos contar, de forma permanente, com a articulação das redes públicas de educação básica (estadual e municipal), bem como com os movimentos e organizações sociais do campo, comunidades indígenas e agricultores familiares.

8.4 Articulações com as outras licenciaturas

As articulações com outras licenciaturas no *Campus* acontecem por meio da realização de Seminários, Encontros, Semanas Acadêmicas e Grupos de Pesquisa e de Programas (Projetos) de Extensão. O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS) tem vínculo com outros cursos de licenciatura permitindo a articulação e produção de conhecimentos interdisciplinares por dialogar com diferentes áreas do *Campus* Erechim. Ou seja, constitui-se numa possibilidade de colocar em diálogo a comunidade acadêmica do *Campus*.

A interdisciplinaridade coloca para o curso a necessidade da construção de novas posturas teórico-metodológicas para a produção do conhecimento. A maior premissa da perspectiva interdisciplinar está no desenvolvimento de ações coletivas, em cooperação, num trabalho articulado entre as diferentes áreas que constituem a matriz



curricular do curso. Tendo em vista editais como PIBID e Residência Pedagógica, vislumbramos outras possibilidades de se estabelecer articulações entre o corpo discente e docente das diferentes licenciaturas.

8.5 As aulas práticas

As atividades práticas são aquelas direcionadas à formação de habilidades específicas, amparadas pelo Regulamento de Graduação da UFFS e pela Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE. São caracterizadas como observação ou realização de ensaios, experimentos e outras atividades descritas, com orientação docente, que podem ocorrer em laboratório, em campo, em espaços de exercício profissional ou demais ambientes organizados para seu desenvolvimento. No curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, as atividades práticas são desenvolvidas em diversos componentes curriculares, tanto no Tempo Universidade quanto no Tempo Comunidade. Os componentes específicos de Química na Educação Básica I, II e III, Biologia na Educação Básica I, II, III e IV, e Física na Educação Básica I, II e III, destinam parte da carga horária dos componentes para atividades práticas, que podem estar articuladas em aulas de laboratório, desenvolvimento de materiais didáticos para a Educação Básica, investigações e visitas a espaços relacionados à profissão docente, entre outros. Os componentes de Estágio Curricular Supervisionado também apresentam parte de sua carga horária destinada a atividades práticas que se relacionam com a observação, o planejamento e a intervenção em Instituições de Educação Básica. Os componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso definem a metade da carga horária voltada a atividades práticas, como a elaboração de projetos, artigos e a escrita e preparação da defesa da pesquisa. Os componentes de Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas delimitam metade de sua carga horária relativa a atividades de cunho prático, que se destinam a qualificar a iniciação a docência dos licenciandos em Educação do Campo. Os demais componentes curriculares do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura poderão desenvolver atividades de cunho prático, devido ao regime de alternância a partir do qual o curso se organiza. Dessa forma, as atividades práticas dos demais componentes estarão vinculadas, preferencialmente, ao espaço do Tempo Comunidade.



8.5.1 A prática como componente curricular (PCCr)

A prática como componente curricular (PCCr) estará contemplada no Componente Curricular **Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas**, o qual permeia todo o processo do curso, da 1ª a 8ª fase, constituindo um total de 420 horas, distribuídos conforme indicação na matriz curricular. Conforme a Resolução nº 2/2017 - CONSUNI/CGAE, a PCC está ancorada na formação para a docência e deverá articular dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas priorizando a aquisição de habilidades docentes.

O Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas tem como finalidade articular os diversos processos vivenciados no andamento do curso, buscando superar os enfoques unilaterais e dissociados no tratamento disciplinar. Além disso, torna-se importante mecanismo potencializador do exercício pedagógico a ser desenvolvido na vida acadêmica do estudante. Nesse sentido, pretendemos, de forma intencionalmente planejada, criar um ambiente de discussão coletiva em que os estudantes possam relacionar os conteúdos e as aprendizagens apropriados nos componentes curriculares com as experiências e saberes produzidos nas comunidades e nas escolas, a partir de observações, registros, análise documental, diálogo com os sujeitos educativos e intervenções nos processos.

Numa relação dialógica e contínua, o Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas também desempenhará um importante papel de articular os momentos vivenciados entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, priorizando espaços de planejamento e avaliação entre cada um desses momentos.

A PCCr tem como orientação auxiliar na construção da identidade do professor e na elaboração da reflexão, investigação e/ou intervenção em espaços educativos, constituindo-se um momento potencial para a articulação entre a universidade e a escola. Como estratégia para que esse processo se consolide de forma sistemática e reflexiva, os Seminários Integradores das Práticas Pedagógicas serão propostos para que avancem no sentido de envolver situações cada vez mais complexas e abrangentes, partindo de uma compreensão inicial do próprio sujeito para a compreensão cada vez mais ampliada de mundo. Nessa perspectiva, os Seminários Integradores das Práticas Pedagógicas serão organizados a partir dos seguintes Eixos Temáticos de investigação:

I. O sujeito do campo e sua formação a partir de seu contexto e organização



social.

II. Desafios e perspectivas da escola do campo.

III. Educação popular e as diferentes formas de organização.

IV. O diálogo entre os saberes populares e o conhecimento científico.

V. A relação entre as práticas do campo e o currículo de Ciências da Natureza.

VI. Propostas teórico-metodológicas para o ensino de Ciências da Natureza à Escola do Campo.

VII. A agroecologia e os recursos naturais como princípio da educação do campo.

VIII. A identidade e saberes do professor de Ciências da Natureza da Educação do Campo.

Embora organizados a partir dos Eixos Temáticos, cada componente curricular terá seu espaço enquanto especificidade, necessitando de forma única e minuciosa de tempos previstos para a apropriação e tratamento de seu objeto de análise. Assim, algumas atividades previstas para serem desenvolvidas durante o Tempo Comunidade serão planejadas no Tempo Universidade com os professores responsáveis por cada um dos componentes curriculares.

Em suma, os Seminários Integradores das Práticas Pedagógicas, embora com eixos e temáticas específicas para cada período, terão a finalidade de estabelecer um fio condutor de todo o curso, permitindo um acompanhamento contínuo do processo vivenciado pelos estudantes e de sua constituição enquanto professor. Também serão espaços privilegiados no sentido de provocar discussões e debates em torno de conceitos e contradições geradas a partir da vivência no Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

Eixos temáticos (contemplar as dimensões da atuação profissional)	Componente(s) articulador(s)	Fase(s) do curso	Forma de interação com a Educação Básica (natureza da atividade)	Carga Horária
O sujeito do campo e sua formação a partir de seu contexto e organização social	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas I	1ª	Reflexões sobre a sua vivência na Educação Básica	60 horas
Desafios e perspectivas da escola do campo	Seminário Integrador das Práticas	2ª	Diagnóstico de desafios e	60 horas



	Pedagógicas II		perspectivas da Escola do Campo	
Educação popular e as diferentes formas de organização	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas III	3ª	Organização pedagógica em diferentes espaços formativos	60 horas
O diálogo entre os saberes populares e o conhecimento científico	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas IV	4ª	Os saberes tradicionais e o conhecimento científico na Escola do Campo	60 horas
A relação entre as práticas do campo e o currículo de Ciências da Natureza	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas V	5ª	Iniciação à docência no Ensino de Ciências da Natureza	45 horas
Propostas teórico-metodológicas para o ensino de Ciências da Natureza à Escola do Campo	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VI	6ª	A formação docente a partir da pesquisa no Ensino de Ciências da Natureza	45 horas
A agroecologia e os recursos naturais como princípio da educação do campo	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VII	7ª	Os princípios agroecológicos no ensino de Ciências da Natureza	45 horas
A identidade e saberes do professor de Ciências da Natureza da Educação do Campo	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VIII	8ª	A reflexão e reconhecimento da identidade do professor de Ciências na Educação do Campo	45 horas

Quadro 2 – Seminários integradores das práticas pedagógicas

A carga horária dos componentes curriculares da Prática Pedagógica como Componente Curricular é de 420 horas e representa 11,6% das 3.600 horas necessárias à integralização do curso.

Além da articulação dos Seminários Integradores com a escola, os componentes curriculares acima descritos permitem a relação com as outras licenciaturas do *Campus* Erechim, possibilitando a complementação do processo formativo dos estudantes mediante participação nos Seminários de Culminância de cada semestre. Tais seminários ocorrem ao final de cada semestre letivo, de acordo com o calendário acadêmico.



8.5.2 Os estágios supervisionados

Os Estágios constituem-se em possibilidades de experimentação da docência na área na qual o futuro professor está buscando sua formação. A Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica compreende o estágio como um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais (Art. 29 da Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE). No caso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, os Estágios estão previstos a partir da 4ª fase do curso, compondo as seguintes etapas: Estágio de Gestão, Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I); Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (Estágio II); Prática Pedagógica no Ensino Médio (Estágio III); Estágio Supervisionado no Ensino Médio (Estágio IV).

O estágio correspondente à gestão contará com 6 créditos – 90 horas. O Ensino Fundamental contará com 13 créditos – 195 horas; já o estágio correspondente ao Ensino Médio contará com 12 créditos – 180 horas, totalizando 465 horas respeitando a legislação vigente (Resolução nº 02/2015 CNE e Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE).

• Estágio Curricular Supervisionado – Gestão Escolar

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio em uma escola de educação básica com o objetivo de analisar a organização e funcionamento da instituição escolar, envolvendo seu currículo, seus sujeitos, os processos de gestão e coordenação pedagógica, elaboração do relatório de estágio e a realização do seminário final do CCR, com a socialização das vivências.

• Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I)

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio nos anos finais do Ensino Fundamental. A base desta atividade de estágio consiste na investigação do contexto da escola na qual será desenvolvida esta etapa do estágio curricular. Esta disciplina será ministrada por docentes do Domínio Específico e prevê:

a) a observação e o acompanhamento das aulas de uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental, na qual provavelmente será desenvolvido o estágio de docência



no semestre posterior;

- b) a intervenção em uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental;
- c) a elaboração do relatório de estágio;
- d) a realização do seminário final do CCR com a socialização das vivências.

• Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (Estágio II)

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio de docência, à intervenção do acadêmico estagiário diretamente em sala de aula, dinamizando o processo didático-pedagógico em uma classe dos anos finais do Ensino Fundamental. Prevê-se:

- a) o ministério de aulas na disciplina de Ciências numa turma de alunos de Ensino Fundamental – anos finais;
- b) participação nas aulas teóricas e nos encontros de orientação e planejamento do estágio;
- c) elaboração do relatório de estágio;
- d) participação no seminário final com a socialização da experiência realizada

• Prática Pedagógica no Ensino Médio (Estágio III)

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio em educação escolar, podendo ser desenvolvido junto à Escola do Campo de Ensino Médio. A base desta atividade de estágio consiste na investigação do contexto da escola na qual será desenvolvida esta etapa do estágio curricular. Este componente curricular será ministrado por docentes do Domínio Específico, prevendo:

- a) a observação e o acompanhamento das aulas de uma turma do Ensino Médio na qual provavelmente será desenvolvido o estágio de docência no semestre posterior;
- b) intervenção em uma turma dos anos finais do ensino Médio;
- c) a elaboração do relatório de estágio;
- d) a realização do seminário final da disciplina com a socialização das vivências.

• Estágio Supervisionado no Ensino Médio (Estágio IV)

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio de docência, à intervenção do acadêmico estagiário diretamente em sala de aula, dinamizando o processo didático-pedagógico em uma classe do Ensino Médio. Prevê-se:



- a) o ministério de aulas nas disciplinas de Biologia, Física e Química interdisciplinarmente numa turma de alunos de Ensino Médio;
- b) participação nas aulas teóricas e nos encontros de orientação e planejamento do estágio;
- c) elaboração do relatório de estágio;
- d) participação no seminário com a socialização da experiência realizada.

Serão realizadas aulas presenciais com os estagiários, as quais contam com o suporte dos professores orientadores de estágio, com o papel de orientar, interagir e favorecer a ressignificação da ação pedagógica. Ocorrerão momentos de trabalho coletivo (toda a turma), com discussões gerais acerca do estágio e trabalhos específicos entre orientadores e orientandos. Os estagiários receberão acompanhamentos *in loco* durante o período de estágio. Como instrumentos de avaliação serão utilizados: avaliação do planejamento dos estágios, avaliação do relatório final, dentre outros trabalhos que podem ser solicitados pelos professores, como fichamento de textos. Para concluir a prática de estágio será realizado o seminário final, no qual os acadêmicos oferecem à apreciação de seus colegas e docentes o relatório do trabalho desenvolvido.

No que se refere ao planejamento e desenvolvimento do estágio curricular é fundamental a relação de mútua colaboração entre, principalmente, as escolas envolvidas e a Universidade, ratificando a identificação entre a UFFS e as escolas do campo.

8.5.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser realizado no último ano do curso (7ª e 8ª fase), centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação de atividades de pesquisa e de intervenção na realidade. Todo trabalho de TCC necessita vir acompanhado de projeto de pesquisa e/ou de execução e apresentação dos resultados, acompanhados de relatório escrito. O TCC tem como objetivos:

- aprimorar a formação profissional, contribuindo para melhorar a visão dos problemas relacionados à área de atuação do licenciado, o que possibilitará a utilização de procedimentos científicos no encaminhamento das soluções;



- propiciar ao acadêmico a oportunidade de aprofundamento de estudos, tendo em vista a aplicação da metodologia científica;
- desenvolver no acadêmico o interesse pela pesquisa, indicando procedimentos teórico-metodológicos aos temas apresentados para o desenvolvimento do TCC;
- abordar tópicos específicos de conhecimentos relativos a atividades de ensino, pesquisa ou extensão.

Para a realização do TCC, os educandos do curso contarão, além do apoio do professor do componente curricular, com um professor orientador que tenha afinidade com o tema. Para isso, todos os professores que atuaram pelo menos um semestre no curso, poderão realizar orientação. De modo a proporcionar uma ampla visão das linhas de pesquisas, serão realizados momentos de diálogos com os professores do curso e os alunos no TCC I. Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) serão avaliados por uma banca examinadora.

8.6 A organização da pesquisa e extensão

No curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, a pesquisa e a extensão, junto com o ensino, constituem-se nos pilares da formação acadêmica. Essa tríade possibilita ao acadêmico do curso, em parceria com seus professores, desenvolver os conhecimentos necessários para atuar profissionalmente. Os licenciados egressos desse curso precisam desenvolver as habilidades necessárias para conduzir, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na área de Ciências da Natureza, investigações que permitam a construção do conhecimento vinculado a essa área, bem como, a partir desse conhecimento, promover ações que possibilitem as transformações necessárias no contexto social onde eles atuam.

Os conhecimentos necessários para conduzir as atividades de pesquisa e de extensão são desenvolvidos dentro dos três domínios formativos (comum, conexo e específico), tendo em vista a importância da formação ampla no espaço/tempo universitário. Essa concepção de formação ampla considera que o acadêmico, para bem atuar profissionalmente, precisa desenvolver conhecimentos voltados à sua área específica, mas, também, considerando as questões educacionais e as problemáticas voltadas à cidadania e a suas dimensões históricas, filosóficas e sociais.

As grandes temáticas que conduzem as pesquisas neste curso estão



estritamente vinculadas à concepção de formação de professores, que privilegia a formação crítica desses profissionais acompanhado da formação técnica necessária para a atuação na área de Ciências da Natureza. Temas como a docência na Educação Básica, o trabalho interdisciplinar, a formação por alternância, o estudo das Ciências da Natureza, a produção de materiais didáticos voltados ao Ensino de Ciências, a Agroecologia, estão no centro das investigações e das produções dos acadêmicos e dos docentes do curso. Esses temas serão trabalhados nos grupos de pesquisa, nos projetos de pesquisa e nos componentes curriculares com destaque para a docência, para a Agroecologia, para as Feiras de Ciência. O Laboratório de Ensino de Ciências (LABEC), vinculado ao Curso, permite a divulgação e a popularização das Ciências à região e também, o desenvolvimento de projetos de Ensino e de Pesquisa. O Ensino de Ciências a partir da horta escolar também potencializa o desenvolvimento de pesquisa que fomenta a produção agroecológica e a inserção no currículo do curso, facilitando a prática interdisciplinar, aproximando outras áreas do conhecimento e outros cursos do *campus*.

Os Seminários Integradores, componentes que possibilitam a prática como componente curricular, são caracterizados por incentivar a pesquisa e a produção dos acadêmicos. A trajetória de pesquisa no curso prepara os acadêmicos para a elaboração do TCC e para a atuação nos Estágios, momentos em que eles têm a oportunidade de mostrar os resultados das pesquisas que realizaram junto a seus orientadores. Essa bagagem resultante das atividades de pesquisa também fornece subsídios aos acadêmicos para, futuramente, dar continuidade a suas investigações em programas de pós-graduação, podendo qualificar ainda mais a pesquisa, a produção na Educação do Campo e a formação contínua de professores à Educação Básica da região.

8.7 Os domínios formativos e sua articulação:

A articulação dos domínios comum e conexo com o currículo específico do curso ocorre através dos Seminários Integradores das Práticas Pedagógicas, que perpassam todas as fases do curso. Em cada fase, um projeto interdisciplinar é elaborado pelos professores dos componentes curriculares.

8.7.1 O Domínio Comum

Os componentes curriculares do Domínio Comum buscam assegurar que todos



os estudantes da UFFS recebam uma formação cidadã e profissional, possibilitando otimizar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade, com ênfase em fundamentos ontológicos, histórico-sociais e ético-epistemológicos. Esses componentes também têm por finalidade:

a) desenvolver em todos os estudantes da UFFS as habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissão (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, estatísticas; capacidade de se expressar com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação); e

b) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-política, econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

Abaixo, os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso:

DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
GLA104	Produção Textual Acadêmica	04
GCH290	Iniciação à Prática Científica	04
GEX208	Informática Básica	04
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
GCH291	Introdução ao Pensamento Social	04
GCH293	Introdução à Filosofia	04
GCS239	Direitos e Cidadania	04
GCH292	História da Fronteira Sul	04
GCS238	Meio Ambiente Economia e Sociedade	04
Total		32

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura.

8.7.2 O Domínio Conexo entre as licenciaturas

De acordo com o Regimento Geral da UFFS, entende-se por Domínio Conexo “o conjunto de componentes curriculares situados na interface entre áreas de



conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada campus” (UFFS, 2016, art.50, §2º).

No caso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, o Domínio Conexo compõe-se de um conjunto de componentes curriculares da área pedagógica, as quais têm por finalidade, em conjunto com os demais componentes curriculares, situar e habilitar o acadêmico do curso para a prática docente na área de formação prevista (Ciências da Natureza).

Os componentes curriculares do Domínio Conexo obrigatórios aos discentes do curso estão abaixo relacionados. Cabe ressaltar que tal estrutura está embasada na Resolução nº 9/2017 – CONSUNI/CGAE, que estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura dos *campi* da UFFS. Abaixo, os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo e obrigatórios para todos os estudantes do curso:

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCH804	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	04
GCH807	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	04
GCH806	Políticas educacionais	04
GCH809	Educação inclusiva	04
GLA211	Língua Brasileira de Sinais - Libras	04
GCH805	Didática geral	04
GCH808	Estágio Curricular Supervisionado – Gestão Escolar	06
Subtotal		30

Quadro 4: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura

8.7.3 O Domínio Específico

O Domínio Específico da proposta curricular deste curso tem como intencionalidade abordar as temáticas próprias do curso de forma aprofundada para a escola do campo e o ensino de Ciências da Natureza. Um dos fundamentos da Educação do Campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, vinculados à construção de outros modelos de desenvolvimento. Não há sentido desencadear esforços para a produção de teorias pedagógicas para um campo sem gente, para um campo sem sujeitos, ou dito de outra forma, para uma ruralidade de espaços vazios. Esta educação inclui a escola, que na



atualidade constitui uma luta prioritária, já que boa parte da população do campo que não tem garantido seu direito ao acesso à “chamada” Educação Básica.

Neste sentido, é preciso compreender o território do campo para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida, de produção de novas relações sociais, de novas relações entre os homens e a natureza, de novas relações entre o rural e o urbano. Assim, esperamos, a partir destes componentes curriculares, produzir um novo olhar para o campo, o que necessita ocorrer em sintonia com toda uma nova dinâmica social de valorização deste território e de busca de alternativas para melhorar a situação de quem vive e trabalha nele.

Os componentes curriculares têm como objetivo o tratamento dos estudos necessários para a formação do professor para atuar no Ensino Fundamental e Médio, que tem como foco a área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química). O enfoque aos conhecimentos vinculados às Ciências da Natureza tem no horizonte o propósito de desenvolver os tópicos de Biologia, Física e Química de forma integrada - interdisciplinar, propiciando o conhecimento acerca do funcionamento orgânico da natureza como um todo, abordando também a cultura científica pelo viés da transversalidade.

8.8 A flexibilidade na organização curricular

A organização e funcionamento da flexibilização da matriz curricular no âmbito do curso e sua articulação com outras licenciaturas e pós-graduação da área de concentração da Educação, dar-se-á:

- a) na oferta de componentes curriculares optativos;
- b) no planejamento e organização de projetos, cursos, seminários, eventos de formação complementar no âmbito das licenciaturas e pós-graduação.
- c) nas atividades curriculares complementares.

8.9 Atividades na modalidade semipresencial

O curso não desenvolverá atividades na modalidade semipresencial.

8.10 Matriz curricular

A matriz curricular estrutura a organização das atividades dos diferentes



domínios formativos, articulados entre si através dos eixos formativos da prática como componente curricular, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, distribuindo-os ao longo do período de formação, envolvendo a definição de carga horária teórica e prática, a identificação dos estágios, da prática como componente curricular, da flexibilidade, incluindo os componentes optativos, a indicação dos pré-requisitos e a carga horária referente às atividades complementares.

Assim, apresentamos a seguir a Matriz Curricular do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura/*Campus* Erechim, turno integral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura Campus Erechim						Tempo Universidade				Tempo Comunidade			Vigência a partir de 2019.1	
						Atividades*				Atividades				
						Aulas presenciais		PCCr ^{2**}	Estágio	PCCr ^{**}	Extensão	Pesquisa		
						Fase	Nº						Domí nio	Código
Eixo 1: O sujeito do campo e sua formação a partir de seu contexto e organização social														
1ª	01	CM	GLA104	Produção Textual Acadêmica	4	45					15		60	
	02	ES	GEX802	Fundamentos da Matemática	4	45					15		60	
	03	CM	GEX208	Informática Básica	4	45					15		60	
	04	CX	GCH804	Fundamentos Históricos, Sociológicos e Filosóficos da Educação	4	45					15		60	
	05	ES		Optativa I	4	30	15				15		60	
	06	ES	GCA411	Agroecologia	4	30	15				15		60	
	07	ES	GCH1175	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas I	4			45		15			60	
Subtotal					28	240	30	45		15	90		420	
Eixo 2: Desafios e perspectivas da escola do campo														
2ª	08	CM	GCH291	Introdução ao Pensamento Social	4	45					15		60	
	09	CM	GCH290	Iniciação à Prática Científica	4	45					15		60	
	10	ES	GCH1176	Ciências da Natureza nos	4	30	15				15		60	

² De acordo com os itens 5.3 e 8.5.1 do PPC, os Seminários Integradores das Práticas Pedagógicas na totalidade de suas cargas horárias ao longo das 8 fases, integralizam a recomendação nacional acerca das PCCr. Portanto, a sua implementação ocorre em diversas atividades do Tempo Universidade, e, também, do Tempo Comunidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura Campus Erechim						Tempo Universidade				Tempo Comunidade			Vigência a partir de 2019.1	
						Atividades*				Atividades				
						Aulas presenciais		PCCr**	Estágio	PCCr**	Extensão	Pesquisa		
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domí nio	Código	Componente Curricular	Créditos								Horas	Pré- requisi to
				Anos Finais do Ensino Fundamental										
	11	ES	GCH1177	Escola e Educação do Campo	4	45					15		60	
	12	ES	GCA409	Realidade do Campo Brasileiro	4	45					15		60	
	13	CM	GCH292	História da Fronteira Sul	4	45					15		60	
	14	ES	GCH1178	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas II	4					15			60	
Subtotal					28	255	15	45		15	90		420	
	Eixo 3: Educação popular e as diferentes formas de organização													
3ª	15	CX	GCH806	Políticas Educacionais	4	45					15		60	
	16	ES	GEX798	Química na Educação Básica I	5	30	25				20		75	
	17	CX	GCH807	Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	4	45					15		60	
	18	ES	GCH1179	Educação Popular	4	45					15		60	
	19	ES	GEX799	Física na Educação Básica I	5	30	25				20		75	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura Campus Erechim						Tempo Universidade				Tempo Comunidade			Vigência a partir de 2019.1	
						Atividades*				Atividades				
						Aulas presenciais		PCCr**	Estágio	PCCr**	Extensão	Pesquisa		
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domí nio	Código	Componente Curricular	Créditos								Horas	Pré- requisi to
	20	ES	GCB355	Biologia na Educação Básica I	5	30	25				20		75	
	21	ES	GCH1180	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas III	4			45		15			60	
Subtotal					31	225	75	45		15	105		465	
	Eixo 4: O diálogo entre os saberes populares e o conhecimento científico													
4ª	22	CX	GCH805	Didática Geral	4	45					15		60	
	23	ES	GCH611	Organização do trabalho escolar e Pedagógico	4	45					15		60	
	24	ES	GEX800	Química na Educação Básica II	5	30	25				20		75	16
	25	ES	GEX801	Física na Educação Básica II	5	30	25				20		75	
	26	ES	GCB356	Biologia na Educação Básica II	4	30	15				15		60	
	27	CX	GCH808	Estágio Curricular Supervisionado – Gestão Escolar	6	40			50				90	
	28	ES	GCH1181	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas IV	4			45		15			60	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura Campus Erechim						Tempo Universidade				Tempo Comunidade			Vigência a partir de 2019.1	
						Atividades*				Atividades				
						Aulas presenciais		PCCr**	Estágio	PCCr**	Extensão	Pesquisa		
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domí nio	Código	Componente Curricular	Créditos								Horas	Pré- requisi to
Subtotal					32	220	65	45	50	15	85		480	
	Eixo 5: A relação entre as práticas do campo e o currículo de Ciências da Natureza													
5ª	29	ES	GCH1224	Educação - Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias	4	45					15		60	
	30	CX	GLA211	Língua Brasileira de sinais (Libras)	4	45					15		60	
	31	ES	GCH1225	Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I)	5	45	15		15				75	22
	32	ES	GEX844	Química na Educação Básica III	5	30	25				20		75	24
	33	ES	GEX845	Física na Educação Básica III	5	30	25				20		75	
	34	ES	GCB413	Biologia na Educação Básica III	4	30	15				15		60	
	35	ES	GCH1226	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas V	3			35		10			45	
	Subtotal				30	225	80	35	15	10	85		450	
	Eixo 6: Propostas teórico-metodológicas para o ensino de Ciências da Natureza à Escola do Campo													
6ª	36			Optativa II	4	45					15		60	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura Campus Erechim						Tempo Universidade				Tempo Comunidade			Vigência a partir de 2019.1	
						Atividades*				Atividades				
						Aulas presenciais		PCCr**	Estágio	PCCr**	Extensão	Pesquisa		
						Fase	Nº						Domí nio	Código
	37	ES	GCH1227	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (Estágio II)	8	45	30		45				120	31
	38	ES	GCH1228	História e Filosofia das Ciências Naturais	4	30	15				15		60	
	39	CM	GCS239	Direitos e Cidadania	4	45					15		60	
	40	ES	GCB414	Biologia na Educação Básica IV	4	30	15				15		60	20
	41	CM	GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4	45					15		60	
	42	ES	GCH1229	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VI	3			35		10			45	
Subtotal					31	240	60	35	45	10	75		465	
	Eixo 7: A agroecologia e os recursos naturais como princípio da educação do campo													
7ª	43			Optativa III	4	45					15		60	
	44	CM	GCH293	Introdução à Filosofia	4	45					15		60	
	45	ES	GCH1230	Prática Pedagógica no Ensino Médio (Estágio III)	5	45	15		15				75	37
	46	CX	GCH809	Educação inclusiva	4	45					15		60	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura Campus Erechim						Tempo Universidade				Tempo Comunidade			Vigência a partir de 2019.1	
						Atividades*				Atividades				
						Aulas presenciais		PCCr**	Estágio	PCCr**	Extensão	Pesquisa		
						Fase	Nº						Domí nio	Código
	47	ES	GCA416	Trabalho de Conclusão de Curso I	4	30	15					15	60	37
	48	ES	GCH1231	Ciências da Natureza no Ensino Médio	4	30	15				15		60	
	49	ES	GCH1232	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VII	3			35		10			45	
Subtotal					28	240	45	35	15	10	60	15	420	
	Eixo 8: A identidade do professor de Ciências da Natureza da Educação do Campo													
8ª	50			Optativa IV	4	45					15		60	
	51	ES	GCH1233	Estágio Supervisionado no Ensino Médio (Estágio IV)	7	45	15		45				105	45
	52	ES	GCA420	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	30	15					15	60	47
	53	ES	GCH1234	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VIII	3			35		10			45	
Subtotal					18	120	30	35	45	10	15	15	270	
Subtotal Geral					226	1765	400	320	170	100	605	30	3390	
Atividades curriculares complementares					14								210	
Total Geral					240								3600	



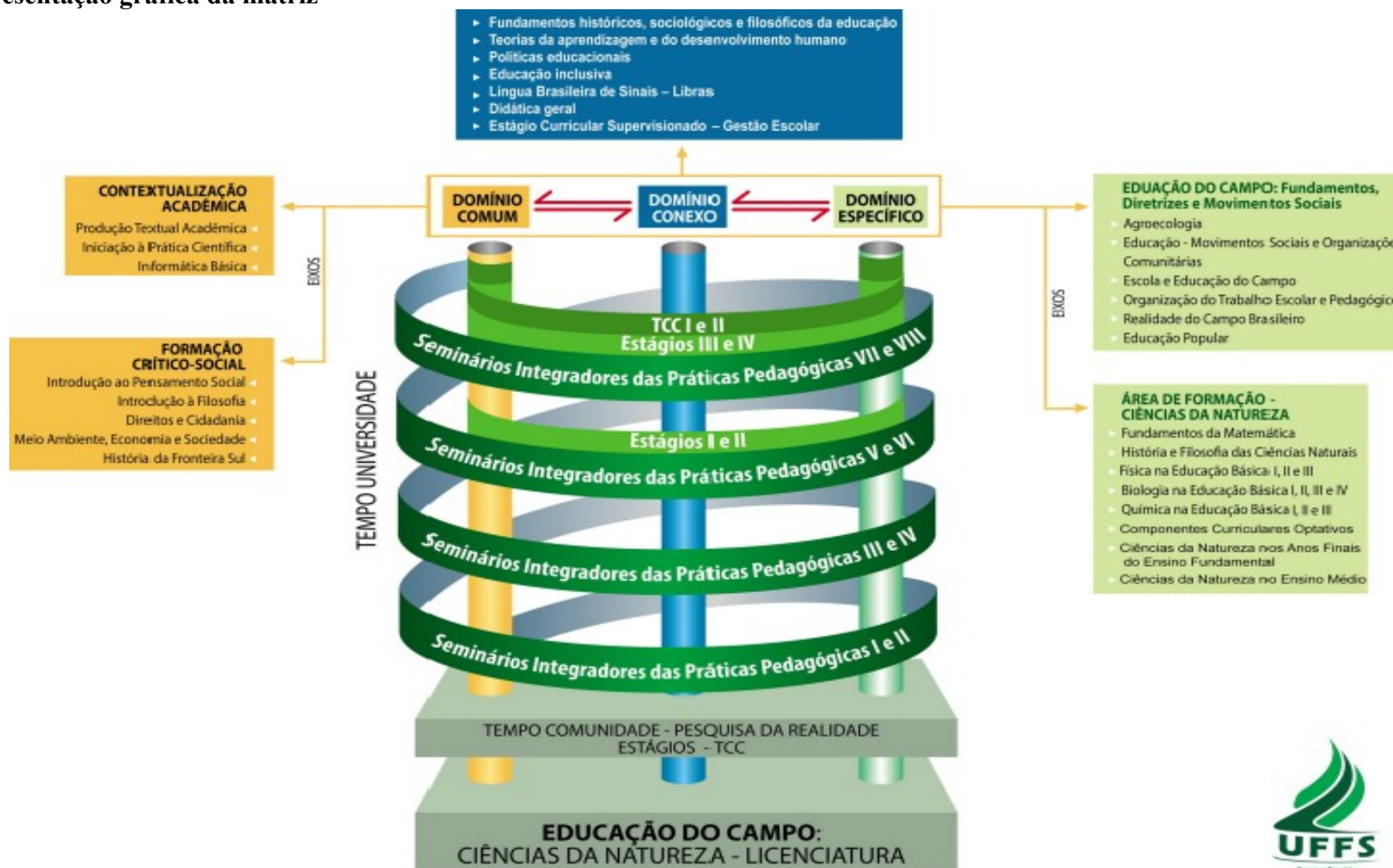
Rol de componentes optativos:

Curso de graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura Campus Erechim				Tempo Universidade			Tempo Comunidade		Total de Horas	Pré-req	
				Atividades			Atividades				
				Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
				Teórica	Prática						
Nº	Código	Componente Curricular	Créditos								
53	GCA666	Tópico Especial I	4	45				15		60	
54	GCA667	Tópico Especial II	4	45				15		60	
55	GCH1235	Concepções de Ciência e Tecnologia	4	45				15		60	
56	GCH1236	Educação Ambiental	4	30	15			15		60	
57	GCH1237	Propostas Metodológicas para o Ensino de Química	4	45				15		60	
58	GCH1238	Ensino de Biologia: contexto e metodologias	4	45				15		60	
59	GCH1239	Educação, Trabalho e Movimentos Sociais	4	45				15		60	
60	GCH1240	Fundamentos das Ciências da Vida e da Terra	2	24				06		30	
61	GCH1672**	Tópico Especial III	4	45				15		60	
62	GCH1673**	Tópico Especial IV	4	45				15		60	
63	GEX1007**	Introdução à Astronomia e Astrofísica	4	45				15		60	
64	GCH1674**	Física experimental na educação básica	4	30	15			15		60	
65	GCH1671**	Práticas curriculares democráticas em escolas do campo	4	30	15			15		60	
66	GCH1670**	Mulheres cientistas: perspectivas para o ensino de ciência	4	45				15		60	

****Alterado pela RESOLUÇÃO Nº 3/CCIECCNER/UFFS/2022**



8.11 Representação gráfica da matriz





8.12 Componentes curriculares

1ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	4	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2003. _____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. _____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. _____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009.			



MOYSÉS, Carlos A. **Língua Portuguesa**: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX802	FUNDAMENTOS DA MATEMÁTICA	4	60
EMENTA			
Noções de lógica. Noções de conjuntos. Equações de 1º e 2º grau. Relações. Funções. Relações métricas no triângulo retângulo. Trigonometria. Grandezas proporcionais. Regra de três simples e composta. Juros simples. Sistemas de medidas. Geometria Plana e Espacial.			
OBJETIVO			
Dominar noções básicas sobre, tendo em vista a resolução de situações-problema no campo das Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José N. Fundamentos de matemática elementar 8: geometria plana. 8. ed. São Paulo: Atual, 2005.			
_____. Fundamentos de matemática elementar 10: geometria espacial. 6. ed. São Paulo: Atual, 2005.			
IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 11: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. São Paulo: Atual, 2004.			
IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos, funções. 8. ed. São Paulo: Atual, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BARBOSA, João L. M. Geometria euclidiana plana. 11. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2012. (Coleção do Professor de Matemática; 11).			
CARVALHO, Paulo C. P. Introdução à geometria espacial. 4. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2005. (Coleção do Professor de Matemática; 10).			
LIMA, Elon L. Medida e forma em geometria. 4. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2011. (Coleção do Professor de Matemática; 3).			
LIMA, E. L. <i>et al.</i> A matemática do Ensino Médio: volume 1. 11. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2016. (Coleção do Professor de Matemática; 13).			
_____. A matemática do Ensino Médio: volume 2. 7. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2016. (Coleção do Professor de Matemática; 14).			
_____. A matemática do Ensino Médio: volume 3. 7. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2016. (Coleção do Professor de Matemática; 15).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	4	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.			
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.			
NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Pearson, 2010.			
SEBBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice. Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação. 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.			
HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.			
LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.			
MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate. São Paulo: Érica, 2010.			
MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador. Porto Alegre: Bookman, 1999.			
MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.			
MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.			
SCHECHTER, Renato. BROffice Calc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH804	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	4	60
EMENTA			
Relações entre sociedade, cultura e educação. Modernidade e Educação: Igualdade, Democracia e Emancipação. Os sujeitos históricos da educação formal. As dimensões sociais, históricas e filosóficas na pesquisa educacional contemporânea. A Instituição escolar na atualidade e políticas de formação docente.			
OBJETIVO			
Promover reflexões e debates acerca da educação considerando elementos de caráter histórico, filosófico e sociológico que fundamentam essa área de conhecimento a partir de uma perspectiva interdisciplinar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. W. Educação e emancipação . 6ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere : os intelectuais, o princípio educativo. Jornalismo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARROYO, M. G. Ofício de mestre : imagens e autoimagens. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. BRANDÃO, C. R. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. CORTELLA, M. S. Educação, escola e docência : novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014. DURKHEIM, É. Coleção educadores (MEC). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. FERNANDES, F. A educação como problema social. In: FERNANDES, F. Leituras & legados . São Paulo: Global, 2010. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: Textos seletos. Carneiro Leão, E. (Org). Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974. NARODOWSKI, M. A infância como construção pedagógica. In: COSTA, M. V. (Org.). Escola básica na virada do século : cultura, política e currículo. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da educação . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA411	AGROECOLOGIA	4	60
EMENTA			
Evolução e coevolução: a agricultura como atividade transformadora do ambiente. A agricultura e implicações socioambientais: os problemas da agricultura moderna e a sustentabilidade. Epistemologia da agroecologia e evolução do pensamento agroecológico. Definição de agroecossistemas. Relações agroecossistemas-ecossistemas: validação de princípios ecológicos no estudo de agroecossistemas. Grupos funcionais, estrutura, ciclos biogeoquímicos, diversidade, estabilidade e resiliência em agroecossistemas. Dimensões da agrobiodiversidade. Manejo e códigos de agroecossistemas: práticas de produção. Metodologias de análise e avaliação de agroecossistemas. Sustentabilidade.			
OBJETIVO			
Compreender as diferenças entre ecossistemas e agroecossistemas, bem como as transformações da agricultura ao longo da história com ênfase na transição da agricultura tradicional para a agricultura convencional, seus impactos negativos e as alternativas possíveis a partir do manejo sustentável dos recursos naturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável . 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.			
AQUINO, Adriana M. de; ASSIS, Renato L. de (Ed.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.			
GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável . 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BONILLA, José A. Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida . São Paulo: Nobel, 1992.			
FORNARI, Ernani. Manual prático de agroecologia . São Paulo: Aquariana, 2002.			
FOSTER, John B. A ecologia de Marx: materialismo e natureza . 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.			
KHATOUNIAN, Carlos A. A reconstrução ecológica da agricultura . Botucatu: Agroecológica, 2001.			
ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente . Petrópolis: Vozes, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1175	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS I	4	60
EMENTA			
O sujeito do campo e sua formação na Escola Básica a partir de seu contexto e organização social.			
OBJETIVO			
Discutir o papel do educador, refletir sobre a sua vivência na Educação Básica e sobre o seu processo de formação na construção de um projeto de campo na perspectiva dos trabalhadores.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CALDART, Roseli S. <i>et al.</i> (Org.). Dicionário da educação do campo . Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
FREIRE, Paulo. Educação e mudança . 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.			
_____. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar . 24. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.			
NÓVOA, António (Org.). Vidas de professores . Porto: Porto Editora, 1992. (Coleção Ciências da Educação; v. 4).			
PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas . Lisboa: Dom Quixote, 1993.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
LOSS, Adriana S.; VON ONÇAY, Solange T. Práxis em diálogos com Paulo Freire . Curitiba: Appris, 2013.			
PÉREZ GÓMEZ, Angel. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, António (Org.). Os professores e a sua formação . Lisboa: Dom Quixote, 1992.			
SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (Org.). Os professores e a sua formação . Lisboa: Dom Quixote, 1992.			



2ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH291	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas : das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias : construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	4	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed.			



Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVER, Brian L. **A escalada da ciência**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1176	CIÊNCIAS DA NATUREZA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	04	60
EMENTA			
Contextualização e interdisciplinaridade no ensino de Ciências da Natureza.			
OBJETIVO			
Compreender os conceitos de Ciências da Natureza na perspectiva interdisciplinar a partir de temas do contexto regional por meio das Situações de Estudo, Unidades de Aprendizagem e/ou Projetos de Trabalho.			
REFERÊNCIAS BÁSICA			
CARVALHO, Anna M. P. de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.			
CHASSOT, Attico I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação . 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
GALIAZZI, Maria do Carmo <i>et al.</i> (Org.). Construção curricular em rede na educação em ciências: uma aposta de pesquisa na sala de aula . Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.			
HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho . Porto Alegre: Artmed, 1998.			
ZANON, Lenir B.; MALDANER, Otavio A. Fundamentos e propostas de ensino de química para a Educação Básica no Brasil . Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BROCKMAN, John; MATSON, Katinka. As coisas são assim: pequeno repertório científico do mundo que nos cerca . São Paulo: Companhia da Letras, 1997.			
CHASSOT, Attico I. Das disciplinas à indisciplina . Curitiba: Appris, 2016.			
FRACALANZA, Hilário; MEGID NETO, Jorge (Org.). O livro didático de ciências no Brasil . Campinas: Komedi, 2006.			
GÜLLICH, Roque I. Investigação-formação-ação em ciências: um caminho para reconstruir a relação entre o livro didático, o professor e o ensino . Curitiba: Prismas, 2013.			
HAWKING, Stephen. O universo numa casca de noz . 5. ed. Rio de Janeiro: Arx, 2002.			
KRASILCHIK, Myriam; MARANDINO, Martha. Ensino de ciências e cidadania . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.			
LE COUTEUR, Penny; BURRESON, Jay. Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.			
SANTOS, Wildson L. P. dos; SCHNETZLER, Roseli P. Educação em química: compromisso com a cidadania . 4. ed. rev. atual. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1177	ESCOLA E EDUCAÇÃO DO CAMPO	4	60
EMENTA			
Histórico e paradigmas da Educação Rural e do Campo no Brasil. Pesquisas em Educação do Campo. Práticas pedagógicas, saberes e culturas escolares da Educação do Campo. O currículo e a formação de professores. A relação entre educação e direitos humanos na construção de uma sociedade democrática.			
OBJETIVO			
Compreender a escola do campo no seu contexto histórico-social e enquanto espaço primordial na construção de um projeto democrático de desenvolvimento e emancipação popular.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Org.). Por uma educação do campo . Petrópolis: Vozes, 2009.			
CALDART, Roseli S. (Org.). Caminhos para transformação da escola: trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo . São Paulo: Expressão Popular, 2017. v. 4.			
CANDAU, Vera M.; ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da Consolação; PAULO, Iliana; SACAVINO, Susana; AMORIM, Viviane. Educação em direitos humanos e formação de professores(as) . Coleção Docência e Formação. São Paulo: Ed. Cortez, 2013.			
KRUPSKAYA, Nadezhda K. A construção da pedagogia socialista . São Paulo: Expressão Popular, 2017.			
MARTINS, Aracy A. <i>et al.</i> (Org.). Outras terras à vista: cinema e educação do campo . Belo Horizonte: Autêntica, 2010.			
MOLINA, Mônica C. (Org.). Licenciatura em Educação do Campo e o ensino das ciências naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar . Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CALAZANS, Maria J. C. Para compreender a educação no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jaques; DAMASCENO, Maria N. (Org.). Educação e escola no campo . Campinas: Papirus, 1993. p. 15-42.			
CALDART, Roseli S. Educação do campo. In: CALDART, Roseli S. <i>et al.</i> (Org.). Dicionário da educação do campo . Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.			
KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. Educação do campo: identidade e políticas públicas . São Paulo: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Por uma Educação Básica do Campo; 4).			
MOLINA, Mônica C. Desafios teóricos e práticos na execução das políticas públicas de educação do campo. In: MUNARIM, Antonio <i>et al.</i> (Org.). Educação do campo: reflexões e perspectivas . 2. ed. Florianópolis: Insular, 2011. p. 103-121.			
PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho . São Paulo: Expressão Popular, 2010.			



SHULGIN, Viktor N. **Rumo ao politecnismo:** artigos e conferências. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA409	REALIDADE DO CAMPO BRASILEIRO	4	60
EMENTA			
Análise da formação histórica da estrutura fundiária. A luta pela Reforma Agrária. A constituição histórica do Agronegócio e da Agroecologia. O Estado e a Questão Agrária. A teoria dos Novos Movimentos Sociais.			
OBJETIVO			
Desenvolver a capacidade de análise crítica da realidade social, econômica, técnica, cultural e política da sociedade em geral, e do meio rural em particular, compreendendo as transformações neste contexto.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.			
BUAINAIN, Antônio M. (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil . Campinas: Ed. Unicamp, 2008.			
CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.). Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil . Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.			
MOREIRA, Roberto J. (Org.). Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo . Rio de Janeiro: DP&A, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DAGNINO, Evelina (Org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 2004.			
FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento . 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.			
IANNI, Octávio. O mundo agrário. In: _____. A era do globalismo . 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.			
MARTINS, José de Souza. Introdução crítica à sociologia rural . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	4	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicurí, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano .			



São Paulo: Contexto, 2009.

NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1178	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS II	4	60
EMENTA			
Desafios e perspectivas da escola do campo: processos educativos escolares; identidade administrativa, política e pedagógica da escola do campo.			
OBJETIVO			
Diagnosticar e problematizar o contexto da educação do campo, desenvolvendo conceitos e temáticas que contemplem a dimensão escolar enquanto locus privilegiado para o fortalecimento da identidade camponesa e, produção e difusão do conhecimento.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2010. SOUZA, Maria A. de. Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.			



3ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH806	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	4	60
EMENTA			
Conceitos de referência em políticas educacionais. Estado, federalismo e políticas educacionais. A educação enquanto política de corte social. Políticas educacionais no Brasil, marcos históricos: período republicano até a contemporaneidade. Políticas de financiamento da educação básica. Políticas de formação de professores. Bases legais e a organização atual da Educação Básica no Brasil.			
OBJETIVO			
Compreender e discutir a política educacional brasileira como ação do Estado nos diferentes contextos, demandas, tendências das políticas de educação básica voltadas para a garantia do direito à educação, organização, gestão, financiamento e formação de professores.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AMARAL, Nelson Cardoso. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil . Brasília: Liber Livro, 2012.			
AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 10. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2004.			
OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. (orgs.). Educação e federalismo no Brasil : combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.			
SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica : política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). Crise da escola e políticas educativas . Belo Horizonte: Autêntica, 2009.			
FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade . São Paulo: Centauro, 2005.			
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Políticas, estrutura e organização . 10 ed. Rev. Ampl. São Paulo: Cortez, 2012.			
LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa,; LIMONTA, Sandra Valéria (orgs.). Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores . Goiânia: CEPED; Kelps, 2013.			
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização . 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Orgs.). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI : reformas em debate. Campinas: Autores Associados, 2000.			
OLIVEIRA, Romualdo Portela de, ADRIÃO, Theresa (orgs.) Gestão, financiamento e direito à educação : análise da constituição Federal e da LDB. E ed. Rev, ampl. São Paulo: Xamã, 2007.			



OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Org.). Política e gestão da educação. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

VIEIRA, Sofia L. & FARIAS, Isabel M. S. de. **Política educacional no Brasil:** introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX798	QUÍMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA I	5	75
EMENTA			
Estudo da matéria. Evolução dos modelos atômicos. Teoria atômica. Configuração eletrônica e tabela periódica. Ligações químicas. Funções Químicas. Introdução a Laboratório Química: Regras de segurança, manuseio de produtos químicos e rotulagem e símbolo de risco. Apresentação de equipamentos, materiais e vidrarias usados durante a execução dos experimentos. Técnicas de pesagem e medidas de volume. Ácido e base.			
OBJETIVO			
Conhecer as propriedades da matéria, identificando suas transformações, suas propriedades, suas características, sua composição e sua estrutura. Capacitar os alunos para trabalhar no laboratório de química.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRADY, James E.; HUMISTON, Gerard E. Química geral . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986. 2 v.			
KOTZ, John C.; TREICHEL, Paul M.; WEAVER, Gabriela C. Química geral e reações químicas . São Paulo: Pioneira, 2010. 2 v.			
MAIA, Daltamir. Iniciação no laboratório de química . Campinas: Átomo, 2015.			
RUSSEL, John B. Química geral . 2. ed. São Paulo: Pearson, 1994. 2 v.			
RUBINGER, Masyura M. M.; BRAATHEN, Per Cristian. Experimentos de química com materiais alternativos de baixo custo e fácil aquisição . Viçosa: Editora UFV, 2006.			
SANTOS, Wildson L. P. dos; MÓL, Gerson de S. (Coord.). Química cidadã : volume 1. 3. ed. São Paulo: Editora AJS, 2016.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ATKINS, Peter W.; JONES, Loretta. Princípios de química : questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.			
BARBOSA, Addson L. Dicionário de química . 4. ed. Goiânia: AB Editora, 2009.			
HADJA, C. Química . São Paulo: Marco, 1983.			
LEE, J. D. Química inorgânica não tão concisa . São Paulo: Blucher, 1999.			
EPSTEIN, Lawrence M.; KRIEGER, Peter J. Química geral . 9 ed. Bookman, Porto Alegre, RS, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH807	TEORIAS DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	04	60
EMENTA			
A psicologia como ciência: origem, evolução e delimitação dos objetos de estudo; A relação entre aprendizagem e desenvolvimento humano sob o enfoque da Psicologia; Psicanálise: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; Comportamentalismo: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; Epistemologia genética: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; Psicologia sócio histórica: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; Os diálogos entre psicologia e educação na pesquisa educacional contemporânea.			
OBJETIVO			
Reconhecer a variedade de processos psicológicos constituintes da aprendizagem de diferentes conteúdos e utilizar esse conhecimento na organização de práticas pedagógicas orientadas para a promoção do desenvolvimento das pessoas envolvidas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. Psicologias : uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008. CUNHA, M. V. Psicologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. NUNES, A. I.; SILVEIRA, R. N. Psicologia da aprendizagem : processos, teorias e contextos. Brasília: Liber livros, 2009. SANTOS, M. S.; XAVIER, A.; NUNES, A. I. B. Psicologia do desenvolvimento : teorias e temas contemporâneos. Brasília: Líber Livro, 2009. VYGOTSKY, Lev; LEONTIEV, Alexis; LURIA, Alexander. Psicologia e Pedagogia : bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BECKER, Fernando. Da ação à operação : o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. BRONFENBRENNER, U. Ecologia do desenvolvimento humano . Porto Alegre: Artmed, 2000. FREUD, S. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: Obras Psicológicas Completas , Vol. XIII, RJ: Imago, 1914. JOLIBERT, B. Sigmund Freud . Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4683.pdf LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon : teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. MUNARI, A (org.). Jean Piaget . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia . Rio de Janeiro: Forense Universitária,			



2004.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.

SMITH, L. **Frederic Skinner**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4663.pdf.

VYGOTSKY, Lev. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone /EDUSP, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1179	EDUCAÇÃO POPULAR	4	60
EMENTA			
Estudos e investigações nos processos de educação popular. O pensamento político e pedagógico de Paulo Freire. A educação dos trabalhadores e de jovens e Adultos. Espaços Formais e Não Formais. Metodologias participativas. A educação e as relações étnico-raciais: indígenas e afrodescendentes.			
OBJETIVO			
Conhecer e refletir sobre as bases teóricas que originaram a educação popular no Brasil, bem como as experiências empíricas originadas deste debate.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.			
HARPER, Babette; CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy; OLIVEIRA, Rosiska Darcy. Cuidado, Escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas. 35. ed. Trad. Letícia Cotrim. São Paulo: Brasiliense, 2006.			
PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo . Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.			
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro : a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação . 2. ed. São Paulo, 1996.			
CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo . Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.			
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança : um reencontro com a pedagogia do oprimido. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.			
FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.			
GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.			
SACRISTAN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez Gómez. Compreender e transformar o ensino . Artes Médicas, 2008.			
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX799	FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA I	5	75
EMENTA			
Estudo dos conceitos básicos de cinemática e dinâmica: Trabalho e energia; conservação da energia; movimento linear e conservação do movimento linear; hidrostática. Unidades e medidas no estudo da física.			
OBJETIVO			
Identificar fenômenos naturais relacionados à mecânica (cinemática, dinâmica e hidrostática) e compreendê-los. Compreender a relação teoria-prática (experimentação) na construção do conhecimento físico, bem como relacioná-lo com outras áreas do conhecimento.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BONJORNO, José R. <i>et al.</i> Física . São Paulo: FTD, 2011. FRANÇA, Luis N. F.; MATSURA, Amadeu Z. Mecânica geral . 3. ed. São Paulo: Blucher, 2011. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física: mecânica . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. v. 1. MÁXIMO, Antônio; ALVARENGA, Beatriz. Física . São Paulo: Scipione, 2009. NUSSENZVEIG, Herch Moysés. Curso de física básica 1: mecânica . 4. ed. rev. São Paulo: Blucher, 2002. v. 1.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
RAMALHO JUNIOR, Francisco; FERRARO, Nicolau G.; SOARES, Paulo A. de T. Os fundamentos da física 1: mecânica . 9. ed. São Paulo: Moderna, 2007. v. 1.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB355	BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA I	5	75
EMENTA			
Introdução ao estudo das células procarionte e eucarionte e suas organelas. Conceitos básicos de embriologia humana. Estudo da anatomia e fisiologia dos sistemas que compõem o corpo humano.			
OBJETIVO			
Estudar a organização estrutural e funcional das células, o desenvolvimento embrionário e a anatomia e fisiologia dos sistemas do corpo humano, reconhecendo a importância dos cuidados preventivos para crescer e envelhecer com saúde e boa qualidade de vida.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALBERTS, Bruce <i>et al.</i> Biologia molecular da célula . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.			
_____. Fundamentos da biologia celular . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.			
DANGELO, José G.; FATTINI, Carlo A. Anatomia básica dos sistemas orgânicos . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.			
_____. Anatomia humana: sistêmica e segmentar . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.			
DE ROBERTIS, Eduardo D. P.; HIB, José. Bases da biologia celular e molecular . 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.			
GARCIA, Sônia M. L. de; FERNANDEZ, Casimiro G. (Org.). Embriologia . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARLSON, Bruce M. Embriologia humana e biologia do desenvolvimento . Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.			
CINGOLANI, Horacio E.; HOUSSAY, Alberto B. (Org.). Fisiologia humana de Houssay . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
ERHART, Eros A. Elementos de anatomia humana . 10. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.			
FREITAS, Valdemar de <i>et al.</i> Anatomia: conceitos e fundamentos . Porto Alegre: Artmed, 2004.			
GARDNER, Ernest D.; GRAY, Donald J.; O'RAHILLY, Ronan. Anatomia: estudo regional do corpo humano . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.			
GOLDBERG, Stephen. Descomplicando a fisiologia . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.			
GRANT, John C. B.; BASMAJIAN, John V. Anatomia de Grant . São Paulo: Manole, 1993.			
GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Tratado de fisiologia médica . 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.			
MACHADO, Angelo B. M.; HAERTEL, Lucia M. Neuroanatomia funcional . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.			



MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1180	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS III	4	60
EMENTA			
Estudos e investigações nos processos de educação popular. O pensamento político e pedagógico de Paulo Freire. A educação dos trabalhadores e de jovens e Adultos. Espaços Formais e Não Formais. Metodologias participativas.			
OBJETIVO			
Conhecer e refletir sobre as bases teóricas que originaram a educação popular no Brasil, bem como as experiências empíricas originadas deste debate.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRANDÃO, Carlos R. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 318).			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
_____. Pedagogia do oprimido . 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.			
HARPER, Babette <i>et al.</i> Cuidado, escola!: desigualdade, domesticação e algumas saídas. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.			
PALUDO, Conceição. Educação popular. In: CALDART, Roseli S. <i>et al.</i> (Org.). Dicionário da educação do campo . Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 282-287.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARANHA, Maria L. de A. História da educação . 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.			
CALDART, Roseli S. <i>et al.</i> (Org.). Dicionário da educação do campo . Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.			
_____. Pedagogia da esperança : um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.			
GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.			
GIMENO SACRISTÁN, José; PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Compreender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.			
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.			



4ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH805	DIDÁTICA GERAL	04	60
EMENTA			
A docência como atividade profissional intencional e metódica; Os saberes da docência; Articulações entre o processo de formação inicial e continuada e as instituições da educação básica pública; Concepções pedagógicas; Concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação; Planejamento educacional: Projeto Político Pedagógico, questões curriculares e de ensino; A cooperação, o trabalho coletivo e a responsabilidade ética no trabalho pedagógico; Didática e interculturalidade; O debate pedagógico nas pesquisas educacionais contemporâneas.			
OBJETIVO			
Construir um conjunto de referenciais teóricos e metodológicos sobre a docência em diversos espaços e contextos, considerando aspectos sócio-históricos, culturais e perspectivas contemporâneas do campo da didática buscando a compreensão da prática pedagógica e possibilidades efetivas de ação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANDAU, Vera M. (org.). <i>Didática Crítica Intercultural: aproximações</i> . Petrópolis: Vozes, 2012. LUCKESI, C. <i>Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições</i> . São Paulo: Cortez, 2013. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). <i>Saberes Pedagógicos e atividade docente</i> . São Paulo: Cortez, 2005. SACRISTÁN, J. G.; GOMÉZ, A. I. P. <i>Compreender e Transformar o Ensino</i> . Trad. F. F. F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998. VEIGA, I.; DAVILA, C. (org.). <i>Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas</i> . 2.ed. Campinas: Papirus, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANDAU, Vera M. (Org.). <i>Rumo a uma Nova Didática</i> . São Paulo: Vozes, 2010. COMENIUS. <i>Didática Magna</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2006. HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. <i>A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. LIBÂNEO, José. <i>Democratização da escola pública</i> . São Paulo: Edições Loyola, 1992. LOSSO, Adriana R. S. <i>A Mediação na Formação dos Profissionais da Educação: reflexões de uma professora tutora</i> . São Paulo: Mercado de Letras, 2008. SANTOMÉ, Jurjo Torres. <i>Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. SANTOS, Boaventura de Sousa (org). <i>Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as Ciências revisitado</i> . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. SAVIANI, Dermeval. <i>Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações</i> .			



Campinas: Autores Associados, 1996.

SILVA, Jansen F.; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria T. (Org.). **Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em Diferentes Áreas do Currículo**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

TURRA, C. et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. Porto Alegre: Editora Sagra, 1975.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH611	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR E PEDAGÓGICO	04	60
EMENTA:			
As características da instituição escolar: objetivos, finalidades, organização, recursos humanos e materiais. Análise dos fundamentos da organização do trabalho escolar e pedagógico na Educação Básica. Gestão, currículo, tempos e espaços educativos, formas de organização do trabalho docente, planejamento, avaliação, métodos e estratégias de ensino, relações interpessoais. A organização dos saberes escolares e pedagógicos na Educação do Campo.			
OBJETIVO:			
Desenvolver conteúdos e metodologias que possibilitem a construção de parâmetros superadores de organização do trabalho escolar e pedagógico na Escola do Campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREITAS, Luiz C. de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática . 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011.			
SANTOMÉ, Jurjo T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação . Petrópolis: Vozes, 1995. p. 155-172.			
TRAGTENBERG, Mauricio. A escola como organização complexa. In: GARCIA, Walter E. (Org.). Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento . São Paulo: McGraw-Hill, 1976.			
VICENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Educação em Revista , Belo Horizonte, n. 33, jun. 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski . 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.			
DUARTE, Newton (Org.). Sobre o construtivismo: contribuições para uma análise crítica . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.			
MANACORDA, Mario A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.			
_____. Marx e a pedagogia moderna . 2. ed. rev. Campinas: Alínea, 2010.			
PETITAT, Andre. Produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente . Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.			
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX800	QUÍMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA II	5	75
EMENTA:			
Reações químicas. Substâncias e misturas. Estudo das soluções: concentrações. Termoquímica. Eletroquímica. Cinética química. Introdução ao Equilíbrio químico: ácidos e bases. Potencial hidrogeniônico (pH) e potencial hidroxiliônico (pOH).			
OBJETIVO:			
Compreender os conceitos relacionados às concentrações das soluções, termoquímica, eletroquímica, cinética química, procurando estabelecer relações de tais processos com o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e suas relações com os povos tradicionais do/no campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ATKINS, Peter W.; DE PAULA, Julio. Físico-química: fundamentos . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.			
ATKINS, Peter W.; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.			
CASTELLAN, Gilbert W. Fundamentos de físico-química . Rio de Janeiro: LTC, 1995.			
KOTZ, John C.; TREICHEL, Paul M.; WEAVER, Gabriela C. Química geral e reações químicas . São Paulo: Pioneira, 2010. 2 v.			
RUSSEL, John B. Química geral . 2. ed. São Paulo: Pearson, 1994. 2 v.			
SMITH, John M.; VAN NESS, Hendrick C.; ABBOTT, Michael M. Introdução à termodinâmica da engenharia química . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BALL, David W. Físico-química . São Paulo: Cengage Learning, 2006.			
BACCAN, Nivaldo <i>et al.</i> Química analítica quantitativa elementar . 3. ed. São Paulo: Blucher, 2001.			
MENDHAM, J. <i>et al.</i> (Ed.). Vogel: análise química quantitativa . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.			
SILVEIRA, Benedito I. da. Cinética química das reações homogêneas . 2 ed rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2015.			
VAITSMAN, Delmo S.; BITTENCOURT, Olymar A. Ensaio químicos qualitativos . Rio de Janeiro: Interciência, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX801	FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA II	5	75
EMENTA			
Estudo dos conceitos básicos de ondas (mecânicas e eletromagnéticas). Elementos de: termodinâmica, ótica geométrica e ótica física.			
OBJETIVO			
Compreender os princípios fundamentais de ondas, termodinâmica, ótica geométrica e ótica física presentes em fenômenos naturais e suas aplicações tecnológicas e sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BONJORNO, José R. <i>et al.</i> Física . São Paulo: FTD, 2011. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física: gravitação, ondas e termodinâmica . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. v. 2. _____. Fundamentos de física: óptica e física moderna . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. v. 4. MÁXIMO, Antônio; ALVARENGA, Beatriz. Física . São Paulo: Scipione, 2009. NUSSENZVEIG, Herch Moysés. Curso de física básica 4: ótica, relatividade, física quântica . São Paulo: Blucher, 1998. v. 4.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
RAMALHO JUNIOR, Francisco; FERRARO, Nicolau G.; SOARES, Paulo A. de T. Os fundamentos da física 1: mecânica . 9. ed. São Paulo: Moderna, 2007. v. 1. TIPLER, Paul A.; MOSCA, Gene. Física para cientistas e engenheiros: eletricidade e magnetismo, óptica . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. v. 2.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB356	BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA II	04	60
EMENTA			
Introdução à origem e evolução das plantas terrestres. Organização estrutural básica da planta. Noções em anatomia e morfologia de estruturas vegetativas e reprodutivas. Dupla fecundação nas Angiospermas. Noções sobre classificação das plantas e nomenclatura botânica. Técnicas de coleta e herborização. Algas e grandes Grupos Vegetais (Briófitas. Pteridófitas. Gimnospermas e Angiospermas). Tópicos em fisiologia vegetal. Estudo de algumas famílias botânicas de importância regional. Fundamentos teórico-práticos para o ensino de Botânica.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos os elementos necessários para compreenderem a anatomia e fisiologia dos órgãos vegetativos e reprodutivos, reconhecendo a diversidade de organismos estudados pela Biologia Vegetal em uma perspectiva evolutiva e recontextualizando esses conhecimentos botânicos na Educação Básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FILGUEIRAS, Tarcisio S. Botânica: para quem gosta de plantas. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: LivroPronto, 2008.			
NABORS, Murray W. Introdução à botânica. São Paulo: Roca, 2012.			
RAVEN, Peter H.; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. Biologia vegetal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.			
SOUZA, Vinicius C.; LORENZI, Harri. Botânica sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG III. 3. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2012.			
VIDAL, Waldomiro N.; VIDAL, Maria R. R. Botânica-organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. 4 ed. rev. e ampl. Viçosa: Editora UFV, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CAMPOS, Nicete. Aprendendo com a mãe terra: plantas medicinais, aromáticas e condimentares. São Paulo: Arte & Ciência, 2006.			
FERRI, Mário G. Botânica: morfologia externa das plantas: organografia. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1983.			
_____. Botânica: morfologia interna das plantas: anatomia. 9. ed. São Paulo: Nobel, 1984.			
FERRI, Mário G. (Coord.). Fisiologia vegetal. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: EPU, 1986. v. 1 e 2.			
FRANCESCHINI, Iara M. <i>et al.</i> Algas: uma abordagem filogenética, taxonômica e ecológica. Porto Alegre: Artmed, 2010.			
KINUPP, Valdely F.; LORENZI, Harri. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.			
LORENZI, Harri; MATOS, Francisco J. de A. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 2. ed. São Paulo: Instituto Plantarum, 2008.			



NOGUEIRA, Eliana. **Uma história brasileira da botânica**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Paralelo 15, 2000.

PIQUÉ, Maria P. R. **Manual de histologia vegetal**. São Paulo: Ícone, 1997.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH808	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - GESTÃO ESCOLAR	6	90
EMENTA			
Organização e gestão da escola: professores e gestores na construção coletiva do trabalho pedagógico. Conceitos, natureza e fins da gestão escolar. Autonomia financeira, administrativa e pedagógica da escola brasileira. Organização e funcionamento da instituição escolar: projeto político-pedagógico, regimento escolar, planos de estudo. Áreas de atuação do gestor escolar: técnico-administrativo e pedagógico-curricular. Relações de poder nas organizações. Coordenação dos processos pedagógicos. Observação escolar orientada. Formação continuada.			
OBJETIVO			
Analisar a organização e funcionamento da instituição escolar, envolvendo seu currículo, seus sujeitos, os processos de gestão e coordenação pedagógica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.			
GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas . 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.			
GRINSPUN, M. Paura S. Z. (Org.). Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola . São Paulo: Cortez, 2003.			
OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa (orgs.). Política e trabalho na escola: a administração dos sistemas públicos de educação básica . Belo Horizonte: Autêntica, 2003.			
VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . Campinas: Papyrus, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2000.			
FERREIRA, Naura S. C. (Org.). Gestão democrática: atuais tendências, novos desafios . São Paulo: Cortez, 2000.			
FREIRE, Paulo et al. Na escola que fazemos: uma reflexão interdisciplinar em educação popular . 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.			
LIMA, Licínio C. Construindo modelos de gestão escolar . Lisboa, Portugal: Instituto de Inovação Educacional, 1999.			
LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática . São Paulo: Vozes, 2008.			
PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública . 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.			
VEIGA, Ilma A. P.; FONSECA, Marília (orgs.). As dimensões do projeto político-pedagógico . 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1181	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS IV	04	60
EMENTA			
Contextualização do processo pedagógico do professor na área de Ciências da Natureza em escolas do campo.			
OBJETIVO			
Situar e compreender as Ciências da Natureza enquanto importante área de conhecimento para compreensão e transformação da realidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARVALHO, Anna M. P. de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.			
CHASSOT, Attico I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
MOLINA, Mônica C. (Org.). Licenciatura em Educação do Campo e o ensino das ciências naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2012.			
KRASILCHIK, Myriam; MARANDINO, Martha. Ensino de ciências e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna. 2007.			
KRASILCHIK, Myriam. O professor e o currículo das ciências. São Paulo: EPU: Edusp, 1987.			
_____. Prática de ensino de biologia. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2004.			
SELBACH, Simone (Coord.). Ciências e didática. Petrópolis: Vozes, 2010.			
VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Léa. Oficinas de ensino: o quê? por quê? como?. 4. ed. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2002.			
WEISSMANN, Hilda (Org.). Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.			



5ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1224	EDUCAÇÃO – MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS	4	60
EMENTA			
As mudanças do capitalismo e suas implicações sobre a educação dos trabalhadores da cidade e do campo. Movimentos Sociais e a educação. Experiências de auto-organização e cooperação socioeconômica. Análise dos saberes constituídos nas lutas sociais e a interface com a educação sistematizada.			
OBJETIVO			
Analisar a relação existente entre educação, organizações e movimentos sociais de base popular e sua contribuição para o desenvolvimento de um projeto pedagógico do/para o campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). Teoria e educação no labirinto do capital . 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.			
GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos . 8. ed. São Paulo: Loyola, 2010.			
MOLINA, Mônica C. <i>et al.</i> (Org.). Práticas contra-hegemônicas na formação de professores de ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e educação do campo nos cursos do Pronera. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.			
PREZIA, Benedito. História da resistência indígena: 500 anos de luta . São Paulo: Expressão Popular, 2017.			
VERGÉS, Armando Bartra. Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo . São Paulo: Cultura Acadêmica: Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRANDÃO, Carlos R. Em campo aberto: escritos sobre educação e a cultura popular . São Paulo: Cortez, 1995.			
FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.			
FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (Org.). Ensino Médio integrado: concepção e contradições . 2. ed. São Paulo. Cortez, 2010.			
KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. Educação do campo: identidade e políticas públicas . São Paulo: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Por uma Educação Básica do Campo; 4).			
STROPASOLAS, Valmir L. O mundo rural no horizonte dos jovens . Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA211	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	4	60
EMENTA			
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.			
OBJETIVO			
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.			
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.			
QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.			
_____. Educação de surdos . A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.			
SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2010.			
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue – LIBRAS . São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.			
COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000.			
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). In: _____. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.			
LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Inclusão de alunos surdos na escola regular. In: Cadernos de Educação . Pelotas: v. 36, Maio/Ago. 2010.			
LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002.			
QUADROS, Ronice Müller de. Aquisição das línguas de sinais. In: Estudos Surdos IV . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.			
SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. In: Educação & Sociedade . V. 26, n. 91. Maio/Ago. 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1225	PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL (ESTÁGIO I)	5	75
EMENTA			
Princípios orientadores do trabalho pedagógico na escola do campo. Concepção e Práticas interdisciplinares para o ensino fundamental. Observação do contexto escolar e do trabalho docente na sala de aula. Planejamento e desenvolvimento de uma atividade interdisciplinar em ciências da natureza em uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental. Elaboração de relatório final.			
OBJETIVO			
Analisar o contexto de escolas do campo, realizando observações e intervenção nos anos finais do Ensino Fundamental em Ciências.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
PIMENTA, Selma G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2005.			
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDREOLA, Balduino A. <i>et al.</i> (Org.). Formação de Educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante . Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho . Porto Alegre: Artmed, 1998.			
PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica . Porto Alegre: Artmed, 2002.			
SEVERINO, Antônio J.; FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). Formação docente: rupturas e possibilidades . Campinas: Papirus, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX844	QUÍMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA III	05	75
EMENTA			
Introdução à química orgânica. Ligações de carbono e cadeias carbônicas. Funções Orgânicas. Biomoléculas: carboidratos, lipídios e proteínas, identificação e caracterização. Reações Orgânicas: esterificação, saponificação e fermentação. Isomeria.			
OBJETIVO			
Conhecer as cadeias carbônicas e as funções orgânicas. Caracterizar as biomoléculas e sua relação com os alimentos. Reconhecer reações de esterificação, saponificação e fermentação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBOSA, Luiz C. de A. Introdução à química orgânica . 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011.			
DEMUNER, Antônio J. <i>et al.</i> Experimentos de química orgânica . 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 2004.			
McMURRY, John. Química orgânica . São Paulo: Cengage Learning, 2011. 2 v.			
SANTOS, Wildson L. P. dos; MÓL, Gerson de S. (Coord.). Química cidadã : volume 3. 3. ed. São Paulo: Editora AJS, 2016.			
SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Craig B. Química orgânica . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 2 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ATKINS, Peter W.; JONES, Loretta. Princípios de química : questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.			
BRADY, James E.; SENESE, Fred. Química : a matéria e suas transformações. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. v. 2.			
BRAIBANTE, Hugo T. S. Química orgânica : um curso experimental. Campinas: Átomo, 2015.			
BRUICE, Paula Y. Química orgânica . 4. ed. São Paulo: Pearson Education, 2006. 2 v.			
CHASSOT, Attico I. A ciência através dos tempos . 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.			
_____. Alfabetização científica : questões e desafios para a educação. 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
FERREIRA, Maira <i>et al.</i> Química orgânica : [práticas pedagógicas para o Ensino Médio]. Porto Alegre: Artmed, 2007.			
LE COUTEUR, Penny; BURRESON, Jay. Os botões de Napoleão : as 17 moléculas que mudaram a história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX845	FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA III	5	75
EMENTA			
Fundamentos de eletrostática (força, campo e potencial elétrico) e eletrodinâmica (corrente, resistência e circuitos elétricos). Elementos de magnetismo: campo magnético (força magnética) e indução eletromagnética. Conceitos elementares de Física Moderna.			
OBJETIVO			
Contextualizar os conceitos de tensão, corrente e resistência elétrica (e aplicações), discutindo o significado físico de medidas (aparelhos de medida: multímetro). Compreender o significado da interação eletromagnética. Assimilar noções de elementos de Física Moderna (relatividade, física quântica, física nuclear).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BONJORNO, José R. <i>et al.</i> Física . São Paulo: FTD, 2011. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física: eletromagnetismo . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. v. 3. MÁXIMO, Antônio; ALVARENGA, Beatriz. Física . São Paulo: Scipione, 2009. NUSSENZVEIG, Herch Moysés. Curso de física básica 3: eletromagnetismo . São Paulo: Blucher, 1997. v. 3. TIPLER, Paul A.; MOSCA, Gene. Física para cientistas e engenheiros: eletricidade e magnetismo, óptica . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. v. 2.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GAMOW, George; CLEVELAND, John M. Física . Madrid: Aguilar Editorial, 1975. KITTEL, Charles; PURCELL, Edward M. Curso de física de Berkeley: eletricidade e magnetismo . São Paulo: Edgard Blücher, 1975. v. 2. RAMALHO JUNIOR, Francisco; FERRARO, Nicolau G.; SOARES, Paulo A. de T. Os fundamentos da física 1: mecânica . 9. ed. São Paulo: Moderna, 2007. v. 1. YOUNG, Hugh; FREEDMAN, Roger A. Física I: mecânica . Tradução de Sears and Zemansky's university physics. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2012. v. 1.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB413	BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA III	4	60
EMENTA			
Introdução à zoologia: Origem do pensamento evolutivo, classificação, sistemática e filogenética em zoologia. Anatomia, fisiologia e ecologia de protozoários e invertebrados (poríferos, cnidários, platelmintos, nematelmintos moluscos, anelídeos, artrópodes e equinodermos), quetognatos, protocordados e cordados (peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos). Ensino de zoologia na educação básica.			
OBJETIVO			
Construir o conhecimento acerca das relações filogenéticas dos invertebrados e vertebrados compreendendo os processos evolutivos baseados em modificações histológicas, anatômicas e embrionárias, possibilitando o reconhecimento dos diferentes grupos, assim como sua importância ecológica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARNES, Richard S. K. <i>et al.</i> Os invertebrados: uma síntese. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.			
HICKMAN JUNIOR, Cleveland P. <i>et al.</i> Princípios integrados de zoologia. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.			
HILDEBRAND, M.; GOSLOW JUNIOR, G. E. Análise e estrutura dos vertebrados. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.			
RIBEIRO-COSTA, Cibele S.; ROCHA, Rosana M. (Coord.). Invertebrados: manual de aulas práticas. 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006.			
STORER, Tracy I. <i>et al.</i> Zoologia geral. 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DARWIN, Charles. Origem das espécies. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.			
GALLO, Domingos <i>et al.</i> Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002.			
GOULD, Stephen J. O polegar do panda: reflexões sobre história natural. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.			
NEVES, David P. Parasitologia humana. 13. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.			
PAPAVERO, Nelson (Org.). Fundamentos práticos de taxonomia zoológica: coleções, bibliografia, nomenclatura. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Unesp: FAPESP, 1994.			
PEREIRA, Renato C.; SOARES-GOMES, Abílio (Org.). Biologia marinha. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.			
SILVA, Lauro L. da. Ecologia: manejo de áreas silvestres. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1226	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS V	03	45
EMENTA			
O desenho do currículo da área das Ciências da Natureza na escola do campo.			
OBJETIVO			
Refletir sobre o currículo da área de ciências da natureza articulando seus conhecimentos aos saberes sociais camponeses.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CALDART, R. S. (Org.). Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 1.			
CARVALHO, Anna M. P. de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.			
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
GALIAZZI, Maria do Carmo <i>et al.</i> (Org.). Construção curricular em rede na educação em ciências: uma aposta de pesquisa na sala de aula. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.			
GIMENO SACRISTÁN, José. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.			
ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo M. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.			
GÜLLICH, Roque I. da C.; HERMEL, Erica do E. S. (Org.). Educação em ciências e matemática: pesquisa e formação de professores. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.			
KOLLING, Edgar J.; NÉRY; MOLINA, Mônica C. Por uma educação básica do campo: memória. Brasília: Ed. UnB, 1999. (Por uma Educação Básica do Campo; 1).			
KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. Educação do campo: identidade e políticas públicas. São Paulo: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Por uma Educação Básica do Campo; 4).			
KRASILCHIK, Myriam. O professor e o currículo das ciências. São Paulo: EPU: Edusp, 1987.			
LOPES, Alice C. Currículo e epistemologia. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.			
SANCEVERINO, Adriana R.; MOHR, Naira E. R. (Org.). Campo, educação e trabalho: reflexões pedagógicas em construção. Tubarão: Copiart, 2016.			



6ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1227	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL – (ESTÁGIO II)	8	120
EMENTA			
Concepção da docência na formação de professores para a escola do campo. Planejamento de aulas para a regência em ciências nos anos finais do ensino fundamental. Estágio curricular: docência nos anos finais do Ensino Fundamental. Relatório de estágio: reflexão sobre a formação e o trabalho pedagógico. Avaliação do estágio curricular. Orientação teórica e metodológica do estágio curricular. Supervisão pedagógica do estágio curricular.			
OBJETIVO			
Experienciar e vivenciar no cotidiano da sala de aula do Ensino Fundamental a integração entre teoria e prática, estabelecendo o contato com o aluno e com a vida profissional no contexto escolar, organizando situações de ensino com o uso de recursos e estratégias teórico- práticas indispensáveis à aprendizagem e ao desempenho da atividade docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. FREITAS, Helena C. L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . 9. ed. Campinas: Papirus, 2011. GALIAZZI, Maria do Carmo <i>et al.</i> (Org.). Construção curricular em rede na educação em ciências: uma aposta de pesquisa na sala de aula . Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. KRASILCHIK, Myriam. O professor e o currículo das ciências . São Paulo: EPU: Edusp, 1987. PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e autoimagens . 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. CARVALHO, Anna M. P. de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014. CHASSOT, Attico I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação . 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. CUNHA, Maria I. da (Org.). Formatos avaliativos e concepção de docência . Campinas: Autores Associados, 2005. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. PIMENTA, Selma G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? . 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			



PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
SANTOS, Wildson L. P. dos; AULER, Décio (Org.). **CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisa**. Brasília: Ed. UnB, 2011.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1228	HISTÓRIA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS NATURAIS	4	60
EMENTA:			
A relação entre conhecimento científico e outras formas de saber. A evolução do conceito de conhecimento. Agricultura e as origens do conhecimento científico. Os principais paradigmas da Biologia, da Física e da Química. Algumas rupturas e revoluções nas Ciências da Natureza. Métodos e práticas científicas: como a Ciência é produzida hoje. O valor social da Ciência. O papel das mulheres no desenvolvimento da Ciência no Brasil.			
OBJETIVO:			
Desenvolver uma leitura crítica da história das ciências naturais, seus objetos, abordagens e fontes, percebendo a historicidade de suas concepções e de suas práticas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2012.			
BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José C. Breve história da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2010-2011. 4 v.			
BUNGE, Mario. Teoria e realidade. São Paulo: Perspectiva, 2013.			
CHASSOT, Attico I. A ciência através dos tempos. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.			
MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.			
MORTIMER, Eduardo F. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BUNGE, Mario. Física e filosofia. São Paulo: Perspectiva, 2000.			
CHASSOT, Attico I. A ciência é masculina?: é sim, senhora!. 8. ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2017.			
FEYERABEND, Paul K. Diálogo sobre o método. Lisboa: Presença, 1991.			
HELLMAN, Hal. Grandes debates da ciência: dez das maiores contendas de todos os tempos. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.			
KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.			
LEMKE, Jay L. Aprender a hablar ciencia: lenguaje, aprendizaje y valores. Barcelona: Paidós, 1997.			
MORIN, Edgard. O método: a natureza da natureza. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008. v. 1.			
POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 1972.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS239	DIREITOS E CIDADANIA	4	60
EMENTA:			
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.			
OBJETIVO:			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel . 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. SARLET, Ingo W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . 10. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo L. (Org.). Teoria dos direitos fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BONAVIDES, Paulo. Ciência política . 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: Ed. UnB, 2001. DALLARI, Dalmo de A. Elementos de teoria geral do Estado . 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete M. de (Org.). Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus C. A.; MILARÉ, Édis. Manual de direito público e privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009. IANNI, Octavio. A sociedade global . 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. LOSURDO, Domenico. Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal . Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional . 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas,			



2017.

MORAIS, José L. B. de. **Do direito social aos interesses transindividuais:** o Estado e o direito na ordem contemporânea. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

NOBRE, Marcos (Org.). **Curso livre de teoria crítica.** 3. ed. Campinas: Papirus, 2011.

PINHO, Rodrigo C. R. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais.** 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade:** o sujeito democrático. Bauru: EDUSC, 1998.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB414	BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA IV	4	60
EMENTA			
Célula: Herança e ambiente. Bases citológicas da herança (mitose e meiose). Herança cromossômica. Mendelismo. Alelos múltiplos. Herança citoplasmática. Bases químicas da herança.			
OBJETIVO			
Conhecer os princípios básicos de genética e evolução aplicados às ciências biológicas, identificando os diferentes padrões de herança genética e interações entre o genótipo e o ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BURNS, George W.; BOTTINO, Paul J. Genética . 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.			
GUERRA, M. dos S. Introdução à citologia geral . Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.			
BORGES-OSORIO, Maria R.; ROBINSON, Wanyce M. Genética humana . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.			
PIERCE, Benjamin A. Genética: um enfoque conceitual . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.			
PINTO, Ronald J. B. Introdução ao melhoramento genético de plantas . Maringá: Ed. UEM, 1995.			
RAMALHO, Magno A. P. <i>et al.</i> Genética na agropecuária . 5. ed. rev. Lavras: Ed. UFLA, 2012.			
TORRES, Antonio C.; CALDAS, Linda S.; BUSO, José A. (Ed.). Cultura de tecidos e transformação genética de plantas . Brasília: Embrapa, 1998. 2 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GARDNER, Eldon J.; SNUSTAD, D. Peter. Genética . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.			
GELEHRTER, Thomas D.; COLLINS, Francis S. Fundamentos de genética médica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.			
GRIFFITHS, Anthony J. F. <i>et al.</i> Genética moderna . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.			
JORDE, Lynn B.; CAREY, John C.; BAMSAHD, Michael J. Genética médica . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.			
LIMA, Celso P. de. Genética humana . 3. ed. São Paulo: Harbra, 1996.			
MOTTA, Paulo A. Genética humana . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.			
NUSSBAUM, Robert L.; McINNES, Roderick R.; WILLARD, Huntington F. Thompson & Thompson: genética médica . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.			
VOGEL, Friedrich; MUTULSKY, Arno G. Genética humana: problemas e abordagens . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS238	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1998.			
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.			
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.			
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.			
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.			
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.			
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.			
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.			
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.			
SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza . São Paulo: FFLCH/USP, 1992.			
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.			
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.			
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.			
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.			
FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			



- GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, Adam. **Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Curitiba: Hermes, 2001.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1229	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VI	3	45
EMENTA			
O cotidiano da sala de aula do professor de Ciências da Natureza em Escolas do Campo.			
OBJETIVO			
Investigar e experimentar propostas teórico-metodológicas potencializadoras de conhecimentos que integram as bases curriculares e saberes necessários à vida do campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PONTUSCHKA, Nídia N. (Org.). Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública . 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. SANTOS, Wildson L. P. dos; AULER, Décio (Org.). CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisa . Brasília: Ed. UnB, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BIZZO, Nélio M. V. Ciências: fácil ou difícil? . São Paulo: Biruta, 2009. GALIAZZI, Maria do Carmo <i>et al.</i> (Org.). Construção curricular em rede na educação em ciências: uma aposta de pesquisa na sala de aula . Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. KRASILCHIK, Myriam; MARANDINO, Martha. Ensino de ciências e cidadania . 2. ed. São Paulo: Moderna. 2007.			



7ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH293	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	4	60
EMENTA:			
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.			
OBJETIVO:			
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011.			
DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003.			
FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.			
GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção).			
HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar Editores, 2009.			
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000.			
GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994.			
HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002.			
JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.			
NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papirus, 2008.			
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v.			
SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In:_. Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.			
SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963.			
SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1230	PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO MÉDIO (ESTÁGIO III)	5	75
EMENTA			
Compreensão do cotidiano socioeducativo da escola do campo e/ou urbana para o ensino médio. Procedimentos didáticos e processos de ensino-aprendizagem. Planejamento e organização da ação docente: elaboração da intervenção interdisciplinar na área de ciências da natureza no ensino médio.			
OBJETIVO			
Analisar contextos e perspectivas de atuação de professores em instituições de educação básica do campo e/ou urbanas, realizando observações e intervenção no ensino médio na área de ciências da natureza (Biologia, Física e Química).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARVALHO, Anna M. P. de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.			
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
GALIAZZI, Maria do Carmo <i>et al.</i> (Org.). Construção curricular em rede na educação em ciências: uma aposta de pesquisa na sala de aula . Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.			
KRASILCHIK, Myriam. Prática de ensino de biologia . 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2004.			
PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
SANTOS, Wildson L. P. dos; MALDANER, Otavio A. (Org.). Ensino de química em foco . Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARVALHO, Anna M. P. de. Os estágios nos cursos de licenciatura . São Paulo: Cengage Learning, 2013.			
CHASSOT, Attico I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação . 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
_____. Das disciplinas à indisciplina . Curitiba: Appris, 2016.			
PIMENTA, Selma G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? . 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
SANTOS, Wildson L. P. dos; AULER, Décio (Org.). CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisa . Brasília: Ed. UnB, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH809	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	4	60
EMENTA			
Processos de inclusão e exclusão escolar. Políticas e práticas para o atendimento educacional especializado do aluno com deficiência. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação as minorias historicamente excluídas.			
OBJETIVO			
Promover discussões e práticas que perpassam o atendimento educacional especializado e os processos de inclusão e exclusão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico . 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.			
LAPLANE, Adriana (Org.). Políticas e práticas de Educação Inclusiva . 2. ed. Campinas: autores associados, 2007.			
MENDES, Geovana M. Lunardi; BUENO, José Geraldo Silveira; SANTOS, Roseli Albino. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise . São Paulo: Junqueira Marin, 2008.			
PLAISANCE, Eric. Denominações da infância: do anormal ao deficiente . Educação e Sociedade, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005			
HALL, S. A identidade cultural na Pós-Modernidade . 11 ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.			
WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdutória teórica e conceitual . In: SILVA, T.T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais . Petrópolis: Vozes, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
COLL, Cesár; MARCHENSI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação . 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
CURY, C. R. J. C. Os fora de Série na escola . São Paulo: Armazém do Ipê, 2005.			
JANNUZZI, G.S.M. A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . São Paulo: Autores Associados, 2006.			
KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos . Campinas: Autores Associados, 1999.			
LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). Habitantes de Babel: Políticas e Poética da Diferença . 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.			
LUNARDI-MENDES, Geovana M.; SOUZA NETO, A. ; SEPTIMiO, C. O não – saber como retórica constante: Aproximações entre os observatórios de educação especial e políticas públicas de inserção de Tecnologia . Revista Teias (UERJ. Online), v. 17, 2016.			



MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
MONTAÑAN, M.T.E. **O desafio das diferenças nas escolas.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011
RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA416	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	4	60
EMENTA			
A construção do conhecimento científico em Educação. Abordagem da pesquisa (qualitativa e quantitativa) e a natureza da pesquisa (documental, bibliográfica, interpretativa). A construção do objeto e da problemática da pesquisa. Elaboração do projeto de TCC. Normas para trabalho científico (ABNT).			
OBJETIVO			
Aprofundar os conhecimentos numa área de interesse em consonância com proposta do curso, apresentando um projeto de acordo com as normas da UFFS, delineando seu embasamento teórico dentro da temática a ser pesquisada.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AZEVEDO, Israel B. de. O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos. 5. ed. Piracicaba: Ed. Unimep, 1997. MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2013. MARQUES, Mário O. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. MINAYO, Maria C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BARROS, Aidil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. CALAZANS, Julieta (Org.). Iniciação científica: construindo o pensamento crítico. São Paulo: Cortez, 1999. GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1231	CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ENSINO MÉDIO	04	60
EMENTA			
Alfabetização Científico-Tecnológica Ampliada no Ensino de Ciências da Natureza por meio de um planejamento coletivo por temáticas que possuem um potencial transformador.			
OBJETIVO			
Possibilitar a apropriação de saberes docentes fundamentais para a prática pedagógica na área das Ciências da Natureza, tais como planejamento, organização de estratégias de ensino e avaliação de situações de aprendizagem, analisando as possibilidades de trabalho disciplinar e interdisciplinar em espaços educativos (formais e/ou não formais).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHASSOT, Attico I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação . 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
KRASILCHIK, Myriam. Prática de ensino de biologia . 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2004.			
PONTUSCHKA, Nídia N. (Org.). Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública . 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
SANTOS, Wildson L. P. dos; AULER, Décio (Org.). CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisa . Brasília: Ed. UnB, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BIZZO, Nélso M. V. Ciências: fácil ou difícil? . São Paulo: Biruta, 2009.			
CACHAPUZ, António <i>et al.</i> (Org.). A necessária renovação do ensino de ciências . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
CARVALHO, Anna M. P. de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.			
CHASSOT, Attico I. Das disciplinas à indisciplina . Curitiba: Appris, 2016.			
_____. Educação consciência . 2. ed. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 2014.			
GALIAZZI, Maria do Carmo <i>et al.</i> (Org.). Construção curricular em rede na educação em ciências: uma aposta de pesquisa na sala de aula . Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.			
KRASILCHIK, Myriam; MARANDINO, Martha. Ensino de ciências e cidadania . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1232	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VII	3	45
EMENTA			
Concepções e práticas interdisciplinares na Escola do Campo.			
OBJETIVO			
Discutir e propor estratégias que contribuam com a organização de um trabalho interdisciplinar voltado aos princípios da Educação do Campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FAZENDA, Ivani C. A. (Coord.). Práticas interdisciplinares na escola . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
JANTSCH, Ari P.; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito . 9. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2011.			
SAPELLI, Marlene L. S.; FREITAS, Luiz C. de; CALDART, Roseli S. (Org.). Caminhos para transformação da escola: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo . São Paulo: Expressão Popular, 2015. v. 3.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
JACOBI, Pedro R. (Org.). Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade . 2. ed. São Paulo: Annablume, 2009.			
MARQUES, Mário O. Educação nas ciências: interlocução e complementaridade . Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.			
PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. da (Ed.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação . Barueri: Manole, 2011.			
RAYNAUT, Claude <i>et al.</i> (Ed.). Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais . Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.			
SILVA, Aida M. M. <i>et al.</i> Didática, currículo e saberes escolares . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
VASCONCELOS, Eduardo M. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.			
ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar . Porto Alegre: Artmed, 2002.			



8ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1233	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO MÉDIO– ESTÁGIO IV	7	105
EMENTA			
Concepção da docência na área de conhecimento de ciências da natureza para o ensino médio. A interdisciplinaridade em ciências da natureza. Planejamento de aulas e regência em ciências da natureza (biologia, química e física) no ensino médio. Relatório de estágio: reflexão sobre a formação e o trabalho pedagógico. Avaliação do estágio curricular. Orientação teórica e metodológica do estágio curricular. Supervisão pedagógica do estágio curricular.			
OBJETIVO			
Experienciar e vivenciar no cotidiano da sala de aula do Ensino Médio a integração entre teoria e prática, estabelecendo o contato com o aluno e com a vida profissional no contexto escolar, organizando situações de ensino interdisciplinares com o uso de recursos e estratégias teórico – práticas indispensáveis à aprendizagem e ao desempenho da atividade docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CACHAPUZ, Antônio <i>et al.</i> (Org.). A necessária renovação do ensino de ciências . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
FREITAS, Helena C. L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . 9. ed. Campinas: Papirus, 2011.			
MÓL, Gerson de S. (Org.). Ensino de química: visões e reflexões . Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.			
PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
SANTOS, Wildson L. P. dos; AULER, Décio (Org.). CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisa . Brasília: Ed. UnB, 2011.			
VEIGA, Ilma P. A.; ARAÚJO, José C. S.; KAPUZINIAK, Célia. Docência: uma construção ético-profissional . Campinas: Papirus, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALARCÃO, Isabel (Org.). Escola reflexiva e nova racionalidade . Porto Alegre: Artmed, 2001.			
GERALDI, Corinta M. G.; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete M. de A. (Org.). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a) . 2. ed. Campinas: Mercado Aberto, 2011.			
PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.			
RAYS, Oswaldo A. Trabalho pedagógico: hipótese de ação didática . Santa Maria: Pallotti, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA420	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	4	60
EMENTA			
Orientações para a elaboração do TCC. Análise e tratamento das informações. Desenvolvimento e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Seminários de socialização.			
OBJETIVO			
Apresentar e defender o trabalho de conclusão de curso, sob a orientação de um professor, exercitando as etapas do processo de desenvolvimento do trabalho científico, seguindo os ditames da metodologia científica, buscando coerência entre o embasamento teórico desenvolvido no curso e o projeto da pesquisa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.			
MARQUES, Mário O. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.			
MINAYO, Maria C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			
SANTOS, Antônio R. dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CALAZANS, Julieta (Org.). Iniciação científica: construindo o pensamento crítico . São Paulo: Cortez, 1999.			
COSTA, Marisa V. (Org.). Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação . 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.			
GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1234	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VIII	3	45
EMENTA			
Síntese do processo formativo vivenciado no Curso a partir dos princípios da Educação do Campo: alternância, agroecologia, formação por Área do Conhecimento, Interdisciplinaridade e Pesquisa.			
OBJETIVO			
Realizar reflexões críticas e sistematizadas em torno do processo formativo ao longo do Curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.			
CALDART, Roseli S. <i>et al.</i> (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
CHASSOT, Attico I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
JANTSCH, Ari P.; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 9. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CHASSOT, Attico I. Das disciplinas à indisciplina. Curitiba: Appris, 2016.			
FÁVERO, Altair A.; TONIETO, Carina; CONSALTÉR, Evandro (Org.). Interdisciplinaridade e formação docente. Curitiba: CRV, 2018.			
GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.			
KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. Educação do campo: identidade e políticas públicas. São Paulo: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Por uma Educação Básica do Campo; 4).			
MOLINA, Mônica C. (Org.). Licenciatura em Educação do Campo e o ensino das ciências naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.			
SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.			



8.14 Componentes curriculares optativos do curso

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1235	CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	4	60
EMENTA:			
Compreensão e análise das concepções e relações existentes entre a ciência, a tecnologia e a sociedade, percebendo a importância de construir o conhecimento científico e tecnológico a partir dos contextos sociais, culturais, políticos, econômicos, ideológicos e éticos. Discussão das formas de inserir essas questões no contexto do processo de ensino e aprendizagem nas escolas do/no campo.			
OBJETIVO:			
Compreender e analisar as concepções e relações entre a Ciência, a Tecnologia e a Sociedade em diferentes contextos, bem como sua inserção no contexto educacional em escolas do/no campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BENCZE, John L.; ALSOP, Steve (Ed.). Activist science and technology education . New York: Springer, 2014.			
CHASSOT, Attico I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação . 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
HODSON, Derek. Learning and teaching science: approach personalized a towards . Buckingham: Open University Press, 1998.			
SANTOS, Wildson L. P. dos; SCHNETZLER, Roseli P. Educação em química: compromisso com a cidadania . 4. ed. rev. atual. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAZZO, Walter A. <i>et al.</i> (Ed.). Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) . Madrid: Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003.			
CARVALHO, Anna M. P. de (Org.). Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.			
CHASSOT, Attico I. Das disciplinas à indisciplina . Curitiba: Appris, 2016.			
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1236	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	4	60
EMENTA			
Histórico e perspectivas da Educação Ambiental (EA). Tendências e paradigmas na EA. Interdisciplinaridade e transversalidade. Diversidade e biomas brasileiros. As questões ambientais e o cotidiano escolar, de unidades de conservação e de organizações ligadas aos produtores rurais: construindo alternativas pedagógicas de intervenção. Projetos de EA.			
OBJETIVO			
Contribuir na construção de conhecimentos em Educação Ambiental (EA), através de diversas abordagens e marcos teóricos na área, visando a inserção da EA no currículo escolar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DIAS, Freire Genebaldo. Educação Ambiental: Princípios e Práticas . 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). Repensar a educação ambiental um olhar crítico . São Paulo: Cortez, 2009. LOUREIRO, C.F. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental . São Paulo: Cortez, 2004. REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social . S. Paulo: Cortez, 1995. PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Fossesi (Edit.). Educação ambiental e Sustentabilidade . 2. Ed. Barueri, SP: Manole, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BEGON, Michael. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas . 6ª ed. São Paulo: Gaia, 2000. REIGOTA, M. (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão . Rio de Janeiro: DP&A Editora. 1999. LOUREIRO, C.F.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R. S. de. (orgs.). Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006. LOUREIRO, Carlos Frederico B., TORRES, Juliana Rezende (org.) Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire . São Paulo: Cortez, 2014.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1237	PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE QUÍMICA	4	60
EMENTA			
Análise crítica de recursos didáticos utilizados no ensino de Química. Estudo de diferentes propostas metodológicas do ensino de Química na área de Ciências da Natureza. Elaboração de estratégias e/ou materiais didáticos para o ensino de química.			
OBJETIVO			
Conhecer e analisar diferentes recursos didáticos e propostas de ensino para ressignificar os conhecimentos químicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHASSOT, Attico I. A educação no ensino da química . Ijuí: Ed. Unijuí, 1990. SANTOS, Wildson L. P. dos; MALDANER, Otavio A. (Org.). Ensino de química em foco . Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. SANTOS, Wildson L. P. dos; MÓL, Gerson de S. (Coord.). Química cidadã . 3. ed. São Paulo: Editora AJS, 2016. 3 v. SANTOS, Wildson L. P. dos; SCHNETZLER, Roseli P. Educação em química: compromisso com a cidadania . 4. ed. rev. atual. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. ZANON, Lenir B.; MALDANER, Otavio A. Fundamentos e propostas de ensino de química para a Educação Básica no Brasil . Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CARVALHO, Anna M. P. de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014. CHASSOT, Attico I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação . 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. GÜLLICH, Roque I. da C.; HERMEL, Erica do E. S. (Org.). Educação em ciências e matemática: pesquisa e formação de professores . Chapecó: Ed. UFFS, 2016. SELBACH, Simone (Coord.). Ciências e didática . Petrópolis: Vozes, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1238	ENSINO DE BIOLOGIA: CONTEXTO E METODOLOGIAS	4	60
EMENTA			
História do pensamento evolutivo. Evolução biológica como eixo central da biologia. Histórico do ensino de biologia no Brasil. Abordagens metodológicas no Ensino de Biologia. Temas atuais em Ensino de Biologia.			
OBJETIVO			
Conhecer diferentes metodologias para a abordagem do ensino de biologia em diferentes níveis de ensino considerando o contexto histórico desta ciência no Brasil e o estudo da evolução biológica como eixo central.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BROCKMAN, J. & MATSON, K. As coisas são assim: pequeno repertório científico do mundo que nos cerca . São Paulo: Companhia da Letras, 1997. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A. P.; PERNAMBUCO, Marta M. C. A. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. KRASILCHIK, M. Prática de ensino de Biologia . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. CHASSOT, Attico I. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação . 5. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CHASSOT, Attico I. Das disciplinas à indisciplina . Curitiba: Appris, 2016. DARWIN, C. Origem das Espécies . São Paulo. Ed. Itatiaia. 1985 GOULD, S. J; O Polegar do Panda – Reflexões sobre História Natural . Ed, Martins Fontes. São Paulo, 1989. KEYNES.R. Aventuras e descobertas de Darwin a bordo do Beagle . Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2004. MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1239	EDUCAÇÃO, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS	4	60
EMENTA			
Processos educativos: relação com o trabalho e os movimentos sociais. Processos históricos, sociais, políticos e culturais dos movimentos sociais: contextualizações e influências na consolidação da Educação Popular no Brasil. Relações sociais e o processo educativo na perspectiva mundo do trabalho. Condições histórico-sociais e intelectuais na organização dos movimentos sociais. Abordagens e perspectivas analíticas sobre movimentos sociais. Transformações sócio-políticas, econômicas e			



culturais no contexto da globalização e da reestruturação produtiva. Sociedade moderna e movimentos sociais: perspectivas de precarização das condições de trabalho. Contemporaneidade e novas demandas sociais: a multiplicidade e a diversidade de movimentos sociais.

OBJETIVO

Conhecer diferentes visões que se estabelecem entre a educação, o mundo do trabalho e as estruturas sociais de classe, reconhecendo as contradições e os processos de constituição dos movimentos sociais e da organização da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BUFFA, E.; NOSELLA, P.; ARROYO, M. G. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, M. G. M. **Movimentos Sociais e Educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: Primeiras aproximações. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.

ARROYO, M. G. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Revista Trabalho & Educação**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, v.21, n.3, p.81-93, set./dez. 2012. Janeiro, RJ: Elsevier, 2012.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Rev. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e desafios na atualidade. In: ANAIS. **Reunião Científica Regional da ANPED**: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. 24-27 de julho de 2016. UFPR. Curitiba.

JESUS, A. T. de. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

POCHMANN, Marcio. Educação e Trabalho: Como desenvolver uma relação virtuosa? **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1240	FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS DA VIDA E DA TERRA	02	30
EMENTA			
Fundamentos de Geologia. Tempo geológico. Principais teorias geológicas. Elementos de paleontologia. O surgimento da vida. Elementos de Antropologia Física.			
OBJETIVO			
Compreender os principais fundamentos das Ciências da Vida e da Terra abordando suas teorias centrais e promovendo reflexões acerca da história da Terra e da evolução da vida nesse planeta.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DAWKINS, Richard. A grande história da evolução: na trilha dos nossos ancestrais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.			
MAYR, Ernst. Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005.			
POPP, José Henrique. Geologia geral. 6. ed. Rio de Janeiro: L.T.C, 2010.			
PRESS, Frank et al. Para entender a terra. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.			
SUGUIO, Kenitiro,; SUZUKI, Uko. A evolução geológica da terra e a fragilidade da vida. São Paulo: Blücher, 2003.			
TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, M. Cristina Motta de; FAIRCHILD, Thomas Rich; TAIOLI, Fabio. Decifrando a terra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.			
THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DARWIN, Charles. A origem das espécies. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.			
EICHER, Don L.. Tempo geológico. São Paulo: Edgard Blucher, 1969.			
GOULD, Stephen Jay. Seta do tempo, ciclo do tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.			
GOULD, Stephen Jay. Darwin e os grandes enigmas da vida. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.			
RIDLEY, Mark. Evolução. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA666	TÓPICO ESPECIAL I	4	60
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado de curso, no semestre de oferta.			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA667	TÓPICO ESPECIAL II	4	60
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado de curso, no semestre de oferta.			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1672	Tópico Especial III	4	60
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado de curso, no semestre de oferta.			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
	Tópico Especial IV	4	60
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado de curso, no semestre de oferta.			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GEX1007	Introdução à Astronomia e Astrofísica	4	60
EMENTA			
História da Astronomia. Relógios astronômicos. Calendários. Leis de Kepler. Gravitação Newtoniana. Sistema planetário. Marés. Evolução estelar. Diagrama HR. Galáxias. Objetos compactos. Astronomia observacional. Sistemas de Coordenadas. Constelações. A natureza da luz. Espectro eletromagnético. Tipos de Emissão de Radiação. Telescópios e detectores astronômicos.			
OBJETIVO			
Estudar de maneira qualitativa a construção da Astronomia moderna e identificar conceitos e saberes da Astronomia científica que são evidenciados no cotidiano e nos currículos escolares.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
KEPLER de Souza Oliveira Filho & Maria de Fátima Oliveira SARAIVA. Astronomia & Astrofísica ; São Paulo-SP, Editora Livraria da Física, 2013. MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. O livro de ouro do Universo . Rio de Janeiro, HiperCollins Brasil, 2ª ed. 2019 PICAZZIO, Enos (org.). O céu que nos envolve - Introdução à astronomia para educadores e iniciantes , São Paulo, Editora Odysseus, 1ª ed. 2011. ROSA, Roberto. Astronomia Elementar ; Uberlândia-MG, EDUFU; 2ª ed. 1994.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRUNO, Giordano; Sobre o infinito, o universo e os mundos (Série Os pensadores), São Paulo, Editora Abril Cultural, 2ª ed. 1978. CANIATO, Rodolpho; O que é astronomia (Coleção Primeiros passos, No 45). São Paulo. Editora Brasiliense. 2ª ed. 1982. HAWKING, Stephen (tradução Ivo Korytowski); O universo numa casca de noz ; São Paulo. Editora Arx. 6ª ed. 2002. DAMINELLI, Augusto & STEINER João (Editores); O fascínio do universo ; São Paulo-SP. Editora Odysseus. 2010. MATSUURA, Oscar Toshiaki (org.) MAST/MCTI. História da Astronomia no Brasil , Recife-PE, Companhia Editora de Pernambuco; 1ª ed. 2014.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1674	Física experimental na educação básica	4	60
EMENTA			
Critérios para escolha e preparação de atividades experimentais. Objetivos das atividades experimentais. Experiências demonstrativas, didáticas, estruturadas e não-estruturadas. Atividades experimentais com materiais de baixo custo. Simulações experimentais.			
OBJETIVO			
Estudar as diferentes possibilidades para aplicação de atividades experimentais na educação básica, relacionando com a realidade estrutural das escolas de educação básica e com seus currículos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
de ARAÚJO, Mauro Sérgio Teixeira; ABIB, Maria Lúcia Vital dos Santos. Atividades Experimentais no Ensino de Física: Diferentes Enfoques, Diferentes Finalidades . Revista Brasileira de Ensino de Física. vol. 25, nº 2, p. 176. Jun. 2003. HELENE, O. A. M. & VANIN, V.R. Tratamento Estatístico de Dados em Física Experimental . São Paulo: Edgard Bluche. 1981. MOREIRA, M.A. & LEVANDOWISKI, C.E. Diferentes Abordagem ao Ensino de Laboratório . Porto Alegre: Editora da UFRGS. 1985.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CAVALCANTE, M. A. ; TAVOLARO, C; HAAG, R. Experiências em Física Moderna . Física na Escola, v. 6, n.1, p. 75, 2005. CAVALCANTE, M. A. ; TAVOLARO., C. R. C. Uma oficina de Física Moderna que vise a sua inserção no ensino médio . Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 21, p. 372, 2004. GASPAR, A. ; MONTEIRO, I. C. de C. MONTEIRO, M. A. Alvarenga. Um estudo sobre as atividades experimentais de demonstração em sala de aula: proposta de uma fundamentação teórica . Enseñanza de las Ciencias, v. extra, 2005. INHELDER, B. & PIAGET, J. Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente . São Paulo, Livraria Pioneira Editora. 1976. KLEIN, H. A. The Science of Measurement . New York: Dover Publication. 1988. NOVAK, J.D & GOWIN, D. B. Aprender a Aprender . Lisboa: Plátano Edições Técnicas. 1995.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1671	Práticas curriculares democráticas em Escolas do Campo	4	60
EMENTA			
Estudo de práticas curriculares em Escolas do Campo a partir: do conceito de democracia; da perspectiva de currículo integrado, interdisciplinar e da formação por Área do conhecimento. Estudo e reflexão realizados sob a análise da teoria crítica do currículo.			
OBJETIVO			
Compreender o conceito antigo e moderno (liberal e neoliberal) de democracia; estudar o conceito de escolas democráticas a partir da teoria crítica do currículo; compreender as potencialidades do currículo integrado, interdisciplinar e por área do conhecimento e; estudar práticas curriculares democráticas em Escolas do Campo no Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
APPLE, Michael W.; BEANE, James (org.). Escolas democráticas . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). Repensando a pesquisa participante . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.			
CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra . 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.			
MOLINA, Mônica Castagna (org.). Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar . v. II. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.			
NOSELLA, Paolo. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil . Vitória: EDUFES, 2012.			
SILVA, Denilson da. Práticas curriculares democráticas em escolas do campo no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2020.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPLE, Michael W. A luta pela democracia na educação crítica. E-Curriculum , São Paulo, v. 15, n. 4, p. 894-926, dez. 2017.			
BEANE, James A. Integração curricular: a essência de uma escola democrática. Currículo sem Fronteiras , [s. l.], v. 3, n. 2, p. 91-110, jul./dez. 2003.			
DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum : ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.			
FREIRE, Paulo. À sombra desta mangueira . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.			
FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação : nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.			
GARCÍA-MARIRRODRIGA, Roberto; PUIG-CALVÓ, Pedro. Formação em alternância e desenvolvimento local : o movimento educativo dos CEFFA no mundo. Belo Horizonte: O			



Lutador, 2010.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis, RJ: Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA). **Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001**. Veranópolis, RS: Iterra, 2005. Caderno de Educação, n. 13, edição especial.

NICHOLLS, Clara Inés; ALTIERI, Miguel A. A agroecologia em tempos de covid-19. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/artigo-a-agroecologia-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 2 abr. 2020.

RIBEIRO, Dionara Soares *et al.* **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH1670	Mulheres Cientistas: perspectivas para o Ensino de Ciências	4	60
EMENTA			
As mulheres na História da Ciência. Panorama atual das mulheres na ciência em contexto brasileiro. Projetos e programas que incentivam o protagonismo das mulheres na ciência. Materiais didáticos sobre as mulheres na Ciência. Pesquisas na área do ensino de Ciências sobre as mulheres cientistas.			
OBJETIVO			
Compreender a participação da mulher no desenvolvimento da ciência por meio de uma perspectiva histórica. Conhecer e elaborar propostas didáticas para o ensino de Ciências que abordam a trajetória de mulheres cientistas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHASSOT, Attico I. A ciência é masculina? É sim, senhora! São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009. IGNOTOFSKY, Raquel. As cientistas: 50 mulheres que mudaram o mundo. São Paulo: Blucher, 2017. PORRO, S.; ARANGO, C. A importância da perspectiva do gênero no ensino das ciências na América Latina. In: SANTOS, W. L. P. AULER, D. CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CHASSOT, A. I. A ciência através dos tempos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004 PINHEIRO, Bárbara C. S. Descolonizando saberes: mulheres negras na ciência. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020. ROSA, Jéssica A. Mulheres cientistas em evidência: a importância da história da ciência no ensino. 2020. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3640 ROSA, Katemari; DA SILVA, M. R. G. Feminismos e ensino de ciências: Análise de imagens de livros didáticos de física. Gênero, v.16, n. 1, 2015. SILVA, Fabiane F.; RIBEIRO, Paula R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: ser cientista e ser mulher. Ciência & Educação, Bauru, v. 20, n.2, p. 449 – 466, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/?lang=pt TRINDADE, Laís S.P.; BELTRAN, Maria Helena R.; TONETTO, Sonia Regina. Práticas e estratégias femininas: histórias de mulheres nas ciências da matéria. São Paulo: Livraria da Física, 2016.			

**Alterado pela RESOLUÇÃO Nº 3/CCIECCNER/UFFS/2022



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

9.1 Da gestão democrática e participativa

A gestão e o processo pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, se materializam em consonância com a Resolução nº 02/2017 – CONSUNI/CGAE que prevê em seu artigo 3º (inciso IV) “a formação integral e a processualidade dialógica na organização pedagógica” e (inciso V) “a gestão democrática e planejamento participativo”. Assim, há centralidade no papel do Colegiado do Curso que, como órgão institucional tem caráter deliberativo e consultivo no âmbito do *Campus*, sendo composto, de acordo com o Regulamento de Graduação, por docentes eleitos, atuantes no curso, e representantes dos acadêmicos, dos técnicos e da comunidade externa, além do coordenador e do coordenador adjunto do Curso. As atribuições e a constituição do colegiado estão definidas no Regulamento de Graduação, assim como as atribuições do coordenador de curso. Por sua vez, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), no âmbito da instituição, está regulamentado pelo mesmo Regulamento, constituindo-se como órgão consultivo e propositivo das ações pedagógicas e de regulamentos do curso.

Cabe destacar que a gestão do Curso e a avaliação do processo ensino e aprendizagem considera que a Educação do Campo representa um conceito vinculado com a preocupação de defender o direito que as populações do campo têm para ter o acesso aos processos educacionais, considerando o lugar onde vivem, sua realidade, bem como o avanço da legislação. Nesse sentido, a Educação do Campo como política pública em nível de país, tem evidenciado limites no que se refere à sua efetivação, sendo que são poucas as referências educativas que possibilitam recriar propostas curriculares capazes de tematizar os sujeitos, suas condições históricas, seu espaço de convivência e produção da vida, sua cultura, seus saberes, reconhecendo a Educação do Campo em sua materialidade de origem.

A concepção de gestão, de planejamento, de atribuições e de organização do Curso, que compete à Coordenação, bem como, a composição do Colegiado, o quórum mínimo para deliberação e a periodicidade de reuniões do Colegiado do Curso, estão em sintonia com o Regulamento de Graduação.



9.2 Das concepções pedagógicas: ensino, aprendizagem e avaliação

Orientam as concepções de ensino, de aprendizagem e de avaliação no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, as diretrizes dispostas na Resolução nº 2/2017 - CONSUNI/CGAE (artigos 4º, 5º, 6º e 7º) que visam, respectivamente, compreender “a docência como atividade profissional intencional e metódica”; entender o currículo como “produto e processo histórico”, complexo e permeado por contradições em sua concepção e organização; compreender “o conhecimento como práxis social” sem descaracterizar os elementos individuais de sua construção, entendidos em sua especificidade, diversidade e permeado pelas relações culturais, sociais e do trabalho (práxis social), indispensáveis à humanização do processo formativo dos sujeitos; e, entender “a formação integral e a processualidade dialógica na organização pedagógica”, ou seja, a promoção formativa integral do ser humano, articulando as diferentes dimensões do currículo (domínios comum, conexo e específico) de forma dialógica, capaz de “pensar e atuar criticamente na sociedade, de forma criativa, propositiva e consciente das razões de ser de sua prática profissional, pessoal, social e política, em termos técnicos, éticos e estético”.

Assim sendo, o curso vem atendendo a princípios da Educação do Campo, tais como o respeito à diversidade em seus aspectos sociais e culturais e a valorização da identidade da Escola do Campo. A Pedagogia da Alternância é um instrumento central nos processos formativos da Educação do Campo por possibilitar a relação entre os saberes acadêmicos, populares e as práticas sociais. Essa relação acontece no processo formativo, sobretudo através dos Seminários Integradores, momentos nos quais esses saberes se relacionam de forma mais explícita e materializam elementos de avaliação da prática pedagógica, acentuando o caráter interdisciplinar em função de agregar todos os componentes curriculares das respectivas fases.

9.3 Das formas de acompanhamento do desenvolvimento cognitivo e de avaliação para superar desafios do ensino e da aprendizagem

O acompanhamento pedagógico é realizado por membros do NDE, acompanhados pelo SAE – Setor de Assuntos Estudantis. Alunos que apresentarem problemas de acessibilidade serão encaminhados ao Núcleo de Acessibilidade do *Campus*. O acompanhamento das necessidades dos estudantes que acessam os auxílios



socioeconômicos, por exigência do edital de concessão dos auxílios, e dos estudantes que acessam o PBP – Programa Bolsa Permanência, são responsabilidades do SAE. A realização do acompanhamento é feita com a construção de um plano, detectando as necessidades individuais, sejam elas sociais, psicológicas ou pedagógicas.

Quanto à avaliação, essa é inerente a todo o processo que tenha a intencionalidade de promover ensino e aprendizagem. Avaliar, na perspectiva formativa, reporta o corpo docente do curso a rever concepções de ensino e de aprendizagem no horizonte de processo, o que envolve o permanente diálogo com as reações manifestadas pelos estudantes. Para isso, a cada ação e a cada tarefa desenvolvida cabe o registro, o diagnóstico, que tem a preponderância de auxiliar na tomada de decisões em relação à continuidade do processo, ou seja, a avaliação também tem a finalidade de ser retrospectiva para retomar o processo (rever conteúdo e forma), e prospectiva para dar continuidade ao processo ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, o colegiado de curso, após proceder a avaliação dos resultados observados no transcurso de uma ou mais CCR(s), realizará os devidos encaminhamentos, considerando as especificidades de cada caso. Os encaminhamentos podem ser protagonizados pelos próprios docentes do curso ou, conforme o caso, buscaremos auxílio em setores especializados da instituição, tais como a Coordenação Acadêmica, o SAE e o NAP.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

O ensino qualificado e a aprendizagem efetiva são o horizonte do processo formativo que se desenvolverá no curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, por meio do qual se espera resultados adequados aos objetivos desta proposta e às ações planejadas e executadas. Pretendemos oferecer um ensino qualificado, que resulte numa aprendizagem efetiva, tendo em vista a formação de profissionais da educação. Além disso, esperamos que os licenciandos desse curso sejam competentes e estejam preparados para o enfrentamento da realidade atual e das exigências futuras da escola do campo.

A Autoavaliação é uma estratégia que permite a percepção dos avanços e limites nos instrumentos pedagógicos do curso, criando condições de sistematização dos conhecimentos elaborados em diferentes componentes curriculares, sendo possível, dessa forma, replanejar as atividades formativas.

Serão promovidos encontros de discussão e avaliação do curso, onde os segmentos discente, docente e técnico-administrativos, vinculados ao curso, respondem questionário com questões abertas e fechadas. Esse material é arquivado com o relatório, na secretaria do curso, para eventuais consultas. O resultado desse instrumento possibilita a leitura mais ampliada do processo de ensino e aprendizagem realizada no curso, principalmente no que diz respeito às contribuições dos discentes. Importante ressaltar que os resultados dessa autoavaliação, já em execução, vem sendo fortemente considerados para a reelaboração deste PPC.

Agregado à avaliação do curso, nos propomos a realizar a avaliação de cada componente curricular ao final de cada semestre letivo. Tal avaliação será articulada à Política de Avaliação Institucional, coordenada pela CPA da Universidade. Cabe ressaltar que a participação do docente e do discente é voluntária, no entanto, será amplamente fomentada, entendendo a importância da participação de cada um nesse processo. Também será reforçada a ideia de que a avaliação indica o grau ou não de satisfação com o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido pelos professores em cada um dos componentes curriculares em que o acadêmico está matriculado, além de avaliar a forma como a coordenação conduz o curso e as condições de oferta do mesmo pela instituição como um todo.

Para tanto, a qualidade da formação oferecida é indicadora do impacto que o



ensino possui sobre a aprendizagem do estudante, devendo-se reconhecer as singularidades dos envolvidos no ato de ensinar e de aprender. Desse modo, reiteramos que a qualidade do ensino é condição *sine qua non* para a aprendizagem do licenciando, bem como a atuação crítica e participativa nos diferentes meios de atuação em que estiver. Isso requer dos professores a capacidade de agir com criatividade e competência diante das adversidades, convidando-os para refletir sobre o próprio fazer e estreitar a relação entre teoria e prática. Ou seja, os docentes necessitam desenvolver capacidades para atuar no sentido de deixar os seus contextos de atuação em situação melhor do que os encontraram.

Isso significa dizer que a busca de competência profissional se traduz pelo saber aliado à capacidade de fazer e a uma profunda postura ética, caracterizada pela honestidade, responsabilidade, respeito, prudência e solidariedade, entre outras virtudes. Diante disso, esperamos que os resultados nas autoavaliações realizadas durante o desenvolvimento do curso de graduação possam melhorar os aspectos que forem indicados como frágeis e manter e/ou melhorar os aspectos indicados como relevantes ao processo formativo dos licenciandos em Educação do Campo.



11 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

No momento atual, a política de Educação do Campo consiste em retomar o compromisso em relação ao respeito à identidade dos sujeitos que vivem no campo, valorizando sua cultura e o saber popular vinculado ao saber científico. Para tanto, o papel do professor é determinante no que se refere ao planejamento, execução e avaliação do processo ensino e aprendizagem na Escola do Campo. Nesse sentido, o docente universitário é chamado a redesenhar e a qualificar o currículo para a formação de docentes habilitados e qualificados para atuar na escola do campo, considerando a realidade local, regional e nacional. Possibilita, também, considerar os novos tempos e espaços do processo educativo, buscando envolver os sujeitos sociais e dialogando com o acúmulo de experiências das organizações populares e dos movimentos sociais.

Ao pensar em estratégias pedagógicas adequadas ao processo formativo do educador do campo, é preciso reforçar a necessidade de estreitar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, sendo que por meio da pesquisa será possível criar alternativas para produzir conhecimentos e desenvolver ações que melhorem a vida no campo e na cidade, bem como possibilitem construir um novo projeto de sociedade. É importante, também, enfatizar que estratégias dizem respeito aos meios de que se dispõe e/ou se busca para alcançar os fins, neste caso, os da educação que tem no seu horizonte a formação do cidadão do campo.

É essencial, pois, afirmar que a coordenação do curso, junto ao NAP, precisa investir na formação continuada dos docentes envolvidos com o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura, cujo foco está centrado na área de Ciências da Natureza. O referido curso que é caracterizado como um curso de formação profissional, que deverá atingir uma área estratégica da sociedade, ou seja, a educação dos cidadãos do campo, e precisa afirmar-se na docência com enfoque numa atitude interdisciplinar e na articulação entre teoria e prática. Desse modo, o professor universitário necessita continuamente rever sua responsabilidade social e ética em relação ao processo de marginalização da população camponesa, aprimorando o processo ensino e aprendizagem na universidade, de modo que os saberes ali construídos se estendam ao campo como ferramentas que possam modificar a condição de trabalho e de vida.

A docência, tanto na educação superior como na educação básica, precisa ser entendida como ação educativa e processo pedagógico intencional e metódico,



alicerçado em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam na abstração de conceitos e consideração aos princípios e objetivos da licenciatura. Nesse sentido, cabe ao professor universitário agir metódica e intencionalmente, desencadeando e avaliando o processo educativo no qual os sujeitos envolvidos possam ampliar sua capacidade de entender o mundo, por meio do acesso ao conhecimento historicamente acumulado, e das várias formas de interação do homem com a natureza, com os outros homens e com o processo histórico-cultural.

Para que o curso cumpra com a sua finalidade, preferencialmente deverão atuar nele professores que tenham cursado licenciatura, que tenham em sua trajetória acadêmica e profissional experiência acumulada, tanto no ensino, como na pesquisa e extensão, ligadas à Educação do Campo. Aos docentes do curso, respeitando as políticas institucionais, serão oferecidas as devidas possibilidades de afastamento para qualificação. Por fim, é necessário destacar que, ao habilitar para o exercício da docência, o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura contribuirá para a formação de profissionais em condições de compreender e favorecer a melhoria dos espaços em que se desenvolve a educação na região e no Brasil, bem como a melhoria da qualidade de vida do homem do campo.



12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

12.1 Docentes do *Campus Erechim* que atuam no curso

Domínio/CCR	Professor/es	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
Domínio Comum/Produção Textual Acadêmica	Anderson Jair Goulart	Doutor	DE	Graduação: Letras Língua Portuguesa e Literaturas Mestrado: Linguística Doutorado: Linguística (em andamento) http://lattes.cnpq.br/3384254404469202
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas I	Jerônimo Sartori	Doutor	DE	Graduação: Biologia Mestrado: Educação Doutorado: Educação http://lattes.cnpq.br/2267208594636934
Agroecologia	Matheus Fernando Mohr	Mestre	DE	Graduação: Ciências Agrícolas Mestrado: Agroecossistemas Doutorado: Educação Científica e Tecnológica (em andamento) http://lattes.cnpq.br/2677374386583076
Optativa I	A definir			
Fundamentos da Matemática	Denilson da Silva	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Física Mestrado: Educação Doutorado: Educação (em andamento) http://lattes.cnpq.br/1122903935855241
Domínio Comum/Informática básica	André Gustavo Schaeffer	Doutor	DE	Graduação: Ciências da Computação Mestrado: Ciências da Computação Doutorado: Educação Científica e Tecnológica (em andamento) http://lattes.cnpq.br/6879870044812136
Domínio Conexo/Fundamentos Históricos, Sociológicos e Filosóficos da Educação	Leandro Carlos Ody	Doutor	DE	Graduação: Filosofia Mestrado: Filosofia Doutorado: Educação http://lattes.cnpq.br/2923704169240739
2ª FASE				
Domínio Comum/Introdução ao Pensamento Social	Humberto José da Rocha	Doutor	DE	Graduação: Estudos Sociais e História Mestrado: História Regional Doutorado: Ciências Sociais http://lattes.cnpq.br/0363881343781599
Domínio Comum/Iniciação à Prática Científica	Cherlei Marcia Coan	Mestre	DE	Graduação: Licenciada em Ciências Biológicas Mestrado: Mestre em Educação Doutorado: Doutorado em Educação Científica e Tecnológica (em andamento)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



				http://lattes.cnpq.br/9655827004161332
Ciência da Natureza no Ensino Fundamental	Renata Portugal Oliveira	Mestre	DE	Graduação: Ciências Biológicas Mestrado: Ensino de Ciências e Matemática Doutorado: Educação em Ciências (em andamento) http://lattes.cnpq.br/1627186141750504
Escola e Educação do Campo	Naira Estela Roesler Mohr	Doutora	DE	Graduação: Educação Física Mestrado: Educação Doutorado: Educação (em andamento) http://lattes.cnpq.br/5610359310189919
Realidade do Campo Brasileiro	Matheus Fernando Mohr	Mestre	DE	Graduação: Ciências Agrícolas Mestrado: Agroecossistemas Doutorado: Educação Científica e Tecnológica (cursando)
Domínio Comum/História da Fronteira Sul	Isabel Rosa Gritti	Doutora	DE	Graduação: Estudos Sociais Mestrado: História Doutorado: História http://lattes.cnpq.br/9095750543047444
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas II	Lidiane Limana Puiati Pagliarin	Mestre	DE	Graduação: Pedagogia (Licenciatura Plena) Mestrado: Mestrado em Educação Doutorado: Doutorado em Educação (em andamento) http://lattes.cnpq.br/3468245302889316
	Dionei Ruã dos Santos	Mestre	DE	Graduação: Física Licenciaturas Mestrado: Educação nas Ciências Doutorado: Educação nas Ciências (em andamento) http://lattes.cnpq.br/0809438913861105
3ª FASE				
Domínio Conexo/Políticas Educacionais	Almir Paulo dos Santos	Doutor	DE	Graduação: Filosofia Mestrado: Educação Doutorado: Educação http://lattes.cnpq.br/5593646605105339
Química na Educação Básica I	Viviane de Almeida Lima	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura Química Mestrado: Educação Doutorado: Educação em Ciências (em andamento) http://lattes.cnpq.br/5660396388238915
Domínio Conexo / Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	Lidiane Limana Puiati Pagliarin	Mestre	DE	Graduação: Pedagogia - Lic. Plena Mestrado: Mestrado em Educação Doutorado: Doutorado em Educação (em andamento)
Educação Popular	Solange Todero Von Onçay	Mestre	DE	Graduação: Pedagogia Mestrado: Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



				Doutorado: Antropologia Social (em andamento)
Física na Educação Básica I	Denilson da Silva	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Física Mestrado: Educação Doutorado: Educação (em andamento)
Biologia na Educação Básica I	Lisandra Almeida Lisovski	Mestre	DE	Graduação: Ciências Biológicas Mestrado: Educação Doutorado: Educação Científica e Tecnológica (em andamento) http://lattes.cnpq.br/2021350637698376
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas III	Solange Toderon Von Onçay	Mestre	DE	Graduação: Pedagogia Mestrado: Educação Doutorado: Antropologia Social (em andamento) http://lattes.cnpq.br/3970224004667361
4ª FASE				
Domínio Conexo/ Didática Geral	Lidiane Limana Puiati Pagliarin	Mestre	DE	Graduação: Pedagogia - Lic. Plena Mestrado: Mestrado em Educação Doutorado: Doutorado em Educação (em andamento)
Organização do trabalho escolar e Pedagógico	Almir Paulo dos Santos	Doutor	DE	Graduação: Filosofia Mestrado: Educação Doutorado: Educação
Química na Educação Básica II	Moises Marques Prsybyciem	Mestre	DE	Graduação: Química licenciatura Mestrado: Ensino de Ciência e Tecnologia Doutorado: Ensino de Ciência e Tecnologia (em andamento)
Física na Educação Básica II	Dionei Ruã dos Santos	Mestre	DE	Graduação: Física Mestrado: Educação nas Ciências Doutorado: Educação nas Ciências (em andamento)
Biologia na Educação Básica II	Cherlei Marcia Coan	Mestre	DE	Graduação: Licenciada em Ciências Biológicas Mestrado: Mestre em Educação Doutorado: Doutorado em Educação Científica e Tecnológica (em andamento)
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas IV	Almir Paulo dos Santos	Doutor	DE	Graduação: Filosofia Mestrado: Educação Doutorado: Educação
Estágio Curricular Supervisionado – Gestão Escolar	Jerônimo Sartori	Doutor	DE	Graduação: Biologia Mestrado: Educação Doutorado: Educação
5ª FASE				
Educação - Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias	Solange Toderon Von Onçay	Mestre	DE	Graduação: Pedagogia Mestrado: Educação Doutorado: Antropologia Social (em andamento)
Domínio Conexo/Língua Brasileira de sinais	Sonize Lepke	Mestre	DE	Graduação: História Mestrado: Educação nas Ciências Doutorado: Educação (em andamento)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



				http://lattes.cnpq.br/9362198135903386
Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I)	Matheus Mohr	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Ciências Agrícolas Mestrado: Agroecossistemas Doutorado: Educação Científica e Tecnológica (em andamento)
	Lisandra Almeida Lisovski	Mestre	DE	Graduação: Ciências Biológicas Mestrado: Educação Doutorado: Doutorado em Educação Científica e Tecnológica (em andamento)
	Dionei Ruã Dos Santos	Mestre	DE	Graduação: Física Mestrado: Educação nas Ciências Doutorado: Educação nas Ciências (em andamento)
Domínio Específico/ Química na Educação Básica III	Sinara München	Doutora	DE	Graduação: Licenciatura em Química Mestrado: Educação em Ciências Doutorado: Educação em Ciências http://lattes.cnpq.br/1960279735476613
Física na Educação Básica III	Dionei Ruã dos Santos	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Física Mestrado: Educação nas Ciências Doutorado: Educação nas Ciências (em andamento)
Biologia na Educação Básica III	Lisandra Almeida Lisovski	Mestre	DE	Graduação: Ciências Biológicas Mestrado: Educação Doutorado: Educação Científica e Tecnológica (em andamento)
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas V	Naira Estela Roesler Mohr	Doutora	DE	Graduação: Educação Física Mestrado: Educação Doutorado: Educação (em andamento)
6ª FASE				
Domínio Comum/Meio Ambiente, Economia e Sociedade	José Martins dos Santos	Mestre	DE	Graduação: Economia Mestrado: Economia Doutorado: Economia (em andamento) http://lattes.cnpq.br/6350315573486484
Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (Estágio II)	Denilson da Silva	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Física Mestrado: Educação Básica Doutorado: Educação (em andamento)
	Renata Portugal Oliveira	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Biologia Mestrado: Ensino de Ciências e Matemática Doutorado: Educação em Ciências (em andamento)
	Moisés Marques Prsybyciem	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Química Mestrado: Ensino de Ciência e Tecnologia Doutorado: Ensino de Ciência e Tecnologia (em andamento)
História e Filosofia	Leandro Carlos Ody	Doutor	DE	Graduação: Filosofia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



das Ciências Naturais				Mestrado: Filosofia Doutorado: Educação
Domínio Comum/Direitos e Cidadania	Bernardo Mattes Caprara	Doutor	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Sociologia Doutorado: Sociologia http://lattes.cnpq.br/4459762840246092
Biologia na Educação Básica IV	Renata Portugal Oliveira	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Biologia Mestrado: Ensino de Ciências e Matemática Doutorado: Educação em Ciências (em andamento)
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VI	Lisandra Almeida Lisovski	Mestre	DE	Graduação: Ciências Biológicas Mestrado: Educação Doutorado: Educação científica e tecnológica (em andamento)
Optativa II	A definir			
7ª FASE				
Optativa III	A definir			
Domínio Comum/Introdução à Filosofia	Leandro Carlos Ody	Doutor	DE	Graduação: Filosofia Mestrado: Filosofia Doutorado: Educação
Ciências da Natureza no Ensino Médio	Sinara München	Doutora	DE	Graduação: Licenciatura em Química Mestrado: Educação nas Ciências Doutorado: Educação nas Ciências
Prática Pedagógica no Ensino Médio (Estágio III)	Viviane de Almeida Lima	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Química Mestrado: Educação Doutorado: Educação em Ciências (em andamento)
	Fábio Aparecido da Costa	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Física Mestrado: Educação para a Ciência e a Matemática Doutorado: Ensino de Ciências e Matemática (em andamento) http://lattes.cnpq.br/9439107367480221
	Solange Todero Von Onçay	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Pedagogia Mestrado: Educação Doutorado: Antropologia Social (em andamento)
Domínio Conexo/Educação Inclusiva	Sonize Lepke	Mestre	DE	Graduação: História Mestrado: Educação nas Ciências Doutorado: Educação (em andamento)
Trabalho de conclusão de curso I	Fábio Aparecido da Costa	Mestre	DE	Graduação: Física Mestrado: Ensino de Física Doutorado: Ensino de Ciências e Matemática (em andamento)
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VII	Solange Todero Von Onçay	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Pedagogia Mestrado: Educação Doutorado: Antropologia Social (em andamento)
8ª FASE				
Optativa IV	A definir			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Estágio	Cherlei Marcia Coan	Mestre	DE	Graduação: Licenciada em Ciências Biológicas Mestrado: Mestre em Educação Doutorado: Doutorado em Educação Científica e Tecnológica (em andamento)
Supervisionado no Ensino Médio (Estágio IV)	Sinara Munchen	Doutora	DE	Graduação: Licenciatura em Química Mestrado: Educação em Ciências Doutorado: Educação em Ciências
	Denilson da Silva	Mestre	DE	Graduação: Licenciatura em Física Mestrado: Educação Doutorado: Educação (em andamento)
Trabalho de conclusão de curso II	Moises Marques Prsybyciem	Mestre	DE	Graduação: Química Licenciatura Mestrado: Ensino de Ciência e Tecnologia Doutorado: Ensino de Ciência e Tecnologia (em andamento)
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VIII	Leandro Carlos Ody	Doutor	DE	Graduação: Filosofia Mestrado: Filosofia Doutorado: Educação



13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA DO CURSO

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária, para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet *wireless*; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os



documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino à distância.

13.1 Laboratórios

O Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura dispõe da seguinte estrutura de laboratórios e seus respectivos responsáveis, no *campus* de Erechim:

LABORATÓRIO DE QUÍMICA	
Professores Responsáveis: Moises Marques Prsybyciem, Sinara Munchen e Viviane Almeida Lima.	
Alunos por turma:	25 alunos
Área: 2 115,96 m	Localização: Pavilhão 3 de Laboratórios
Quantidade	Descrição
01	Laboratório com bancadas para 25 alunos, bancos, pias e instalações apropriadas para sistema de gases, eletricidade e água. O laboratório é climatizado. Este laboratório está equipado com capelas com sistema de exaustão, banhos-maria, balanças analíticas e semi-analíticas, pHmetros, condutivímetros, placas de aquecimento e agitação magnética, destiladores por arraste a vapor, destiladores simples, destiladores fracionada e destiladores a pressão reduzida, cromatógrafo a gás acoplado com espectrômetro de massas, cromatógrafo líquido de alta eficiência acoplado espectrômetro de massas, espectrofotômetro UV/VIS, reagentes, vidrarias, estantes, entre outros equipamentos. Anexo ao laboratório há uma sala de



	preparo de reagentes.
--	-----------------------

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	
Professor Responsável: Ana Maria de Oliveira Pereira	
turma: Alunos por	50 alunos
Área: 88,79 m ²	Localização: Pavilhão 2 de Laboratórios
Quantidade 01	Descrição Laboratório com 50 mesas para computadores e cadeiras. Projetor multimídia, quadro branco e mesa para professor.

LABORATÓRIO DE FÍSICA	
Professores Responsáveis: Denilson da Silva, Dionei Ruã dos Santos e Fábio Aparecido da Costa.	
turma: Alunos por	25 alunos
2 Área: 45,07 m	Localização: Pavilhão 1 de Laboratórios
Quantidade	Descrição
03	2) Laboratório de Eletricidade e Magnetismo 3) Laboratório de astronomia; ótica e física moderna. 4) Laboratório de mecânica; fluídos; ondas e termologia.

13.2 Demais Itens

13.2.1 Laboratório de Ensino de Ciências (LABEC):

O LABEC é um espaço que busca desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de formação de professores e ensino e aprendizagem de Ciências da Natureza (Biologia, Química e Física). Tem como pressuposto intensificar a relação dialógica entre a escola e a universidade, procurando viabilizar atividades pedagógicas de Ciências da Natureza que contribuem com o processo de ensino e aprendizagem no curso. Também é um espaço destinado ao estudo, discussão, planejamento, produção e avaliação de materiais didático-pedagógicos utilizados durante as aulas dos componentes curriculares na graduação, bem como pelos licenciandos durante o desenvolvimento dos estágios nas escolas de Educação Básica.

Quanto à infraestrutura, o LABEC conta uma sala própria no Bloco A, mobiliada com 3 mesas, sendo uma para reuniões, 5 cadeiras, 3 armários e quadro branco. Quanto aos materiais pedagógicos temos disponível: a) um acervo de livros



didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas áreas de Física, Química e Biologia; b) materiais de expediente (cartolina, bolas de isopor, cola, tinta, tesoura, canetas, etc.) para produção de materiais didáticos; c) acervo de materiais didáticos (modelos didáticos, jogos pedagógicos, etc.) já confeccionados e utilizados nas aulas da graduação e nos estágios curriculares.

13.3.2 Espaço Educativo Conexões das Ciências

O Espaço Educativo Conexões das Ciências promove exposições temáticas partindo de questões da realidade local e busca uma articulação entre a comunidade acadêmica e as escolas de Educação Básica da região. Por meio das exposições é possível construir uma representação de Ciências como atividade humana, condicionada sócio historicamente e controversa.

Atualmente, o Espaço Conexões das Ciências possui uma sala no Bloco B com uma exposição de painéis temáticos sobre os biomas gaúchos (Mata Atlântica e Pampa), e um acervo de cerca de 100 animais taxidermizados, dispostos sobre suportes que procuram retratar aspectos do ambiente natural, bem como a problematização da cultura regional. Neste espaço estão previstas visitas educativas dos educandos das escolas da região, que participarão de atividades interativas mediadas pelos licenciandos do curso.

13.3.3 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE

O LIFE é um espaço destinado a estudantes dos cursos de licenciatura e a professores de Educação Básica das diferentes redes de ensino, cujo enfoque centra-se no desenvolvimento de ações formativas a partir das diferentes tecnologias digitais e recursos multimeios, em sintonia com o tempo-espaço em que vivem.

A ideia é a promoção de atividades interdisciplinares com as tecnologias digitais, apoiando o processo de formação inicial e continuada de professores e educadores, além da produção e criação de conteúdos digitais multimídias desenvolvíveis à Educação Básica, servindo como material didático-pedagógico de apoio às práticas de sala de aula. Além de potencializar processos de ensino e aprendizagem por meio das tecnologias digitais e de contribuir para a constituição de uma cultura digital.



O LIFE tem como eixos norteadores:

- a) investigação de recursos das tecnologias digitais e recursos multimeios que integram o LIFE;
- b) desenvolvimento de projetos e atividades didático-pedagógicas no uso das tecnologias digitais e recursos multimeios para a educação básica e a formação docente (inicial e continuada);
- c) produção de objetos virtuais de aprendizagem e recursos didáticos para uso em sala de aula na educação básica e na formação docente (inicial e continuada).

O LIFE dispõe de quatro cenários interdisciplinares de formação:

- a) mini-estúdio de edição de áudio e vídeo;
- b) laboratório educacional de robótica educativa;
- c) oficina de materiais didático-pedagógicos concretos para as práticas em sala de aula, em especial, nas áreas de Matemática, Ciências e Geografia;
- d) laboratório de informática e outros materiais.

Por fim, espera-se como resultados deste laboratório: deflagrar mudanças nas práticas escolares por meio de uma formação docente interdisciplinar e pautada no uso das tecnologias digitais e recursos multimeios; fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecer os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UFFS; formar educadores para o uso e integração das tecnologias digitais nos seus processos de ensino e de aprendizagem; produzir diversos objetos educacionais que apresentem uma abordagem integradora de áreas e temáticas; ampliar o espaço de interação com a rede de educação básica e superior.

13.3.4 Acessibilidade

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade, vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD), e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD. Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-



graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD.

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão e acessibilidade, a UFFS tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas.
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência.
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual.
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia.
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento).
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, nos cursos de graduação onde há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais.
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva.

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade.



- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados.
- Oferta de bolsas para estudantes atuarem no Núcleo ou Setores de Acessibilidade.
- Oferta de capacitação para os servidores.

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência.
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores, para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula,
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência,
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação em que há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula.
- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual.
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual.



- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. *Acessibilidade Atitudinal*

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades.
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS.
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência.
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.

Atualmente, o *Campus* Erechim está lotado na RS 135 onde, nas áreas externas, há caminhos podotáteis, a circulação pode ser realizada toda em nível; em alguns pontos, existem rampas, para vencer diferenças de cotas. Ainda estão em obras as paradas de ônibus, que possuirão ponto de parada para PCD's e os cruzamentos de vias, todos em nível com caminho tátil sobre faixas elevadas; também existem vagas de estacionamento exclusivas para PCD. Em relação às edificações, no *campus* definitivo temos: Bloco A - 4 pavimentos, acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD, em cada um dos 4 pavimentos; Bloco dos Professores: 2 pavimentos, com acesso em nível a todos os pavimentos através de elevador, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos pavimentos, além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo, e placas em braile identificando as salas; Pavilhões de Laboratórios - são formados por 3 pavilhões, todos térreos, portando com acesso em nível a todas as instalações, com caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada pavilhão e bebedouro adaptado; Restaurante Universitário - por ser térreo, possui acesso em nível a todas as suas instalações, caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na entrada do refeitório e um 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na saída do refeitório, bebedouro adaptado, mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PCD. No espaço locado, no Seminário, são 3 pavimentos com acesso em nível a todos através de elevador; o acesso principal à edificação é por rampa, há 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD dentro de cada um dos respectivos banheiros coletivos.



14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAU-Associação dos Municípios do Alto Uruguai.
<http://www.amau.com.br/municipios>. Acessado em: 12/09/2012.

BRASIL, MEC. Lei 9.394/96 de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001, de 04 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo.

BRASIL. Parecer nº 9/2001, de 08 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de licenciatura, de graduação Plena. Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 1/2002, de 3 de abril de 2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

BRASIL. Parecer CNE/CP 21/2001, de 06 de agosto de 2001. Dispõe sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena.

BRASIL. Resolução CNE/CP 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL. Parecer CNE/CES Nº 67/2003, de 11 de março de 2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.

BRASIL. Parecer n. CNE/CEB Nº1/2006, aprovado em 01 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS).

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2/2008, DE 28 DE ABRIL DE 2008. Estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4/2010, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. Lei Estatuto da Criança e do Adolescente.



CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado para o meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. **Educação e escola no campo**. Campinas/SP: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília: DF, 2004. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo**. RJ/SP. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que Escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAPORAL, Francisco R. (org.). **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009.

FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
<http://www.famurs.com.br/index.php/municipios/informacoes-municipais>. Acessado em: 17/09/12.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE do Rio Grande do Sul.
<http://www.fee.rs.gov.br> Acessado em: 15/09/2012.

GADOTTI, M. Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, n. 6, p. 15-29, 2005.

IBGE. Censo. http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php. Acessado em: 15/09/2012.

IBGE Censo Agropecuário 2006 -
https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/centsoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm. Acessado em: 15/09/2012.



KOLLING, Edgar J; NERY, Israel J; MOLINA, Mônica C (Orgs). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: UnB, 1999.

MOHR, Naira Estela Roesler, VENDRAMINI, CÉLIA, Regina. **A formação técnico-profissional no contexto do MST**. In: Educação/Centro, Universidade Federal de Santa Maria, v. 7, n. 2, 2008.

MORIN, Edgar. Articular os saberes. In: ALVES, N; GARCIA, Regina I. (orgs). **O sentido da escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MST. **Dossiê MST Escola – Documentos e estudos 1990 – 2001**. Caderno de Educação n. 13, Edição Especial. Organização: Setor de educação. Cromosete, 2005.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

PETERSEN, Paulo. **Introdução**. In: ANA. Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Popular: Rio de Janeiro, 2007.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS. C. A. **Educação do Campo e Políticas Públicas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação) Brasília: UnB, 2009.

SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL.
<http://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/srv/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>. Acessado em: 15/09/12.

VENDRAMINI, Célia. **A escola diante do multifacetado espaço rural**. In: Perspectiva Revista do Centro da Educação. v. 22, n. 1 – jan./jun. 2004. Florianópolis: Editora da UFSC: NUP/CED, 2004.



15. ANEXOS

ANEXO I – REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS OBRIGATÓRIOS

REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA - LICENCIATURA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este documento tem por objetivo regulamentar o Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se o Estágio Curricular Supervisionado como parte integrante do processo de formação caracterizado como momento de vivência profissional em que se articulam, dialeticamente, teoria e prática nos processos de observação, interpretação e intervenção profissional, orientado e supervisionado institucionalmente.

Parágrafo único. Os Estágios obrigatório e não obrigatório obedecem ao disposto nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, na Lei nº 11.788/08 e no regulamento de estágio da UFFS.

CAPÍTULO II DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) será regido por este Regulamento e pelo Regulamento de Estágio da UFFS.

Parágrafo único. O Estágio Curricular Supervisionado, referido neste regulamento, equivale ao Estágio Obrigatório da Resolução CNE/CP 02/2015, da Lei nº 11.788/08 e do Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, *Campus Erechim*.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura será realizado a partir da quarta fase, compreendendo 31 créditos, com carga horária correspondente a 465 horas, assim distribuídos: 4ª fase: Estágio Supervisionado - Gestão Escolar - 6 créditos; 5ª fase: Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I) – 5 créditos; 6ª fase: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (Estágio II) – 8 créditos; 7ª fase: Prática Pedagógica no Ensino Médio (Estágio III) – 5 créditos; 8ª fase: Estágio Supervisionado no Ensino Médio (Estágio IV) – 7 créditos.

Art. 4º-A É possível flexibilizar a validação de percentual da carga horária dos componentes curriculares de estágio por meio do aproveitamento das atividades realizadas pelos acadêmicos no programa PIBID da UFFS.

§ 1º Acadêmicos participantes do programa PIBID da UFFS podem aproveitar até o limite de cinquenta por cento (50%) da carga horária dos Componentes Curriculares de Estágio por meio das atividades desenvolvidas no referido programa.

§ 2º Esta flexibilização será aplicada em casos específicos, mediante discussão e aprovação prévia do colegiado, para alunos formandos no semestre que dependem do componente curricular de estágio para concluir o curso, quando o componente não for ofertado no semestre corrente.

(Artigo inserido pela Resolução N°08 /CCIECCNER/UFFS/2025)

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado compreende a observação, o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio.



Art. 6º A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatória a todos os estudantes do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, ocorrerá, impreterivelmente, de forma individual nos Estágios II e IV, e, preferencialmente, nos Estágios I e III.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura tem por objetivos: promover a aproximação do acadêmico com a realidade profissional; desenvolver a capacidade de observação e de interpretação contextualizada da realidade dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; promover atividades de intervenção que envolvam conhecimentos pedagógicos, contextuais e de áreas específicas; aplicar os conhecimentos teóricos e práticos mantendo um processo dinâmico de reflexão/ação crítica; desenvolver habilidades e responsabilidades profissionais no exercício da docência; desenvolver as habilidades de comunicação, criatividade, integração e interação com profissionais de diversas áreas; fomentar a pesquisa como base do planejamento das atividades de intervenção e da análise dos resultados.

SEÇÃO III

DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º Constituem-se em campo de Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura as instituições de ensino de Educação Básica.

Parágrafo único. O Estágio Curricular Supervisionado será realizado, preferencialmente, em Escola do Campo no município de origem do estudante.

Art. 9º O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado pelo estudante, mediado pelo professor Coordenador de Estágios, e pela Divisão de Estágio quando se fizer necessário.



Art. 10 Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo setor de estágio do *campus*.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 11 O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura será desenvolvido a partir da quarta fase e compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

I – ESTÁGIO SUPERVISIONADO – GESTÃO ESCOLAR: Analisar a organização e funcionamento da instituição escolar, envolvendo seu currículo, seus sujeitos, os processos de gestão e coordenação pedagógica.

II – PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL (ESTÁGIO I): A base desta atividade de estágio consiste nas seguintes etapas:

- a) observação e acompanhamento das aulas de uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental na qual, preferencialmente, será desenvolvido o estágio de docência no semestre posterior;
- b) conhecimento da realidade da Escola e contextualização, levantamento de dados indispensáveis para o planejamento das ações referentes à regência;
- c) planejamento interdisciplinar a partir do contexto escolar e da turma dos anos finais do Ensino Fundamental para a intervenção em sala de aula;
- d) intervenção em uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental;
- e) elaboração do relatório de estágio;
- f) participação no seminário final de Estágio Supervisionado.

III – ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL (ESTÁGIO II): Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio de docência, à intervenção do



acadêmico estagiário diretamente em sala de aula, dinamizando o processo didático-pedagógico em uma classe dos anos finais do Ensino Fundamental. Prevê-se:

- a) conhecimento da realidade da Escola e contextualização, levantamento de dados indispensáveis para o planejamento das ações referentes à regência;
- b) a regência na disciplina de Ciências Naturais numa turma de Ensino Fundamental – anos finais, com carga horária, de no mínimo, 12 horas. *³
- c) elaboração de planos de aula para cada aula a ser ministrada;
- d) participação nas aulas teóricas e nos encontros de orientação e planejamento do estágio;
- e) elaboração do relatório de estágio;
- f) participação no seminário final de Estágio Supervisionado.

IV – PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO MÉDIO (ESTÁGIO III): A base desta atividade de estágio consiste na investigação do contexto da escola na qual será desenvolvida esta etapa do estágio curricular e na realização de intervenção pedagógica em uma turma de Ensino Médio. Prevê-se:

- a) conhecimento da realidade da Escola e contextualização, levantamento de dados indispensáveis para o planejamento das ações referentes à regência;
- b) observação e acompanhamento das aulas de uma turma do Ensino Médio na qual será desenvolvido o estágio de docência no semestre posterior;
- c) planejamento e realização de uma intervenção pedagógica articulando as disciplinas de Química, Física e Biologia em uma turma de Ensino Médio;
- d) elaboração do relatório de estágio;
- e) participação no seminário final de Estágio Supervisionado.

V – ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO MÉDIO (ESTÁGIO IV): Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio de docência, à intervenção do acadêmico

³ Redação alterada conforme RESOLUÇÃO Nº 07/CCIECCNER/UFFS/2024



estagiário diretamente em sala de aula, dinamizando o processo didático-pedagógico em uma classe do Ensino Médio. Prevê-se:

- a) conhecimento da realidade da Escola e contextualização, levantamento de dados indispensáveis para o planejamento das ações referentes à regência;
- b) elaboração de planos de aula para cada aula a ser ministrada;
- c) regência em, no mínimo, duas disciplinas da área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) numa mesma turma de alunos de Ensino Médio, com carga horária, de no mínimo, 12 horas. *4
- d) participação nas aulas teóricas e nos encontros de orientação e planejamento do estágio;
- e) elaboração do relatório de estágio;
- f) participação no seminário final de Estágio Supervisionado.

Parágrafo único. Os CCRs de estágios terão a sua carga horária organizada conforme disposto na tabela a seguir nos termos da Resolução 04/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018:

	Carga horária (em horas)			
	Total	I - aulas teórico/práticas presenciais	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante
Estágio Supervisionado - Gestão Escolar	90 h	40	20	30h
Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I)	75 h	60h	-	15h
Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (Estágio II)	120h	75h	-	15h
Estágio Supervisionado no Ensino Médio (Estágio III)	105h	60h	-	45h
Prática Pedagógica Ensino Médio (Estágio IV)	75h	60h	-	15h

Quadro 5- CCR's de Estágio.

⁴ Redação alterada conforme RESOLUÇÃO Nº 07/CCIECCNER/UFFS/2024



Art. 12 Os itens referentes ao planejamento do estágio e a elaboração de relatório de estágio ocorrerão no Tempo Universidade, nas aulas teórico/práticas presenciais, devido às características específicas do curso, vinculadas ao regime de alternância.

Art. 13 Os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade com o modelo produzido pela Divisão de Estágios ou Coordenação de Estágio.

Art. 14 Os estágios curriculares deverão ser desenvolvidos pelos estagiários conforme grau de complexidade, de conhecimentos e habilidades a serem mobilizadas. Dessa forma, a aprovação no componente curricular de:

- a) Didática é pré-requisito para cursar a disciplina de Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I);
- b) Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I) é pré-requisito para cursar a disciplina Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (Estágio II);
- c) Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (Estágio II) é pré-requisito para cursar a Prática Pedagógica no Ensino Médio (Estágio III);
- d) Prática Pedagógica no Ensino Médio (Estágio III) é pré-requisito para cursar o Estágio Supervisionado no Ensino Médio (Estágio IV).

SEÇÃO V

DA ESTRUTURA DE TRABALHO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DO CURSO

Art. 15 As atividades relacionadas ao Estágio Curricular Supervisionado serão desempenhadas pelo Coordenador de Estágio, pelos professores titulares do componente curricular e pelo setor de estágios do *campus*.

Art. 16 Cada CCR de Estágio Curricular Supervisionado, exceto Estágio de Gestão, será ministrado por três docentes do Domínio Específico com formações acadêmicas distintas, visando a natureza interdisciplinar nas Ciências da Natureza.



SUBSEÇÃO I

DO COORDENADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 17 A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado será exercida por professor indicado pelo Colegiado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, dentre os professores atuantes no componente curricular do estágio.

Art. 18 São atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado:

I – zelar pela organicidade do estágio no curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura e pela sua articulação com os componentes curriculares, com as demandas dos acadêmicos, com a vida institucional e com os campos de estágio;

II – fomentar a discussão teórico-prática do estágio no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura;

III – planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento do estágio junto com os professores de estágio do Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura;

IV – coordenar reuniões com professores de estágio e manter interlocução com os supervisores de estágio, sempre que necessário;

V - orientar a escolha dos campos de estágio conjuntamente com o corpo de professores de estágio;

VI – promover a articulação entre os campos de estágio e as demandas dos acadêmicos;

VII – encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;

VIII – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores de estágio e aos supervisores externos;

IX – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da



administração acadêmica da UFFS;

X – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento e demais normas aplicáveis;

XI – promover a socialização dos resultados das atividades de estágio no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura e entre os cursos de Licenciatura do *Campus*.

Art. 19 Também são atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado do curso aquelas definidas no regulamento de estágio da UFFS.

SUBSEÇÃO II

DO PROFESSOR DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 20 Os professores do CCR de Estágio Curricular Supervisionado serão definidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 21 Ao professor responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no campo de estágio, conforme Art. 3º, Inciso II da Resolução nº 04/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018, será atribuída carga horária correspondente a 02 (dois) créditos semestrais por grupo de até 03 (três) estudantes matriculados.

Art. 22 São atribuições do professor do componente curricular:

I – coordenar as atividades didáticas referentes ao componente curricular, articulando conhecimentos dos diferentes domínios curriculares;

II – fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado sobre o andamento das atividades de estágio e o desempenho dos estudantes;

III – assessorar os estudantes na elaboração dos planejamentos das aulas, atividades de estágio e relatórios de estágio;

IV – avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso;



V – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;

VI – acompanhar os estudantes no campo de estágio,

VII – avaliar o processo do estágio dos estudantes do componente curricular de Estágio;

VIII - controlar a assiduidade e a pontualidade do acadêmico de acordo com o plano de ensino;

Parágrafo único. O professor poderá interromper as atividades de estágio do aluno estagiário sempre que se fizer necessário.

Art. 23 Também são atribuições do professor do componente curricular aquelas definidas no regulamento de estágio da UFFS.

SEÇÃO VI DO SETOR DE ESTÁGIOS DO *CAMPUS*

Art. 24 O Setor de Estágios do *campus* assessora o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que se refere ao suporte burocrático, legal e logístico.

Art. 25 São atribuições do Setor de Estágios do *campus*:

I - conveniar instituições para estágios;

II - obter e divulgar junto com os coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de estágios;

III - fiscalizar as Unidades Concedentes de Estágio (UCE);

IV - emitir e arquivar Termos de Convênio e de Compromisso;

V - fazer o registro e controle das Apólices de Seguro;

VI - arquivar relatórios e planos de atividades de estágio;

VII - propor formulários para o Plano e o Relatório de Atividades;

VIII - emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios



(certificados);

IX - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio da UFFS.

SEÇÃO VII

DOS SUPERVISORES EXTERNOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 26 Os supervisores externos do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelos campos de estágio, dentre os profissionais com formação ou experiência na área do curso.

Art. 27 São atribuições dos supervisores:

I – apresentar o campo ao estudante estagiário;

II – facilitar seu acesso à documentação da instituição;

III – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;

IV – informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou ao coordenador do estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do estudante;

V – avaliar o desempenho dos estagiários, mediante preenchimento de parecer avaliativo.

Art. 28 Também são atribuições dos supervisores aquelas definidas no regulamento de estágio da UFFS.

Art. 29 Caberá aos profissionais das Instituições Campo de Estágio manter contato mútuo com a coordenação de estágios e com os professores, colocando-os a par de qualquer situação constrangedora por parte do estagiário.

Art. 30 A Escola Campo de Estágio poderá interromper as atividades de estágios do aluno estagiário sempre que se fizer necessário.



SEÇÃO VIII

DAS OBRIGAÇÕES DO ACADÊMICO ESTAGIÁRIO

Art. 31 São obrigações do estudante estagiário:

I – entrar em contato com a instituição campo de estágio na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação e termo de compromisso;

II – comparecer ao estágio curricular assídua e pontualmente, de acordo com o cronograma estabelecido;

III - participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;

IV – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso e o que dispõe este regulamento;

V – respeitar os horários e normas estabelecidos na instituição campo de estágio, bem como seus profissionais e estudantes;

VI – manter a interação com os docentes da área, observando os princípios da ética profissional;

VII - manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;

VIII – cumprir as exigências do campo de estágio e as normas da UFFS relativas ao Estágio Curricular Supervisionado;

IX - zelar pela manutenção dos materiais, equipamentos e instrumentos utilizados no estágio;

X - elaborar e apresentar relatórios parciais das atividades realizadas, conforme cronograma estabelecido pelo professor de estágio e um relatório final ao término do estágio;

XI - planejar com antecedência as atividades de estágio que serão realizadas dentro da instituição concedente e submete-las à aprovação do professor de estágio, antes da realização das mesmas nos locais de estágios;



XII - usar vestimenta adequada e manter boa higiene pessoal;

XIII - avisar com antecedência ao professor supervisor, bem como o responsável pela instituição concedente, caso haja necessidade de faltar ao estágio, com justificativa;

XIV - em caso de ausência comunicar, com antecedência (mínima de 48 horas) e por escrito, à Coordenação de Estágio, os motivos do não comparecimento nas atividades sob sua responsabilidade, sejam essas no interior da UFFS ou não;

XV - comprovar sua frequência no estágio através da ficha de frequência devidamente assinada pelo acadêmico, supervisor e diretor da Instituição Campo de Estágio;

XVI – participar do Seminário Final de estágio, compartilhando e avaliando as contribuições das experiências vivenciadas.

Art. 32 Também são atribuições dos estagiários aquelas definidas no regulamento de estágio da UFFS.

SUBSEÇÃO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 33 A avaliação do estagiário será realizada pelo professor do componente curricular de estágio e pelo supervisor de estágio.

Art. 34 Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deverá cumprir cada uma das etapas previstas, envolvendo observação, planejamento, execução e relatório.

Art. 35 A avaliação do estágio supervisionado observará os seguintes critérios:

I - a aprovação no Estágio Supervisionado está condicionada a nota mínima 6,0 (seis) e cumprir carga horária igual ou superior a 75%;

II - a nota final é o resultado da média aritmética dos valores atribuídos pelos professores em cada etapa e de acordo com os fatores de avaliação constantes desse



regulamento;

III - a nota do relatório e de qualquer outra atividade de estágio curricular estará vinculada ao cumprimento da carga horária total de cada estágio, e à entrega do mesmo devidamente corrigido;

IV - o acadêmico que por qualquer motivo não cumprir a carga horária do estágio ficará reprovado no estágio e não receberá nota, até cumprir a devida carga horária;

V - por tratar-se de atividade prática exposta em relatórios, não haverá, em hipótese alguma, exames finais, regime de dependência, exercícios domiciliares, revisão de avaliação e nova oportunidade de estágio no mesmo período;

VI - no caso de reprovação, fica o aluno obrigado a cursar novamente o estágio supervisionado;

VII – a frequência é obrigatória, compreendendo 100% do total de horas estipuladas para cumprimento das atividades práticas do estágio supervisionado (observação, intervenção e regência) de acordo com o Plano de Atividades de Estágio;

VIII - a avaliação levará em conta quatro parâmetros: atividades desenvolvidas em sala de aula, atividades implementadas nas Instituições Campo de Estágio, relatório e dimensão atitudinal;

IX – a avaliação do professor de estágio supervisionado deverá considerar a responsabilidade do aluno durante a execução dos estágios;

X – a avaliação atitudinal levará em conta as seguintes questões:

a) Cumprimento – com empenho e dedicação – das tarefas e atividades programadas, nas datas estabelecidas, observando as normas deste regulamento;

b) Participação (frequência e envolvimento);

c) Iniciativa;

d) Articulação e aplicação dos conhecimentos estudados em sala de aula.



- e) Demonstração de habilidades didático-pedagógicas na realização das atividades desenvolvidas;
- f) Respeito aos colegas, coordenadores, professores e funcionários de apoio;
- g) Agir de acordo com os preceitos de ética profissional.
- h) Domínio de conteúdo e transposição didática oportuna ao nível de ensino que está trabalhando;

Art. 36 O uso de cópia ou plágio no relatório de estágio poderá acarretar na reprovação dos alunos envolvidos;

Art. 37 A falsificação de assinaturas em qualquer documento de estágio, sob responsabilidade do acadêmico, implicará na sua reprovação;

Art. 38 A não observação das normas estabelecidas neste regulamento poderá acarretar na reprovação do acadêmico conforme apreciação do Colegiado do Curso.

SUBSEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 39 O relatório de estágio será elaborado a cada fase e entregue ao professor de estágio, para fazer parte do processo de avaliação.

Art. 40 No relatório constarão todas as informações relevantes que se referem às atividades desenvolvidas nos campos de estágio, definidas pelos professores de estágio.

Art. 41 A estrutura do relatório deverá seguir os modelos apresentados pelos professores em cada fase.

Art. 42 A versão final do relatório de estágio deverá ser entregue em 01 (uma) cópia impressa.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 43 O presente regulamento poderá ser modificado sempre que constatadas necessidades relevantes.

Art. 44 Os casos omissos neste regulamento serão apreciados pelo Colegiado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura e, se necessário, por conselhos superiores atendendo as normas e regulamentos da UFFS.

Art. 45 O desenvolvimento das atividades do Estágio Obrigatório deve acontecer, prioritariamente, em turno distinto ao de funcionamento das atividades de aula a fim de assegurar o processo formativo regular do estudante.

Art. 46 Este Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis do CONSUNI.



ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACCS) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA – LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Curriculares Complementares (ACCs) do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura.

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento compreende-se por Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, como atividades que visam à complementação da formação, desenvolvidas ao longo do curso no espaço da universidade e/ou outros espaços formativos, exigidas para integralização curricular, com carga horária equivalente a 210 horas.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação



Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) serão regidas por este Regulamento.

Parágrafo único. As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, compreendem: a) atividades de pesquisa; b) atividades de extensão e de aprimoramento profissional; c) atividades de cultura e de responsabilidade social.

Art. 4º As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, serão realizadas ao longo do curso, compreendendo 14 créditos, com carga horária correspondente a 210 horas, elas poderão ser contabilizadas na forma de:

a) Atividades de pesquisa

Atividades	Requisitos	Horas contabilizadas	Máx. de horas
Participação em grupos de pesquisa	Certificado ou declaração emitida pelo coordenador do grupo	20h por semestre	60 h
Participação em projeto de pesquisa	Certificado ou declaração do coordenador(a) o projeto	30h por semestre	60h
Grupos de estudo	Declaração do coordenador do grupo	10h por semestre	50 h
Participação em eventos científicos como ouvinte	Certificado de apresentação		
	Local	4 h	16 h
	Regional	6 h	24 h
	Nacional	8 h	32 h
	Internacional	10 h	40 h
Apresentação de trabalho (oral Ou pôster) em evento científico	Cópia do trabalho publicado		
	Local	4 h	16 h
	Regional	6 h	24 h
	Nacional	8 h	32 h
	Internacional	10 h	40 h
Publicação de resumo em	Cópia do trabalho publicado		



anais de evento	Local	8 h	16 h
	Regional	16 h	32 h
	Nacional	24 h	48 h
	Internacional	30 h	60 h
Publicação de artigo científico em revista com ISSN	Cópia do artigo publicado	30 h cada	60 h
Outras atividades	Atestado ou certificação da participação	10 h	30h

b) Atividades de extensão e de aprimoramento profissional

Atividades	Requisitos	Horas contabilizadas	Máximo de horas
Participação em projetos de extensão da UFFS	Certificado ou declaração emitida pelo coordenador do projeto	20 h por semestre	60 h
Participação como colaborador de evento	Declaração do coordenador do evento	10 h por evento	30 h
Participação em curso de extensão como ouvinte	Certificado de participação	Conforme certificado ou declaração de participação	100 h
Bolsa permanência	Certificado ou declaração de participação do programa	5h por semestre	30 h
Ministrante de cursos, oficinas ou palestras	Declaração da entidade ou do coordenador do evento	Conforme declaração	30 h
Participação como bolsista ou voluntário em projetos de monitoria da UFFS	Certificado de conclusão de monitoria	20h por semestre	40 h
Participação, como ouvinte, em mini cursos	Certificado de participação	Conforme certificação	30 h



Testes de suficiência em línguas (inglês, francês, espanhol, e outras)	Certificado/atestado de aprovação	06h	18h
Teste de língua inglesa TOEFL/ITP	Declaração de participação	02h	02h
Participação em palestras	Declaração de participação	2 h por palestra	10 h
Participação como bolsista ou voluntário no PIBID e/ou Residência Pedagógica	Atestado ou Declaração de participação	20h por semestre	80h
Outras atividades	Atestado ou certificação da participação	10 h	30h

c) Atividades de cultura e de responsabilidade social

Atividades	Requisitos	Horas contabilizadas	Máximo de horas
Eventos culturais ou esportivos promovidos pela UFFS	Certificado ou declaração de participação	Conforme certificado ou declaração de participação	25 h
Participação em eventos culturais ou esportivos em outros locais	Certificado ou declaração de participação	Conforme certificado ou declaração de participação	25 h
Participação, como voluntário, em projetos sociais desenvolvidos em escolas	Certificado ou declaração de participação	20 h por certificado	60 h
Participação, como voluntário, em projetos sociais desenvolvidos em espaços não formais de educação	Certificado ou declaração de participação	20 h por certificado	60 h
Participação em grupos artísticos (teatro, música, dança)	Declaração do coordenador do grupo	15 h por semestre	60 h



Publicação de texto em jornais ou revistas	Cópia da publicação	4 h	12 h
Palestras	Declaração do organizador	5 h	20 h
Participação voluntária em cargos comunitários	Declaração da instituição	10h por participação ou cargo	30 h
Cursos de língua (nativa ou estrangeira)	Declaração da instituição promotora	20 h por curso	40 h
Participação em palestras	Declaração de participação	2 h por palestra	10 h
Participação em mini-cursos na UFFS ou em outras instituições	Declaração ou certificado de participação	Conforme declaração ou certificado	40 h
Representação estudantil em	10 h por semestre	Declarações dos Órgãos	40h

Membro de comissões estudantis vinculadas ao curso de Educação do Campo	Declaração da coordenação do curso	5 h por semestre	15 h
Outras atividades	Atestado ou certificação da participação	10 h	30h

Alterado pela RESOLUÇÃO 6/CCIECCNER/UFFS/2023 23205.038386/2023-26

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 5º As Atividades Complementares do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, têm por objetivos:

- flexibilizar o currículo obrigatório;



- b. aproximar o estudante da realidade social e profissional;
- c. propiciar aos seus estudantes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar;
- d. promover a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do estudante em atividades que visem a formação profissional e para a cidadania.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 6º Para contabilizar as Atividades Curriculares Complementares, o estudante deverá apresentar os comprovantes de realização das Atividades Curriculares Complementares semestralmente, obedecidos os prazos previstos no Calendário Acadêmico.

Art. 7º Os pedidos de validação das Atividades Curriculares Complementares serão avaliados semestralmente, por comissão composta de, no mínimo, 3 professores do curso, indicada pelo respectivo colegiado e instituída pelo coordenador do curso.

Art. 8º Após a divulgação dos prazos no Calendário Acadêmico, o estudante deverá protocolar na Secretaria Acadêmica o pedido de aproveitamento de estudos instruído com todos os comprovantes das atividades realizadas, em original e fotocópia.

Art. 9º Recebido e autuado pela Secretaria Acadêmica, o pedido será encaminhado à coordenação do curso que após prévia análise, encaminhará aos membros da comissão avaliadora para análise e validação das atividades curriculares complementares.

Art. 10 A comissão avaliadora encaminhará à Secretaria de Curso o resultado das análises, que procederá o cadastro dos resultados no histórico escolar do estudante.

Art. 11 Serão reconhecidos como documentos válidos para fins de aproveitamento de estudos em atividades curriculares complementares, certificados, históricos escolares, declarações, certidões e atestados. Os documentos devem apresentar: Nome do evento; Temática; Carga Horária e Data de realização e data de expedição do documento.



SEÇÃO IV

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTUDANTE

Art. 12 Cabe ao estudante realizar o pedido de validação das Atividades Curriculares complementares junto à Secretaria Acadêmica, em prazo determinado pelo Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 Os casos omissos neste Regulamento de Atividades Curriculares Complementares serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 14 Este Regulamento de Atividades Curriculares Complementares do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis do CONSUNI.



**ANEXO III - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO
DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA - LICENCIATURA**

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Para fins do disposto neste Regulamento - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), enquanto atividade culminante do processo formativo, integra o conjunto de componentes curriculares teórico-práticos previstos no Projeto do Curso, que objetiva promover o aprofundamento investigativo de temáticas ligadas à educação e aos processos de ensino e aprendizagem do Licenciando em Educação do Campo: Ciências da Natureza, nos termos da Resolução nº 2/2017- CONSUNI/CGAE.

CAPÍTULO II

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) reger-se-á por este Regulamento.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, realizar-se-á a partir da sétima fase no curso, compreendendo 8 créditos, totalizando a carga horária de 120 horas, assim distribuídas:

- Trabalho de Conclusão de Curso I, com 4 créditos, correspondendo a 60 horas, na sétima fase do curso;



- Trabalho de Conclusão de Curso II, com 4 créditos, correspondendo a 60 horas, na oitava fase do curso.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DA ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

- Aprimorar a formação profissional, contribuindo para melhorar a visão dos problemas relacionados à área de atuação do licenciado em educação do campo, considerando os procedimentos científicos no processo de investigação.
- Discutir temas relacionados à cultura e aos processos pedagógicos na educação do campo, considerando os espaços escolares e não-escolares.
- Desenvolver no acadêmico o interesse pela pesquisa, indicando procedimentos teórico-metodológicos aos temas apresentados para o desenvolvimento do TCC.
- Abordar tópicos específicos de conhecimentos relativos às atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionados aos espaços escolares e não-escolares, relativos à gestão e à coordenação pedagógica.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 5º A realização da atividade de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória a todos os estudantes do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura, devendo ocorrer nas duas últimas fases do curso e compreenderá as seguintes etapas:

I - Trabalho de Conclusão I: Elaboração de um projeto de trabalho final de curso,



contemplando um tema relevante para a área da educação do campo, associando os estudos teóricos com a prática investigativa e pedagógica em espaços escolares e/ou não escolares. Após 30 dias da primeira aula do componente, o aluno deverá formalizar a escolha do orientador do TCC. O trabalho será elaborado na modalidade de trabalho monográfico. Esta etapa será constituída dos seguintes momentos:

- escolha do objeto de estudo e investigação;
- elaboração do projeto de pesquisa;
- revisão de bibliografias e fontes pertinentes ao tema estudado.

II- Trabalho de Conclusão de Curso II: Elaboração de um trabalho final de curso, contemplando um tema relevante para a área da educação do campo, associando os estudos teóricos com a prática investigativa e pedagógica em espaços escolares e/ou não escolares. O trabalho será apresentado na modalidade de artigo científico ou trabalho monográfico. Esta etapa será constituída dos seguintes momentos:

- execução do projeto de pesquisa;
- redação e documentação do trabalho.
- submissão do trabalho em seminário, com a participação do professor orientador e pelo menos dois servidores com a respectiva formação (no mínimo um da UFFS) que têm proximidade com o tema investigado.

Art. 6º A construção do Trabalho de Conclusão de Curso será objeto de desenvolvimento pessoal, podendo a orientação acontecer de forma coletiva, de acordo com a proposta de trabalho do professor orientador.

Art. 7º O acompanhamento do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso será feito por um professor orientador de TCC e pelo professor responsável pelo componente curricular.

Art. 8º São atribuições do Coordenador de TCC:

- fazer o levantamento das temáticas de investigação junto aos acadêmicos e adequá-las à realidade do quadro de orientadores disponíveis no Curso;



- promover reuniões de estudo e de organização das atividades entre professores orientadores;
- organizar o seminário de apresentação dos TCCs junto com os professores orientadores e fixar o cronograma de apresentação dos trabalhos;
- emitir a convocação dos orientadores e formalizar o convite aos professores da Universidade que acompanharão as apresentações dos TCCs no seminário;
- supervisionar o trabalho desenvolvido no seminário e coletar os respectivos pareceres e notas emitidos pelos professores convidados.

Art. 9º São atribuições do professor do componente curricular de TCC:

- orientar o acadêmico na construção do projeto e do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando as normas de metodologia científica;
- indicar bibliografia adequada à construção do Projeto e do Trabalho Monográfico;
- considerar com o acadêmico as reformulações necessárias, orientando-o (a) na fase de elaboração do trabalho;
- organizar o seminário junto com o orientador do TCC, indicando o nome do professor a ser convidado para participar da apresentação do trabalho;
- controlar a frequência dos acadêmicos sob sua orientação através de instrumento próprio.

Art. 10 São atribuições do professor orientador de TCC:

- organizar sua carga horária docente incluindo as horas de orientação de TCC;
- orientar o acadêmico na construção do projeto e do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando as normas de metodologia científica;
- indicar bibliografia adequada à construção do Projeto e do Trabalho



Monográfico;

- coordenar a dinâmica e o desenvolvimento do seminário de apresentação dos TCCs;
- formalizar junto ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura os resultados da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, através de entrega da ata do seminário devidamente assinada e com a nota final obtida pelo acadêmico(a).

SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11 O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado pelo orientador do trabalho e coordenador da apresentação e no mínimo mais um professor da universidade.

Art. 12 Os procedimentos para a apresentação do TCC no seminário serão os que seguem:

- a) A apresentação será aberta à participação do público.
- b) O tempo para apresentação do Trabalho Monográfico é de 20 a 30 minutos.
- c) Após a apresentação do trabalho, haverá um momento de questionamento ao(à) acadêmico(a) relacionado ao processo de construção e ao conteúdo do trabalho.
- d) Cada um dos integrantes da banca que acompanhará a apresentação fará a avaliação pessoal do trabalho a partir dos critérios estabelecidos neste regulamento, devendo após reunir-se para fazer a avaliação conjunta, cuja média aritmética será registrada em ata, contendo recomendações se forem necessárias.
- e) O acadêmico que não obtiver média mínima de seis (6,0) estará automaticamente reprovado no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso.



Art. 13 A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, pelos membros que acompanharão a apresentação, será efetuada com base no trabalho escrito apresentado pelo acadêmico, observando os seguintes indicativos:

- a) clareza na definição do problema;
- b) o processo de orientação e de investigação;
- c) no corpo do texto: relação do objeto com as linhas de pesquisa, ensino e extensão do curso; bibliografia utilizada para fundamentar o desenvolvimento do trabalho; organicidade, coesão, coerência e implicação pessoal na redação; uso das normas técnicas; clareza e sistematicidade na escrita e na apresentação oral.

Art. 14 O estudante ficará reprovado nas seguintes situações:

- entregar o trabalho final e não realizar a apresentação oral;
- obtiver nota final inferior a 6,0(seis).

Parágrafo único. Em caso de reprovação, o aluno deverá matricular-se novamente em TCC II.

Art. 15 Os Trabalhos de Conclusão de Curso estarão disponíveis ao público através do repositório digital institucional.

Parágrafo único. Os trabalhos nos quais forem comprovados plágios (no todo ou em partes) serão submetidos ao colegiado de curso, o qual decidirá sobre o encaminhamento para o Conselho de Ética para deliberações subsequentes.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 Este “*Regulamento de Trabalho de Conclusão*” do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza entrará em vigor após a sua aprovação pela Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis do CONSUNI.



**ANEXO IV - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR
EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR**

Art. 1º Conferir equivalência aos componentes curriculares abaixo relacionados, cursados com aprovação ou validados pelos estudantes do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, *Campus* Erechim, em decorrência da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso:

Matriz 2013/2 (em extinção)			Matriz 2019/1 (nova)		
Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente Curricular	Créditos
GEX540	Fundamentos da Matemática	4	GEX802	Fundamentos da Matemática	4
GCB288	História e filosofia das ciências naturais	4	GCH1228	História e filosofia das ciências naturais	4
GCH333	Fundamentos da Educação	4	GCH804	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da Educação	4
GCH607	Seminário Integrador das práticas pedagógicas I	4	GCH1175	Seminário Integrador das práticas pedagógicas I	4
GCA410	Escola e educação do campo	4	GCH1177	Escola e educação do campo	4
GCH608	Seminário Integrador das práticas pedagógicas II	4	GCH1178	Seminário Integrador das práticas pedagógicas II	4
GCH580	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	4	GCH807	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	4
GCH609	Educação Popular	4	GCH1179	Educação Popular	4
GEX541	Física na Educação Básica I	4	GEX799	Física na Educação Básica I	5
GCB290	Biologia na Educação Básica I	4	GCB414	Biologia na Educação Básica IV	4
GCH610	Seminário Integrador das práticas pedagógicas III	4	GCH1180	Seminário Integrador das práticas pedagógicas III	4
GCH338	Didática geral	4	GCH805	Didática geral	4
GEX542	Química na Educação Básica I	4	GEX798	Química na Educação Básica I	5
GEX543	Física na Educação Básica II	4	GEX801	Física na Educação Básica II	5
GCB291	Biologia na Educação Básica II	4	GCB355	Biologia na Educação Básica I	5
GCH612	Seminário Integrador das práticas pedagógicas IV	4	GCH1181	Seminário Integrador das práticas pedagógicas IV	4
GCH613	Educação - Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias	4	GCH1224	Educação - Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias	4
GLA109	Língua brasileira de sinais (Libras)	4	GLA211	Língua brasileira de sinais (Libras)	4
GCA413	Pesquisa e prática pedagógica em Ensino Fundamental (Estágio I)	6	GCH1225	Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I)	5
GEX544	Química na Educação Básica II	4	GEX800	Química na Educação Básica II	5
GEX545	Física na Educação Básica III	4	GEX845	Física na Educação Básica III	5
GCB292	Biologia na Educação Básica III	4	GCB356	Biologia na Educação Básica II	4
GCH614	Seminário Integrador das práticas pedagógicas V	3	GCH1226	Seminário Integrador das práticas pedagógicas V	3
GCH342	Política educacional e	4	GCH806	Política educacionais	4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



	legislação do ensino no Brasil				
GCA414	Estágio Supervisionado Ensino Fundamental (Estágio II)	8	GCH1227	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (Estágio II)	8
GEX546	Química na Educação Básica III	4	GEX844	Química na Educação Básica III	5
GCB293	Biologia na Educação Básica IV	3	GCB413	Biologia na Educação Básica III	4
GCH615	Seminário Integrador das práticas pedagógicas VI	3	GCH1229	Seminário Integrador das práticas pedagógicas VI	3
GCA415	Pesquisa e prática pedagógica em Ensino Médio (Estágio III)	6	GCH1230	Prática Pedagógica no Ensino Médio (Estágio III)	5
GCH616	Seminário Integrador das práticas pedagógicas VII	3	GCH1232	Seminário Integrador das práticas pedagógicas VII	3
GCA419	Estágio supervisionado Ensino Médio (Estágio IV)	7	GCH1233	Estágio Supervisionado no Ensino Médio (Estágio IV)	7
GCH617	Seminário Integrador das práticas pedagógicas VIII	3	GCH1234	Seminário Integrador das práticas pedagógicas VIII	3
GCA412	Tópico Especial I	4	GCA666	Tópico Especial I	4

* Alteração realizada conforme o Ato Delibertaivo 2/CCIECCN – ER/UFFS/2019.

Parágrafo único. Os CCRs Tópico Especial II - GCA417 (4 créditos) e Tópico especial III - GCA418 (4 créditos) da matriz 2013/2 poderão validar um dos seguintes CCRs constantes na tabela de optativos desta matriz: Tópico Especial I, Tópico Especial II, Concepções de Ciência e Tecnologia, Educação Ambiental, Propostas Metodológicas para o Ensino de Química, Ensino de Biologia: contexto e metodologias, Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, mediante solicitação por parte do estudante.

Art 2º Para fins de registro, os componentes curriculares equivalentes passarão a constar nos históricos escolares dos estudantes do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura – *Campus* Erechim com a situação CVE – Componente validado por equivalência.

Art. 3º Os componentes curriculares listados no quadro abaixo são comuns a ambas as matrizes e podem ser cursados por qualquer estudante do curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura, independente da matriz à qual está vinculado.

Código	Componente Curricular	Créditos
GEX208	Informática básica	4
GLA104	Produção textual acadêmica	4



GCH291	Introdução ao pensamento social	4
GCH290	Iniciação à prática científica	4
GCH292	História da fronteira sul	4
GCS239	Direitos e Cidadania	4
GCS238	Meio ambiente, economia e sociedade	4
GCA416	Trabalho de Conclusão de Curso I	4
GCA420	Trabalho de Conclusão de Curso II	4
GCH611	Organização do trabalho escolar e pedagógico	4
GCH293	Introdução à Filosofia	4

Art. 4º Os componentes curriculares da matriz 2013/2, listados no quadro abaixo, não possuem componente equivalente na matriz 2019/1 do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura.

Código	Componente Curricular	Créditos
GEX210	Estatística básica	4
GCB289	Biologia geral	4
GEX547	Física na Educação Básica IV	3
GEX548	Química na Educação Básica IV	3

Art. 5º Este Regulamento de Aproveitamento por Equivalência do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis do CONSUNI.